UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

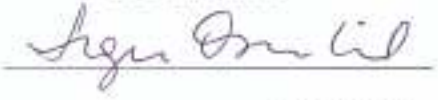
COMPANHIA ARARENSE DE LEITERIA (1909-1921): O EMPREENDEDORISMO DE LOUIZ NOUGUÉS E A DIVERSIFICAÇÃO NA ECONOMIA CAFEEIRA

Gustavo Pereira da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: História Econômica, sob a orientação do Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por ***Gustavo Pereira da Silva*** *em* ***22/02/2008*** *e orientado pelo* ***Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva.***

CPG, 22/02/2008



Campinas, 2008

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do Instituto de Economia/UNICAMP

Si38c

Silva, Gustavo Pereira da.
Companhia Ararense de Leiteria (1909-1921): o empreendedorismo de Louiz Nougues e a diversificação na economia cafeeira / Gustavo Pereira da Silva -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Ligia Maria Osorio Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Industria de laticinios – Araras (SP). 2. Nougues, Louiz. 3. Cafe – Araras (SP). I. Silva, Ligia Maria Osorio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economa. III. Titulo.

08/021/BIE

Título em Inglês: Companhia Ararense de Leiteria (1909-1921): the enterpreneurship of Louiz Nougues and the diversification in the coffee economy
Keywords: Dairy – Araras (SP); Nougues, Louiz ; Coffee – Araras (SP)
Area de Concentração : Historia Economica
Titulação: Mestre em Desenvolvimento Economico
Banca examinadora: Profa. Dra. Ligia Maria Osorio Silva
Prof. Dr. Hernani Maia Costa
Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi
Data da defesa: 22-02-2008
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento economico

Dissertação de Mestrado

Aluno: GUSTAVO PEREIRA DA SILVA

"Companhia Ararense de Leiteria (1909-1921): o empreendedorismo de Louiz Nougués e a diversificação na economia cafeeira"

Defendida em 22 / 02 / 2008

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. LÍGIA MARIA OSÓRIO SILVA
Orientadora – IE / UNICAMP

Prof. Dr. HERNANI MAIA COSTA
IE / UNICAMP

Prof. Dr. PEDRO GERALDO TOSI
UNESP/Franca

AGRADECIMENTOS

Sei que é não tarefa das mais fáceis citar todos aqueles que, com mais ou menos ênfase, contribuíram para a elaboração deste trabalho – quanto aos possíveis equívocos no mesmo, assumo todas as responsabilidades.

Nesta nova fase de minha vida na Universidade Estadual de Campinas, contei inicialmente com o auxílio do atencioso pessoal do Instituto de Economia. Agradeço ao Alberto, Cida, Alex, Regina e Marinete por resolverem os pepinos que apareceram neste período de quase 2 anos na UNICAMP. Sobre a Marinete, com certeza vale uma lembrança especial; ela é um ser dotado de grande paciência, que consegue sanar nossas dúvidas e ainda manter-se alegre e, principalmente, humilde. Continue assim!

Quanto aos docentes que tive o prazer de ter assistido suas aulas e, em alguns casos, também estreitar os laços de amizade, só tenho elogios a fazer. Com certeza, esta dissertação é tributária da ampla formação que tive neste um ano e meio de disciplinas, que me apresentaram novos conceitos e me fizeram repensar algumas idéias. Agradeço aos professores Eduardo Mariutti, Pedro Paulo Zahluth Bastos, José Jobson de Andrade Arruda, José Ricardo Barbosa Gonçalves, Wilson Cano, Fernando Novais, Francisco Lopreato, Eugênia Leone e Maria Alejandra. Vale também um agradecimento aos professores de outros centros que tive a oportunidade de conhecer e dialogar: Renato Marcondes, Flávio Saes, Armando Dalla Costa (com quem escrevo artigos), Luiz Paulo Nogueról, Marcelo Godoy e outros.

Quando mencionei sobre docentes que se tornaram amigos, a lembrança voltou-se ao professor Hernani Maia e à professora Lígia Osório. O prof. Maia é um entusiasta, um utopista e com certeza uma pessoa que teve grande importância para que eu transformasse minha documentação em projeto que foi aprovado para o doutorado – o questionamento dele me fazia buscar sempre o melhor, ou seja, um projeto à altura de seu conhecimento. Sobre minha orientadora, a professora Lígia, não a considero simplesmente como alguém uma detentora de grande capacidade intelectual – o que de fato ela é. Ela é uma pessoa que acreditou que minha pesquisas poderiam redundar em algo de qualidade. Meu jeito se adaptou ao dela, pois não sou de ficar bajulando as pessoas; gosto de trabalhar em silêncio

e, quando tenho algo a mostrar, daí é a hora de conversarmos. Provavelmente, o número de vezes que tivemos reuniões, neste um ano e meio, poderiam ser contados com apenas uma das mãos. Porém, a segurança que sinto hoje em dia é fruto deste período de aprendizado que tive ao seu lado. Meus objetivos e horizontes se ampliaram e isso porque a professora mostrou que menor distância entre o sonho e a realidade é o trabalho. Espero trabalhar e por você ser orientado – claro que preciso saber se esse é o desejo da professora – por muito tempo.

Ainda no rol dos professores, não poderia esquecer de quem abriu as portas do IE-UNICAMP a este historiador. O professor Pedro Tosi é um abnegado, na linha de utopistas em que classifiquei o prof. Maia. Quando penso no professor Tosi lembro de um personagem que ele tanto trabalhou no PET durante o período que fui aluno da Unesp-Franca. Falo nada mais nada menos, do que de Dom Quixote de La Mancha. E que o quixotesco não seja um pejorativo ao professor. A luta do professor pelo ensino da "verdadeira história", em um local dominado cada vez mais pós-modernismo histórico, assemelha-se à batalha de Quixote contra os moinhos. Mas, caro Pedro, não desista, pois sua luta não é em vão. O êxito meu e de outros é a prova de que o professor está do lado certo, apesar ser uma ilha de cercada por uma História que valoriza o imaginário, a literatura e que, no mais das vezes, tenta rebaixar disciplina braudeliana.

Quanto aos meus amigos da turma de História Econômica tenho apenas elogios e agradecimentos. Guilherme, Diogo, Tati, Ualace, Gabriel, Olívia e os agregados Xixo, Lucas, Edinho, Fabrício, Marcelo Proni, Dênis, Zeca, Rafael, Érica e Michel. Especial abraço vai para o amigo Rogério Naques, que tanto colaborou para minha chegada à Unicamp e para obter sucesso por aqui. Com sua experiência e sapiência, ajudou-me em vários momentos, principalmente quando imaginava que minhas pesquisas em nada redundariam. Muito obrigado, Rogério!

Dois ilustres ararenses também merecem meus agradecimentos e muito contribuíram à conclusão deste trabalho. Meu companheiro historiador Fábio Cressoni que com suas idéias me fez enxergar meu objeto de estudo sob ângulos até então inexplorados, além de ser um batalhador pelas causas relativas à pesquisa histórica em nosso município. Além dele, um abraço especial se dirige ao amigo João de Mello, um fomentador da cultural

ararense e que me abriu portas fundamentais à elaboração deste trabalho, sem esquecer de sua erudição e perseverança pela conservação e valorização da história regional paulista.

A tristeza – logo superada pelas boas recordações – vem quando lembro do amigo falecido, mas eterno em nossos corações, Rodrigo Silva Teodoro. Pelo fato de ser seu amigo e trabalhar um tema que se relaciona às pesquisas que desenvolvia, minha missão se torna ainda de maior responsabilidade. Tenho certeza que se eu alcançar somente metade da clareza de idéias que o Rodrigo tinha e de sua erudição, minha vida acadêmica será vitoriosa. Olhe por nós, amigo, pois nossos corações nunca esquecerão de ti! Saudade, Rodrigo!

E, mais do que nunca, devo agradecer minha família. Meu pai, o senhor João, minha mãe, a Dona Lourdes, e meu irmão Rodrigo souberam lidar com minhas angústias e respeitaram meus hábitos no momento em que mais precisava. E cheguei até aqui é por causa deles, que sempre fizeram de minha casa um lar de prosperidade, tendo como uma única obrigação meus estudos. E no item família, deve incluir minha tia Ana e meu tio Ferreira, incentivadores e participantes de vários momentos de alegria. Obrigado família!

Porém, não podemos ser ingratos. Antes de tudo devo agradecer a Deus por ter me dado saúde necessária ao bom andamento deste trabalho e, também, por ter colocado em minha vida um anjo chamado Carol. Ela é a paz que tanto preciso e o sorriso que anima meus dias. Se chegarei a ser mestre, doutor ou qualquer outra titulação, isto o futuro dirá. No entanto, tenho a certeza que serei um eterno apaixonado por ti, Carol!

"O que já foi feito tem a realidade aguda de todas as coisas que vimos e experimentamos; o novo é apenas o fruto de nossa imaginação. Levar a cabo um plano novo e agir de acordo com um plano habitual são coisas tão diferentes quanto fazer uma estrada e caminhar por ela".

(Joseph Schumpeter, *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I – Grandes Potências e o século XIX: Revolução Industrial, imperialismo britânico e formação da grande empresa moderna 11

1) – O contexto econômico do século XIX: Revolução Industrial e o imperialismo de livre comércio britânico.....12

2) – Estados Unidos e a formação da Grande Empresa Moderna 19

3) – Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co.: uma grande empresa moderna européia.....23

3.1) – Novos Tempos: modernização da empresa e diversificação da produção 27

3.2) – Fusão e expansão 31

CAPÍTULO II – Brasil e a ascensão do café no XIX.....35

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO III: Crise agrária brasileira e imigração: a chegada de Louiz Nougués ao município de Araras 49

1) – Ensino agrícola: uma das alternativas à modernização agrícola.....54

2) – Escola de Trabalhadores Rurais Senador Lacerda Franco: Louiz Nougués e sua chegada ao município de Araras 59

CAPÍTULO IV – Formação da Companhia Ararense de Leiteria (1909) e os condicionantes do investimento industrial à época.....69

1) – Convênio de Taubaté: grande capital cafeeiro e as oportunidades de inserção na indústria.....69
2) – Araras (SP): marcha do café e queda de produtividade.....89
3) – Companhia Ararense de Leiteria (1909): a união de Louiz Nougués ao grande capital cafeeiro 94

CAPÍTULO V – O auge e a dissolução: expansão da Companhia Ararense de Leiteria e seu processo de aquisição pela Nestlé 113
1) – Crescimento e expansão da Leiteria durante a I Guerra Mundial (1914-1918).....113
2) – Venda da Leiteria e Chegada da Nestlé (1921).....122

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....129

BIBLIOGRAFIA E FONTES.....133

ANEXOS.....143

ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS, MAPAS E FOTOS

Gráficos

Gráfico 1 – Exportação brasileira de café – 1821-1890 39
Gráfico 2 – Imigrantes preferidos à lavoura brasileira (1925) 53
Gráfico 3 – Evolução financeira da Companhia Ararense de Leiteria (1909-1917) 122
Gráfico 4 – Comparação entre o valor de venda da Leiteria (1921) e o orçamento do município de Araras para o ano de 1922 126

Tabelas

Tabela 1: Número e valor de escravos em municípios da Província de São Paulo (1886) – valores em mil réis (Rs.) 63
Tabela 2: População de Araras em 1886 63
Tabela 3: Estabelecimentos comerciais e industriais urbanos no município de Araras e origem de seus proprietários (1896-1912) 64
Tabela 4: Orçamento do município de Araras (SP) entre 1902-1905 e os gastos com educação – em Mil Réis 67
Tabela 5: Brasil e seus principais produtos de exportação (1821-1910) 70
Tabela 6: Produção mundial de café entre 1885 e 1900 – (milhares de sacas de 60kg) 72
Tabela 7: Brasil: Taxa cambial e preços internos e externos do café (1889-1900) 73
Tabela 8: Quantidades compradas no mercado mundial (Consumo) do café e suprimento visível (Estoque), 1889-1900 – em milhares de sacas de 60 kg 74
Tabela 9: Brasil: Taxa cambial e preços internos e externos do café (1899-1905) 76
Tabela 10: Produção mundial de café entre 1901 e 1906 – (milhares de sacas de 60kg) 81
Tabela 11: Quantidades compradas no mercado mundial (Consumo) do café e suprimento visível (Estoque), 1901-1906 – em milhares de sacas de 60 kg 82
Tabela 12: Brasil: Taxa cambial e preços internos e externos do café (1905-1910) 87
Tabela 13: Produção mundial de café entre 1906 e 1910 – (milhares de sacas de 60kg) 87
Tabela 14: População e produção cafeeira nas Zonas da Mogiana e da Paulista (1836-1935) 90
Tabela 15: Produção e área de café plantada em Araras e Jaboticabal (1886-1920) 93
Tabela 16: Capital das firmas do setor alimentício do estado de São Paulo em 1907 – valores em contos de réis 107
Tabela 17: Brasil – importações por tipo de bens, 1911-1918 114

Tabela 18: Importações através do porto de Santos, 1909-1918 (milhares de toneladas métricas) 114
Tabela 19: Números absolutos das importações brasileiras vindas da Suíça – 1911-1922 (valores em libras esterlinas) 115
Tabela 20 – quantidades e valores de leite em conserva importado da Suíça para o Brasil - 1908-1912 – (quantidades em quilos e valores em mil réis). 115
Tabela 21: Acionistas da Companhia Ararense de Leiteria e seus respectivos números de ações – ano de 1916 118
Tabela 22: Acionistas da Companhia Ararense de Leiteria, seus respectivos números de ações e o valor das mesmas (em contos de réis) – ano de 1917 119

Mapas e fotos (anexos)

1 – Farinha Láctea Nestlé em 1876 (www.nestle.com.br) 143
2 – O Caminho dos Goiases 144
3 – Na canoa: Guilherme Mani, João Ribeiro, Lourival Dias, Olavo Dias e Alaor Kammer. Ao fundo, a Leiteria (Matthiensen, 1994) 145
4 – Estações da Paulista no Município de Araras: Remanso, Araras, Loreto, Elihu Root e São Bento (www.estacoesferroviarias.com.br) 146
5 – Chegada do leite na Estação de Araras: 1912 (www.estacoesferroviarias.com.br) 147
6 – Embalagem de Milkmaid – que no Brasil se tornou o Leite Moça (www.nestle.com.br) 148
7 – Planta do município de Araras no início da década de 1920 149

Resumo

O objetivo deste trabalho é elucidar a formação da Companhia Ararense de Leiteria e, para tanto, será preciso entender que o capital cafeeiro tem diversas faces, que a relação café-indústria não é uma via de mão única – nem sempre dificuldades na lavoura cafeeira implicam em adversidades ou diminuição de inversões de capitais à indústria – e que a economia cafeeira no Oeste Paulista, região em que se insere o município paulista de Araras, é caracterizada pela formação de um complexo, o complexo cafeeiro paulista. Nele, a atividade principal, o café, está em conexão com as atividades componentes, estimulando-as através da demanda de infra-estrutura necessária ao bom andamento da atividade principal. Dessa forma, bancos, serviços de iluminação pública, de água e esgoto entre outros são impulsionados pela expansão do café e, ao mesmo tempo, são uma necessidade para tal expansão.

A indústria é uma destas atividades componentes. Apreender as nuances do grande capital cafeeiro, sua ligação com os elementos externos e como se dava as decisões de investimento por parte do mesmo é o que pretendemos e almejamos com a análise da trajetória do francês Louiz Nougués e da Companhia Ararense de Leiteria.

Palavras-Chave: Leiteria; Nougués; Araras; Café.

Abstract

The objective of this work is to elucidate the formation of Companhia Ararense de Leiteria, and to this, it must understand that the capital coffee has several faces, that the coffee-industry relationship is not only one-way street - not always imply difficulties in coffee crop in adversity or decrease in capital investments to the industry - and that the economy coffee in the West Paulista, a region in which the paulista municipality of Araras is located, is characterized by the formation of a complex, the paulista cofee complex. Here, the main activity, coffee, is in connection with the activities components, encouraging them through the demand for infrastructure necessary for the smooth running of the core business. Thus, banks, services of public lighting, water and sanitation among others are driven by the expansion of coffee and at the same time, are necessaries for such expansion.

The industry is a component of these activities. Capturing the nuances of big coffee capital, its connection with the external elements and how they gave the orders for investment from the same is what we want and desire with the analysis of the trajectory of the french Louiz Nougués and of the Companhia Ararense de Leiteria.

Key-words: Dairy; Nougués; Araras; Coffee.

INTRODUÇÃO

Analisar a indústria brasileira do início do século XX é defrontar-se com a realidade de um setor que ainda era incipiente no país. Na época, a economia nacional baseava-se na produção e na exportação de café – já em 1893, a rubiácea representava 63% das exportações brasileiras (BAER, 2002, p.38).

Porém, antes de adentrar naquilo que há de específico na história da Companhia Ararense de Leiteria, é necessário posicioná-la no contexto do debate que ocorreu sobre a indústria brasileira em seus primórdios. Claro que é questionável falar de um processo de industrialização, antes de 1930, no Brasil – não havia um setor de bens de capital. O principal motivo é que nosso crescimento econômico era induzido pelas exportações – junção de uma pequena atividade industrial e de uma agricultura de subsistência incapazes de dinamizar a atividade interna – que visava atender à demanda externa por produtos primários, o que tornava nossa economia dependente (TAVARES, 1977, p. 31)[1]. Porém, o fato é que existiram empresas no Brasil no início do século XX, dentre as quais queremos destacar a Leiteria, focando o contexto em que surgiam as empresas que atendiam, sobretudo, um mercado local.

Em que pese o mundo, entre 1896-1914, ter presenciado uma onda inflacionária (LANDES, 1994, p.241), durante a Primeira República, mas não somente neste período, a economia brasileira, apoiada na exportação do café, cultura que, apesar de conviver com crises internacionais e fortes alterações nos preços, impulsionou atividades componentes – como o ferroviário, o de seguros e o portuário. O café que, segundo Caio Prado Júnior (1969, p. 223), no conjunto dos produtos exportados à época, tinha "[...] o primeiro e soberano lugar [...]", não era a única cultura que o Brasil enviava ao mercado externo – havia também a borracha no norte, o açúcar no nordeste, por exemplo (Villela & Suzigan, 1975, p. 9), no entanto, apesar dos demais produtos, era o café que articulava o Brasil à

[1] Celso Furtado (2003: 226) também não cita um processo de industrialização anteriormente a 1930. Segundo ele, neste período a economia brasileira era refém das variantes externas, ou seja, o centro dinâmico de nossa economia era voltado para fora da nação.

dinâmica capitalista mundial. No entanto, pagávamos um alto preço com nossa opção agro-exportadora, pois na vigência do *padrão-ouro*[2] :

> Os países produtores de 'commodities' estavam sujeitos a abalos excepcionalmente fortes nos preços de seus produtos no mercado. Muitos haviam se especializado na produção e exportação de uma pequena diversidade de produtos primários, o que os deixava expostos a flutuações voláteis de seus termos de troca. Os países na periferia também sofriam os efeitos desestabilizadores de mudanças nos fluxos de capital internacionais [...] um declínio no volume de fluxos de capital [vindos principalmente da Inglaterra] para as regiões geradoras de produtos primários não resultou [a partir de 1870] em um aumento estabilizador da demanda por exportações dessas 'commodities' em outras regiões do mundo. Da mesma forma, uma diminuição nas receitas das exportações das 'commodities' tornaria um país importador de capital um mercado menos atraente para investidores externos (EICHENGREEN, 2000, p.68 e 69).

A despeito das subidas e descidas do preço internacional do café, nasceram indústrias, principalmente as de bens de consumo não-duráveis, como a indústria alimentícia, e a explicação deste fenômeno foi alvo de controvérsias sobre seu entendimento.

O problema está em compreender os efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) sobre a industrialização: teriam sido positivos ou negativos? Desta questão vem a "Teoria dos Choques Adversos" e a tese da "industrialização induzida pelas exportações" – polêmica que esteve em evidência nos anos 1970 (SAES, 1989, p. 25). Os que defendem a "Teoria dos Choques Adversos" – Albert Fishlow, Werner Baer e outros – afirmam que a Primeira Guerra impulsionou e foi primordial para a indústria nacional de transformação, pois apoiou a primeira onda de industrialização através da substituição de importações. Contrária a esta idéia é a análise que mostra o crescimento industrial anterior à guerra como reflexo dos lucros gerados pelo café – principalmente em São Paulo – e que, a I Guerra Mundial teria freado este boom industrial, ao dificultar a importação de máquinas e outros insumos às indústrias nascentes, visão exposta por Warren Dean, Villela & Suzigan e outros autores.

[2] No sistema econômico do padrão-ouro a prioridade dos bancos centrais calcava-se na manutenção da conversibilidade das moedas em ouro, tornando-se essencial a defesa das reservas de ouro em seus depósitos. A preponderância era do banco central da Inglaterra.

Os que defendem a "Teoria dos Choques Adversos" afirmam que a Primeira Guerra impulsionou e, foi primordial, à indústria nacional de transformação, pois, apoiou a primeira onda de industrialização através da substituição de importações. Um dos que concordam com esta idéia é Fishlow (1972, p. 08) ao afirmar que o processo de substituição de importações que o conflito possibilitou teve grande relevância devido aos saltos nos indicadores da demanda, apesar de não ter havido uma seqüência em relação à capacidade de produção, que não teve grandes aumentos. Contudo, os lucros criados por este processo incentivaram novos investimentos. Fishlow (1972, p. 19) cita o caso dos produtos têxteis para ilustrar o crescimento da produção no período da Primeira Guerra. Em 1918, a produção de tecidos superou a de 1914 em 57%, isto devido, principalmente à substituição de importações, que fez com que a produção interna de tecidos consumidos no mercado nacional aumentasse de menos de dois terços para 85% ao final do conflito. Por fim, o choque exógeno que a guerra causou foi de grande importância ao possibilitar que a capacidade industrial já instalada levasse à frente o processo de industrialização brasileira, através da substituição de produtos importados que, antes de 1914, competiam com as manufaturas nacionais pelo nosso mercado (Fishlow, 1972, p. 20).

Outro que seguiu este pensamento foi Baer (1966, p. 16), quando disse que "os surtos de industrialização que se manifestaram nas primeiras décadas do século XX tiveram por motivo principal choques oriundos do setor externo", como foi o caso da Primeira Guerra. A indústria anterior à guerra aumentou sua produção devido a um maior protecionismo, através das tarifas aduaneiras, das facilidades para a compra de máquinas, instrumentos e matérias-primas, possibilitadas pela Caixa de Conversão[3], à mão-de-obra imigrante que não encontrava emprego nas lavouras cafeeiras e ao aumento do número de usinas elétricas e ferrovias. Porém, todos esses fatores têm suas dimensões reduzidas quando comparados ao estímulo que a guerra proporcionou à indústria brasileira. O conflito gerou uma carência de produtos importados, o que atraiu o interesse para a criação de novas indústrias que

[3] A Caixa de Conversão, criada em 1906 pelos cafeicultores reunidos no Convênio de Taubaté, era um fundo de estabilização cambial. Através da promoção de uma ligeira valorização inicial e estabilização da taxa de câmbio depois, a caixa foi importante fator de proteção à riqueza dos plantadores de café. Oferecendo cambiais a uma taxa ligeiramente acima da taxa de mercado, a Caixa evitou que a forte pressão para a valorização cambial existente até 1912 diminuísse a lucratividade da cultura cafeeira (VILLELA; SUZIGAN, 1975, p. 97).

preenchessem esta lacuna no mercado brasileiro, possibilitando a criação de 5.936 novas indústrias e o aumento do valor da produção de alimentos (alimentos bebida e fumo), cuja participação na produção industrial era de 26,7% em 1907 e alcançou a marca de 40,6% em 1920.

Porém a estrutura econômica do Brasil pouco mudou com este surto industrial. A maioria das indústrias que surgiram no período da guerra era pequena e, na indústria pesada, a importação de máquinas e peças ainda era necessária às atividades industriais. Além disso, com o fim da guerra e a recuperação da produção industrial na Europa, aliada aos produtos norte-americanos, ficou nítida a pouca competitividade dos produtos brasileiros em relação aos concorrentes estrangeiros – os bens nacionais eram caros e de menor qualidade. Assim, na década de 1920, muitas das indústrias nacionais que foram instaladas durante a guerra passaram a ter grandes dificuldades, retrocedendo na maioria das vezes (BAER, 1966, p. 17 e 19).

Contrária a esta idéia é a análise que Dean faz sobre os efeitos da Primeira Guerra na industrialização. Atrelando a industrialização à exportação e aos lucros gerados pelo café, Dean (1991, p. 93) afirma que é "evidente que o crescimento continuado da indústria paulista resultou do crescimento do comércio do café". Esta indústria expandiu-se, entre 1889 e 1913, apoiada na fácil obtenção de crédito bancário, na expansão geográfica do mercado paulista, tornando-se independente do Rio de Janeiro e atraindo os importadores cariocas, na construção de ferrovias, nas isenções fiscais para a importação de maquinaria e em outras medidas, como plano de Valorização do Café[4], em 1906, que fez os preços do produto subirem novamente, o que possibilitou também uma melhora no comércio e na indústria, com os empresários paulistas comprando máquinas e expandindo as fábricas. Com o advento da Primeira Guerra, as indústrias passaram a ser prejudicadas com as dificuldades em importar seus bens de capital e matérias-primas. Apesar disso, houve um crescimento da produção industrial paulista, baseado fortemente no parque industrial que

[4] O Plano de Valorização, acertado em 1906 no Convênio de Taubaté, arquitetado pelos cafeicultores e pelo Estado de São Paulo tinha os seguintes propósitos: manter os preços do café entre 55 e 66 francos a saca; negociar um empréstimo externo de 15 milhões de libras para viabilizar a intervenção no mercado; taxar o plantio de novos cafeeiros; criar a Caixa de Conversão; e proibir a exportação de cafés de menor qualidade (MELLO, 1998, p. 146-47).

existia antes da guerra – 721 firmas paulistas fundadas antes de 1905 ainda existiam em 1920 (DEAN, 1991, p.101). Baseando o crescimento da produção numa capacidade já instalada, que atendia ao crescente mercado consumidor de São Paulo – proporcionado pelas exportações de café – Dean (1991, p.107) afirma que "[...] a Primeira Guerra não foi, por si mesma, particularmente estimulante para a indústria paulista".

Quem também questionou os benefícios da Primeira Guerra Mundial à indústria brasileira foram Villela e Suzigan, apesar de não atrelarem totalmente o crescimento industrial ao setor cafeeiro. A Guerra fez com que os países aliados envolvidos nela passassem a importar uma quantidade maior de gêneros alimentícios essenciais. Deste modo, as exportações brasileiras de açúcar, carnes, banana e tecidos de algodão aumentaram entre 1914-18 (VILLELA; SUZIGAN, 1973, p.130). Por outro lado, as importações de bens de capital, matérias-primas e combustíveis tiveram uma drástica redução durante o mesmo período – fato que inviabilizou a única fonte de suprimento de maquinaria industrial e impediu a expansão na capacidade produtiva – além do declínio no consumo aparente de aço e cimento, indicadores da formação de capital na indústria. Estes fatores mostram que é difícil acreditar num surto industrial ocorrido durante a Primeira Guerra; tal surto parece ter existido entre 1905-1912, quando os mesmos indicadores demonstram um forte crescimento, que foi bloqueado pelo conflito. Na realidade o que aconteceu foi um crescimento da produção industrial baseado na melhor utilização da capacidade produtiva já instalada, e, por isso Villela e Suzigan (1973, p. 132) perguntam ao final, "[...] talvez o correto seja indagar se o surto industrial que parece ter ocorrido nos anos 1905-1912 não teria levado a um processo de industrialização na ausência da Guerra de 1914-1918".

Contudo, ambas as explicações, "Teoria dos Choques Adversos" e "Industrialização induzida pelas Exportações", não conseguiam apreender em sua totalidade o crescimento industrial brasileiro do início do século XX. Flávio e Maria Teresa Versiani exemplificam este dilema em sua análise sobre a evolução da indústria têxtil brasileira, quando mostram que a crise externa, ao derrubar o câmbio, estimulava a produção industrial e reduzia o investimento. Já a expansão das exportações, por outro lado, ao subir o câmbio impulsionava o investimento, mas prejudicava a produção nacional, através do declínio nos

preços dos importados, resultando em uma ambigüidade entre exportações e indústria, assim resumida:

> [...] o início da industrialização surge como resultado dos estímulos produzidos pela conjugação de períodos de dificuldades no setor externo com períodos em que a economia voltou-se mais para o exterior. De um lado, evidencia-se o fato de que 'os choques adversos' não teriam tido o impacto que tiveram na ausência de fases anteriores de formação de capacidade produtiva. De outro lado, a interpretação da industrialização como um resultado direto da expansão das exportações aparece como notoriamente insuficiente e simplista (VERSIANI; VERSIANI, 1977, p. 141).

A história da Companhia Ararense de Leiteria evidencia tal impasse nas explicações, pois fica difícil caracterizá-la somente em uma das visões da indústria brasileira do início do século XX. Esta firma, como será mostrada, nasce na onda do crescimento industrial anterior à Primeira Guerra Mundial, em 1909 – período não tão favorável à lavoura cafeeira. Mas nota-se, também, uma expansão de suas atividades e de seu capital no período da guerra, o que mostra que o conflito lhe foi benéfico. Mais interessante para elucidar a formação e o desenvolvimento da Leiteria são as interpretações da gênese da indústria brasileira, que fundam suas origens no desenvolvimento capitalista da economia cafeeira, tratando imigração européia, trabalho assalariado, formação de mercado de trabalho, constituição da burguesia cafeeira e sua predominância mercantil como características do desenvolvimento capitalista no Brasil (SAES, 1989, p. 30).

A questão é ater-se não em determinismos cronológicos – antes, durante ou depois da I Guerra Mundial – mas, perceber que o que está por trás das decisões de investir ou não na indústria nada mais é que o próprio capital cafeeiro, o qual possui várias faces.

> O capital cafeeiro tinha, portanto, diversos aspectos, ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Esses diferentes aspectos correspondem a diferentes funções do capital e tendem, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes – o capital agrário, o capital industrial, etc. – a frações de classe particulares (a burguesia agrária, burguesia industrial, burguesia comercial, etc.). Na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista, essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não definem (pelo menos *diretamente*) frações de classes relativamente autônomas: não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial, etc,, mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções (SILVA, 1995, p. 54).

Dessa forma, para elucidar a formação da Companhia Ararense de Leiteria será preciso entender que o capital cafeeiro tem diversas faces, que a relação café-indústria não é uma via de mão única – nem sempre dificuldades na lavoura cafeeira implicam em adversidades ou diminuição de inversões de capitais à indústria – e que a economia cafeeira no Oeste Paulista, região em que se insere o município paulista de Araras, é caracterizada pela formação de um complexo, o *complexo cafeeiro paulista* (CANO, 1981). Nele, a atividade principal, o café, está em conexão com as atividades componentes, estimulando-as através da demanda de infra-estrutura necessária ao bom andamento da atividade principal. Dessa forma, bancos, serviços de iluminação pública, de água e esgoto entre outros são impulsionados pela expansão do café e, ao mesmo tempo, são uma necessidade para tal expansão.

A indústria é uma destas atividades componentes. Apreender as nuances do *grande capital cafeeiro*, sua ligação com os elementos externos e como se dava as decisões de investimento por parte do mesmo é o que pretendemos e almejamos com a análise da trajetória da Companhia Ararense de Leiteria.

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I – Grandes Potências e o século XIX: Revolução Industrial, imperialismo britânico e formação da grande empresa moderna

O século XX, assim como este início do XXI, foi e está sendo cenário das disputas cada vez mais ferrenhas das grandes corporações por fatias sempre maiores de mercado e pela obtenção de seus suprimentos de matérias-primas. A busca pela integração vertical fez destas empresas os símbolos de um capitalismo concorrencial que, em muitos casos, tendeu a um monopolismo, uma vez que as grandes corporações foram adquirindo empresas menores e aumentando suas vantagens competitivas e barreiras à entrada. Contudo, pensar que a emergência destas corporações é um fenômeno inerente apenas ao século passado é cometer uma negligência histórica, para não dizer um anacronismo.

O século XIX foi o *locus* de formação das assim chamadas multinacionais. A *grande empresa moderna*[5] há de ser compreendida no âmbito da Revolução Industrial e do *imperialismo de livre comércio britânico*[6] e a formação de um mercado mundial. Com estas palavras, desde já, é necessário ter em mente que estas grandes corporações não foram engendradas pela economia dominante do período. Nossa caracterização de grande empresa aplica-se aos casos de capitalismo atrasado[7], ou seja, às empresas norte-americanas e do continente europeu.

O século XIX não viu apenas o aumento da escala de produção e o adensamento das práticas empresariais. O período marcou a formação de uma nova mentalidade. O empresário capitalista tratou não apenas de formular seus inventos, mas de viabilizar a execução dos mesmos, que, de empresas individuais passariam a sociedades anônimas multinacionais.

---

[5] O tratamento da grande empresa moderna, sua origem e caracterização foram empreendidos por Alfred Chandler (1998) em sua análise da formação empresarial nos Estados Unidos do século XIX e que será vista adiante.

[6] A caracterização da dominação econômica e também política, exercida pela Inglaterra durante o século XIX, utilizada neste trabalho, apóia-se fortemente na análise do período realizada por Giovanni Arrighi (1996) e sua idéia de ciclo sistêmico de acumulação que será vista posteriormente.

[7] Esta distinção entre capitalismo originário (Inglaterra) e atrasado (os outros países em que o capitalismo se espraiou posteriormente), lembrando ainda do capitalismo tardio, é mais bem abordada por Oliveira (1985).

1) – O contexto econômico do século XIX: Revolução Industrial e o imperialismo de livre comércio britânico

O século XIX, em seu contexto econômico, tem raízes na grande mudança ocorrida no final do século XVIII, com o início da Revolução Industrial. A transição do trabalho artesanal para a indústria e fabricação mecanizada fez aumentar geometricamente a escala de produção em diversos ramos, num movimento que se iniciou na Inglaterra e foi se difundindo para o resto do continente europeu e outras áreas, com uma rapidez impressionante. Segundo Hobsbawm :

> O que significa a frase "A Revolução Industrial Explodiu"? Significa que a certa altura da década de 1780 e pela primeira vez na História da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornou capaz da multiplicação rápida constante e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços (HOBSBAWM, 2003, p.50).

A Revolução Industrial teve como um de seus pilares, uma mudança tecnológica que muito alterou as condições produtivas em relação ao que se tinha anteriormente. Como afirma Landes:

> O cerne dessa Revolução foi uma sucessão inter-relacionada de mudanças tecnológicas. Os avanços materiais ocorreram em três áreas: 1) houve uma substituição das habilidades humanas por dispositivos mecânicos; 2) a energia de fonte inanimada, especialmente a vapor, tomou o lugar da força humana e animal; 3) houve uma melhora acentuada nos métodos de extração e transformação das matérias-primas, especialmente no que hoje se conhece como indústrias metalúrgicas e químicas (LANDES, 1994, p. 6).

Contudo, é importante frisar que toda esta mudança associada à Revolução Industrial não trouxe apenas benefícios aos nela envolvidos. Ela "[...] gerou mudanças dolorosas na estrutura do poder. Ela não criou os primeiros capitalistas, mas produziu uma classe empresarial de tamanho e forças sem precedentes [a burguesia]" (LANDES, 1994, p. 13). Mas, àqueles que foram arrancados do campo e jogados ao submundo das grandes e poluídas cidades industriais inglesas, a condição de participantes do jogo capitalista, como consumidores de artigos manufaturados, nem sempre podia ser cumprida, pois a transição

destes pequenos proprietários rurais ao papel de proletariado urbano foi das mais complicadas. Como diz Hobson:

> Da mesma maneira que associamos os primórdios do "capital" à acumulação de rendas da terra, devemos também associar os primórdios de uma classe assalariada móvel a mudanças na agricultura e na indústria, em virtude das quais, grande número de habitantes das zonas rurais perdeu seu antigo status de pequenos proprietários ou ocupantes de terras, ou como trabalhadores com alguma participação nos lucros do estabelecimento agropecuário que eles ajudaram a desenvolver (HOBSON, 1983, p.14).

A passagem das oficinas artesanais às fábricas e usinas implicou uma distinção de papéis. Dentro das novas funções e responsabilidades que os participantes no processo produtivo tinham que zelar havia uma separação entre, de um lado, o empregador que contratava a mão-de-obra, comercializava o produto acabado e, além disso, fornecia o equipamento fundamental e supervisionava seu uso. Do outro, ficava o trabalhador que, agora incapaz de possuir e fornecer os meios de produção, via-se diminuído à condição de operário. O vínculo econômico que unia empregador e trabalhador era o salário e a relação funcional de supervisão e disciplina, a qual se tornou a base da racionalização do trabalho, permitindo uma maior produtividade de homens e máquinas, a fim de atender a crescente demanda por manufaturas (LANDES, 1994, p. 6 e 7).

A produção em massa – principalmente britânica – era necessária uma vez que a Inglaterra se propôs a funcionar como a oficina do mundo. A criação e busca constantes de novos mercados consumidores impulsionava e pressionava as unidades fabris inglesas. Era importante um grande rol de manufaturas que utilizassem as matérias-primas importadas de novos lugares, pois, nestas trocas comerciais, a Coroa Britânica lucrava ao pagar baixos preços pelos insumos em relação aos valores recebidos nos destinos finais de suas manufaturas. Mais do que nunca, a expressão *mercado mundial* assumia contornos realísticos, como mostra Hobsbawm:

> O capitalismo tinha agora o mundo inteiro a seu dispor, e a expansão simultânea do comércio e dos investimentos internacionais dá bem a medida do entusiasmo que teve em capturá-lo. O comércio mundial entre 1800 e 1840 não tinha chegado a duplicar. Entre 1850 e 1870, cresceu 260%. Qualquer coisa vendável era negociada, mesmo aquelas que sofriam direta resistência do país comprador, como o caso do ópio da Índia Britânica exportado para a China (HOBSBAWM, 2005, p.54).

É óbvio que este *boom* comercial apoiado em unidades fabris, novas formas de organização do trabalho, aumentos nas escalas de produção e maior integração entre os Estados Nacionais – pelo menos na esfera econômica – não foi uma constante durante todo século XIX e início do XX. A discussão sobre os ciclos econômicos não será esmiuçada aqui, mas houve uma variação de tendências durante o século XIX. Talvez, não a deflação prolongada e aguda que Landes (1994, p. 242) imputa ao período entre 1817 e 1896. Mas, a conjuntura econômica mundial entre 1873-1896 viu uma queda generalizada dos preços, em uma média de um terço em cada produto, aliada a uma queda na taxa de juros que apontava queda nos lucros e a perspectiva de ruína do sistema econômico mundial. Esta onda pessimista só iria se alterar nos últimos anos do século XIX, com uma nova subida dos preços, que marcou a Era Eduardiana, a *Belle Époque*, mas que tinha como pano de fundo uma corrida armamentista dos países europeus e das nações emergentes, Estados Unidos e Japão, em busca de obter novos territórios e fontes de matérias-primas. Este *Imperialismo* tornou a África, e outras áreas do mundo, um quebra-cabeça das poderosas Nações:

> [...] a política imperialista foi a política expansionista dos maiores países europeus, da América do Norte e do Japão. Esta política estava, de ordinário, estreitamente ligada aos interesses dos diversos ramos da economia nacional do tempo; sucedia mesmo que a política nacional funcionava como um órgão executivo dos grupos financeiros poderosos. Mas também sucedia muitas vezes o inverso: a exploração da economia para servir os desígnios do Estado [...] (GOLLWITZER, 1969, p.11).

Contudo, faz-se necessário uma análise mais apurada da dinâmica econômica deste capitalismo em ebulição[8]. É importante entender como se dava a relação da Inglaterra, uma vez que, [...] A Economia Britânica aparecia como monopolista no mercado mundial de produtos industriais [...] (OLIVEIRA, 1985, p.175), com as outras Nações, as quais, longe de assumirem um papel passivo, passaram a desenvolver formas alternativas de desenvolvimento capitalista.

[8] A classificação do capitalismo como industrial, monopolista, concorrencial, financeiro, etc. foi feita por vários autores, dentre eles, Eric Hobsbawm em suas *Eras*. Neste texto, preferimos adotar apenas o nome capitalismo. Este, uma vez que teve suas amarras retiradas, a partir da Revolução Industrial, adentrou cada vez mais na produção, fazendo dela sua casa (BRAUDEL, 1996, 200). Aliada à Revolução Francesa, implantou a dinâmica do capital e de sua valorização como fim exclusivo ao redor do mundo, sendo difícil dividi-lo em fases e, pior ainda, tentar delimitá-las.

A análise que Arrighi (1996) faz da evolução do capitalismo vem de questionamentos acerca da *financeirização* do capital a partir da década de 1970. A grande pergunta à época era a seguinte: este predomínio do capital financeiro marcaria o último estágio, e a posterior queda, da hegemonia norte-americana, como tinha ocorrido com o sistema britânico nos finais do século XIX, com um agravante que devemos levar em conta, que era a Guerra Fria e a ameaça do fim do capitalismo e o surgimento de um mundo socialista? No entanto, Arrighi, apoiado nos escritos de Braudel, contestou essa afirmação:

> Foi nesse clima intelectual que descobri, no segundo e terceiro volumes da trilogia de Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, o esquema interpretativo que se converteu na base deste livro. Nesse esquema, o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da destruição recorrente de 'antigos' regimes e da criação de 'novos' (ARRIGHI, 1996, p. IX e X).

A visão de Arrighi é também fortemente influenciada por Marx e seu D-M-D'. A discussão em torno das opções em torno dos investimentos é unida à idéia de Braudel de que com a maturidade de determinado desenvolvimento capitalista, aqueles que estão no alto (o terceiro andar braudeliano), os capitalistas, retiram-se de certas atividades, como a produção, e voltam-se às mais lucrativas, como àquelas ligadas aos serviços monetários, tornando-se banqueiros e outros tipos de investidores. Assim, Arrighi nos expõe a idéia de Marx:

> [...] a fórmula de Marx nos diz que não é como um fim em si que os agentes capitalistas investem dinheiro em combinações específicas de insumo-produto, com perda concomitante da flexibilidade e da liberdade de escolha. Ao contrário, eles o fazem como um *meio* para chegar à finalidade de assegurar uma flexibilidade e liberdade de escolha ainda maiores num momento futuro (ARRIGHI, 1996, p. 5).

Dentro desta caracterização da fórmula geral de Marx, Arrighi coloca que há uma alternância de épocas de expansão material (fase DM de acumulação de capital) com fases

de renascimento e expansão financeiras (fases MD'), sendo que, ao juntarem-se as duas fases constitui-se um ciclo sistêmico de acumulação:

> Nas fases de expansão material, o capital monetário 'coloca em movimento' uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário 'liberta-se' de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (DMD') (ARRIGHI, 1996, p. 6).

Assim, foram identificados quatro ciclos sistêmicos: 1) o ciclo genovês, que foi do século XV ao início do XVII; 2) o ciclo holandês, do fim do século XVI até maior parte do século XVIII; 3) o ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do XX; e 4) o ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX e que se encontra na atual fase expansão financeira. Dentro desta periodização, é possível que os ciclos sistêmicos se perpassem, sendo que todos duram mais de um século – unidade básica na análise dos processos mundiais de acumulação de capital (ARRIGHI, 1996, p. 6). Nosso foco de análise recairá sobre o ciclo sistêmico britânico, que moldou o século XIX e início do XX, sendo denominado por Arrighi como *imperialismo de livre comércio britânico*.

Cronologicamente, a ascensão financeira da Inglaterra remonta a 1776, com a Guerra de Independência dos Estados Unidos. Nesta, a vitória dos norte-americanos, apoiados pela aliança entre franceses e holandeses, mudaria o cenário econômico mundial. A retaliação dos ingleses à opção bélica holandesa traduziu-se em duras perdas de territórios ultramarinos, que agravaram a crise de seu domínio comercial baseado nas Índias Orientais. Em virtude desta crise Amsterdã, entre 1780-83, viu passar o trem da História e assistiu ao fortalecimento de Londres como novo centro dirigente das finanças mundiais. Na realidade, a cidade holandesa não foi riscada do mapa das altas finanças; durante bom tempo Londres e Amsterdã coexistiram no serviço financeiro mundial, mas a supremacia britânica era questão de tempo.

Talvez o tempo requerido à consolidação tenha sido pouco. Durante as Guerras Francesas, entre 1789-1815, a concessão quase que ilimitada de crédito aos fins bélicos, por parte da Inglaterra, elevou Londres à dominância nas altas finanças européias. Junto a isto

devemos colocar que a máquina de guerra a ser alimentada não foi só a francesa. Os gastos bélicos britânicos no período mencionado também foram elevados, mas, por outro lado, "como resultado desse aumento explosivo do endividamento e dos gastos públicos, a indústria britânica de bens de capital passou por uma expansão fenomenal" (ARRIGHI, 1996, p. 164). Esta demanda elevada impulsionou a siderurgia britânica que, por sua vez, em busca de fins rentáveis aos seus sub-produtos, acabou encontrando-os no desenvolvimento das ferrovias e dos navios de aço. Estas inovações, aliadas à mecanização na indústria têxtil, tornaram a indústria inglesa de bens de capital em uma máquina poderosa e autônoma de expansão capitalista (ARRIGHI, 1996, p. 165). O caráter unívoco desse movimento, em que uma coisa levou a outra, é descrito por Landes:

> Por um lado, muitos aperfeiçoamentos técnicos só foram viáveis depois de ocorrerem mudanças em campos correlatos [caso da máquina a vapor, que dependeu dos avanços da metalurgia] [...] Por outro lado, os aumentos de produtividade e produção advindos de uma dada inovação inevitavelmente exerciam pressão sobre as operações industriais correlatas [...] A oferta barata de carvão revelou-se uma dádiva dos céus para a indústria do ferro, que estava sendo asfixiada pela falta de combustível. Entrementes, a invenção e a difusão de máquinas na indústria têxtil e em outras indústrias criou uma nova demanda de energia e, portanto, de carvão e de motores a vapor; e esses motores, assim como as próprias máquinas, tinham um apetite voraz de ferro, o que reclamava mais carvão e energia. O vapor também tornou possíveis as cidades manufatureiras, que usavam quantidades inauditas de ferro (e, portanto, de carvão) em suas usinas de vários andares e seus sistemas de água e esgotos. Ao mesmo tempo, o processamento do fluxo de produtos manufaturados exigia grandes volumes de substâncias químicas – álcalis, ácidos e tinturas – cuja fabricação frequentemente consumia montanhas de combustível. E todos esses artigos – ferro, produtos têxteis e produtos químicos – dependiam de uma movimentação de mercadorias em larga escala, por terra e mar, desde as fontes das matérias-primas até as fábricas e novamente até os mercados, próximos ou distantes. A oportunidade assim criada e as possibilidades da nova tecnologia combinaram-se para produzir as ferrovias e a navegação a vapor que, evidentemente, aumentaram a demanda de ferro e de combustíveis, ao mesmo tempo em que expandiam o mercado de produtos manufaturados. E assim, sucessivamente, em círculos cada vez mais amplos (LANDES, 1994, p. 7 e 8).

No início da década de 1840 tornava-se nítido aos ingleses que seu mercado interno não absorveria tamanha produção, que haveria carência de matérias-primas à suas indústrias e que os lucros seriam decrescentes. A solução seria a busca de novos mercados e a promoção unilateral do livre e intenso comércio. Esta busca redundou na formação de um império britânico na Índia, por volta de 1857, dando aos ingleses o controle de recursos

financeiros e materiais – inclusive recursos humanos militares – os quais serviram à consolidação do domínio britânico na Europa. Além disso, o apelo e a imposição do livre comércio em escala mundial ligavam todas as Nações à Inglaterra. Baseada numa divisão internacional do trabalho, a *Inglaterra se tornou o banco*[9]*, a oficina e o mercado do mundo*. Adicionando-se a isto as novas conquistas territoriais britânicas, que se inserem no *Neocolonialismo* do fim do século XIX, temos a configuração do *imperialismo de livre comércio britânico*:

> A Grã-Bretanha ficou com a parte do leão nessa conquista territorial. Ao fazê-lo, ressuscitou a dominação imperial numa escala que o mundo nunca tinha visto antes. Esse ressurgimento da dominação imperial constitui, de fato, a principal razão, para se designar a hegemonia mundial da Grã-Bretanha no século XIX pela expressão *imperialismo* de livre comércio – expressão que usamos não apenas para enfatizar o domínio britânico sobre o sistema mundial, mediante a prática e a ideologia do livre comércio, como fazem Gallagher e Robinson, mas também e especialmente para sublinhar as bases imperialistas do regime britânico de governo e acumulação em escala mundial com base no livre comércio [...] O imperialismo de livre comércio, ao contrário, estabeleceu os princípios de que as leis que vigoravam dentro e entre as nações estavam sujeitas à autoridade superior de uma nova entidade metafísica – um mercado mundial, regido por suas próprias 'leis' –, supostamente dotada de poderes sobrenaturais maiores do que tudo que o papa e o imperador jamais houvessem controlado no sistema de governo medieval. Ao apresentar sua supremacia mundial como a encarnação dessa entidade metafísica, o Reino Unido logrou ampliar seu poder no sistema interestatal muito além do que era justificado pela extensão e eficiência de seu aparelho coercitivo. Esse poder foi resultante da adoção unilateral de uma prática e uma ideologia de livre comércio pelo Reino Unido [a partir de 1860, com a assinatura do Tratado de Comércio Anglo-Francês] (ARRIGHI, 1994, p. 55).

Esta fase de expansão material (DM) do ciclo sistêmico de acumulação britânico seguiu até, aproximadamente, 1870. O contexto da Grande Depressão, entre 1873-1896, marcou uma nova etapa, em que se configurou uma expansão financeira britânica (MD'), como ocorrera com os ciclos anteriores. Os capitalistas ingleses, num movimento apontado por Braudel, voltaram-se intensamente aos circuitos financeiros e às inserções de capitais.

[9] Sobre a captação de recursos no mercado mundial, é imprescindível versar sobre o Padrão Ouro e o século XIX: "A pedra fundamental do padrão ouro no período anterior à [I] guerra foi a prioridade atribuída pelos governos à manutenção da conversibilidade. Nos países situados no centro do sistema: Grã-Bretanha, França e Alemanha não havia dúvida de que as autoridades fariam, em última instância, o que fosse necessário para defender a reserva de ouro de seus bancos centrais e manter a conversibilidade da moeda" (EICHENGREEN, 2000, p. 57).

Corrobora tal idéia o *boom* bancário britânico na segunda metade do século XIX – como os Rotschild e suas redes de comércio que, posteriormente, transformaram-se em bancos – e a expansão e integração das redes bancárias provinciais inglesas às redes da City, o centro financeiro londrino (ARRIGHI, 1996, p. 169). Mas, tal como ocorrera durante a passagem do ciclo sistêmico holandês ao britânico[10], o novo já se via nas entranhas do modelo a ser superado. A Grande Depressão de 1873-1896 era também fruto do acirramento das lutas intercapitalistas, que tinham nos Estados Unidos e Alemanha os dois grandes contestadores ao liberalismo inglês[11]. Contudo, foram os Estados Unidos e suas empresas que moldaram este novo ciclo sistêmico de acumulação.

2) – Estados Unidos e a formação da Grande Empresa Moderna

Arrighi já havia apontado que, diferentemente dos ingleses, a ascensão econômica dos Estados Unidos durante o século XIX havia se baseado na força de seu mercado interno de dimensões continentais. Em outras palavras, a falta de territórios, devido a uma chegada tardia na luta imperialista do fim daquele século, podia ser muito bem sanada com o uso das potencialidades internas.

O ano de 1776, com a Guerra de Independência norte-americana, havia sido o estopim da ascensão financeira britânica em detrimento dos negócios holandeses. Para os Estados Unidos, a Independência teve menor relevância econômica que a Guerra de Secessão, entre 1861 e 1865. Esta significou a união de um país que, entre 1778 e 1848, deixou de ser uma estreita faixa de terra ao longo do Atlântico para se tornar uma nação de tamanho continental, chegando às costas do Pacifico – as 13 colônias compreendiam uma área de 835. 202 Km^2 (espaço menor do que as áreas atuais dos Estados de São Paulo e Minas Gerais somadas). Mas, já em 1848, a superfície continental chegava a 9.363.292 Km^2,

[10] É importante frisar que a dominação econômica e financeira da Inglaterra só foi sobrepujada pelo domínio norte-americano após a Crise de 1929, consolidada no cenário do pós-II Guerra Mundial.

[11] Os Estados Unidos, com vistas a fomentar e proteger a indústria nacional, impuseram elevadas tarifas alfandegárias: 49,5% em 1890 e 30% em 1913, quando a Inglaterra tinha uma tarifa alfandegária nula e a Alemanha colocava sua taxa em 13% (HOBSBAWM, 1989, p. 64).

praticamente tomando a atual configuração – apoiada em um grande processo de aquisição de territórios, que visava integrar esta nação (JUNQUEIRA, 2001, p.39).

Com tamanho território, era necessário arranjar formas viáveis de integrá-lo política e economicamente. Para tanto, as ferrovias, que estavam em plena ascensão na Inglaterra a partir de 1840, foram fundamentais ao sucesso norte-americano.

Seguida à integração do território e ao fim da Marcha para o Oeste, houve uma intensa urbanização nos Estados Unidos. Mas, só a demanda não bastava à formação de um grande mercado nacional – é só lembrar do Brasil. A construção de ferrovias iniciou-se nos Estados Unidos na década de 1850, mas o *boom* aconteceu uma década depois. A demanda por ferro advinda das ferrovias estimulou a indústria pesada norte-americana. Além disso:

> [...] as ferrovias, com suas vultosas despesas de capital, seus custos operacionais fixos, seu grande contingente de mão-de-obra e pessoal administrativo, afora a complexidade técnica de suas operações, inauguravam novas formas de concorrência oligopolista e de gestão em escala, profissionalizada e burocratizada (CHANDLER, 1998, p. 40).

Principalmente em relação ao novo padrão de gestão, as ferrovias revolucionaram a indústria dos Estados Unidos. Ainda nos anos de 1870, a maioria das empresas norte-americanas produzia para uma economia agrícola, vendendo seus produtos e adquirindo matérias-primas em âmbito local e, quando necessitavam abastecer um mercado distante, utilizavam-se dos serviços de agentes comissionados; as empresas que escapavam a este esquema eram as que forneciam equipamentos à rede ferroviária em expansão. Contudo, a semente da mudança já estava plantada. A ferrovia impunha uma forma de organização que em muito diferia da atuação local vista até então. A necessidade de administrar operações geograficamente dispersas levou as companhias ferroviárias a criarem uma estrutura administrativa que distinguia os escritórios locais dos centrais, onde os locais administravam as operações de sua área e os centrais supervisionavam os escritórios locais.

As mudanças nas empresas norte-americanas, em função de suas novas formas de gerenciamento, ocorreram de duas maneiras: redução do custo unitário da produção e distribuição através da obtenção do maior volume de um só produto ou serviço em um único complexo industrial – *a economia de escala*. A outra é a produção de mais de um

produto ou serviço utilizando somente um complexo industrial – *a economia de escopo*. Ambas proporcionaram uma melhor produção de bens e serviços, o que permitiu aumentar o número de transações comerciais e relações contratuais que a empresa empreendia com outras unidades operacionais.

A integração vertical tornou-se cada vez mais comum às empresas norte-americanas. A indústria de bens de consumo foi a primeira a ser dominada pelas grandes empresas que integravam numa única organização empresarial os principais processos econômicos: produção ou aquisição de matérias-primas, fabricação, distribuição e financiamento. Chandler aponta, neste ramo industrial, duas origens:

> Tais organizações verticalmente integradas surgiram de duas maneiras muito diferentes. Quando o produto era algo de novo no gênero e especialmente apropriado ao mercado urbano, seus fabricantes criavam suas empresas primeiro montando grandes organizações de vendas e, depois, de compras. Esse parece ter sido o caso dos produtores de carne fresca, cigarros, farinha de trigo, banana, máquinas de costura e máquinas de escrever. Quando se tratava de produtos básicos tradicionais, a combinação horizontal costumava preceder a integração vertical, nas indústrias de açúcar, sal, couros, uísque, glicose, amido, biscoitos, querosene, fertilizantes e borracha, um grande número de pequenos fabricantes primeiro se agrupava em grandes unidades empresariais e depois criava suas organizações de vendas e de compras (CHANDLER, 1998, p.40).

Na indústria de bens de consumo há vários exemplos de empresas verticalmente integradas[12]. Porém, não foi somente nestas que os mesmos floresceram. A nova forma de organização empresarial também passou a predominar na indústria de artigos básicos e na de bens de produção [13]. A esta altura, a grande empresa moderna já adquirira seus traços:

> [...] como um conjunto de unidades operacionais, cada qual com suas instalações e seu quadro de pessoal, cuja totalidade de recursos e atividades é

[12] Um exemplo de grande organização verticalmente integrada era o frigorífico Swift – de propriedade dos irmãos Gustavus e Edwin Swift – que, antes do final dos anos de 1890, tinha os principais departamentos, como o de vendas, beneficiamento, compras e contabilidade, todos bem controlados pelo escritório central em Chicago. A ascensão do modelo de Swift fez com que os outros frigoríficos montassem organizações semelhantes, uma vez que, não queriam continuar como empresas locais (CHANDLER, 1998, p. 41 e 42).

[13] Na indústria de bens de produção norte-americana, a burocracia e o oligopólio chegaram um pouco mais tarde. Isto ocorre porque só após 1890, com a desaceleração observada na construção de ferrovias, as cidades norte-americanas, que cresciam rapidamente, passaram a ser o principal mercado para os bens de produção – aumentou a demanda urbana de iluminação, comunicação, aquecimento, energia, transportes, água, esgoto e outros serviços.

> coordenada, monitorada e alocada por uma hierarquia de executivos de segunda e primeira linhas. Somente a existência e a capacidade dessa hierarquia pode tornar as atividades e operações de toda a empresa algo mais que a mera soma de suas unidades (CHANDLER, 1998, p.305).

Se a ferrovia trouxe a possibilidade de expansão e novas formas organizacionais às empresas norte-americanas, também acirrou a concorrência entre as mesmas. Com as facilidades de transporte advindas dos trilhos, quase não havia restrições ao livre trânsito de mercadorias dentro do território dos Estados Unidos, o que possibilitava a concorrência de organizações empresariais geograficamente distantes, mas, que brigavam pelo mesmo mercado. Uma das formas que as empresas encontraram para vencer seus concorrentes foi através da integração horizontal, muitas vezes adquirindo a forma de *trustes*[14].

Dentre as bases que sustentam os trustes monopolistas estão: o acesso especial a matérias-primas; o controle especial de meios de transporte e distribuição; vantagens diferenciais na produção ou comercialização, em virtude de posse de patentes, marcas registradas e processos especiais; franquias, licenças ou outros privilégios públicos, concedendo monopólio ou restringindo a concorrência; e uma legislação tarifária. Mas, em virtude da ação predatória dos trustes, em 1890, o Congresso dos Estados Unidos, com a Lei Sherman, proibiu toda combinação ou acordo entre empresas que eliminasse a livre concorrência o que, na realidade, não impediu a formação dos trustes. O efeito desta lei refletiu-se em uma maior busca de oportunidades externas por parte das empresas norte-americanas, que sabiam que o mercado interno já não era palco suficiente a tantas e organizadas empresas. Assim, além de multidivisionais, as empresas norte-americanas se tornaram multinacionais[15]:

[14] Truste, termo de origem americana, que representa uma consolidação de capital dentro de uma organização econômica suficientemente grande e forte para controlar em medida apreciável, a oferta e o preço de venda dos artigos que negocia. Principalmente nos Estados Unidos, o truste é usado para designar qualquer grande corporação, ainda mais se ela for resultado da fusão de diversas empresas antes independentes. (HOBSON, 1983, p.138).

[15] Galbraith (1998, p. 264 a 283) descreve a formação da multinacional norte-americana United Global Interprises (UGE). Neste estudo de caso ele mostra que a empresa diversificou sua produção e partiu para novos ramos, pois, originara-se na indústria frigorífica no final do século XIX e, no XX, tinha várias unidades ao redor do mundo obtendo, por exemplo, no contexto da Guerra Fria, a concessão para lançar na União Soviética um refrigerante.

> As grandes empresas dos Estados Unidos começam a deslocar-se para países estrangeiros logo após se completar sua integração em escala continental [...] porque sua nova estrutura administrativa e seu maior poder financeiro lhes davam condições de fazê-lo. Ao converter-se em empresas nacionais, as corporações norte-americanas aprendem a converter-se em internacionais. Seu grande porte e sua posição oligopolista também lhes serviam de incentivo [pois] o investimento direto se converteu em uma nova arma em seu arsenal de rivalidade oligopolista (HYMER, 1978, p.47).

Porém, seria ilusório imaginar que as grandes empresas modernas restringiram-se à ex-colônia inglesa. A Europa, não somente a Inglaterra, também foi palco para o surgimento de modernas organizações empresariais que, posteriormente, expandiriam suas atividades e chegariam à condição de multinacionais.

3 – Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co.: uma grande empresa moderna européia

Na análise da Revolução Industrial aqui empreendida, grande importância foi dada aos avanços tecnológicos e organizacionais, no entanto além destes, outros fatores moldaram as feições do século XIX, como a ascensão da burguesia.

O burguês soube aproveitar as oportunidades de ascensão econômica e social possibilitadas pela Revolução Industrial: mudança para as cidades, para outras regiões ou países, que caracterizavam uma sociedade móvel no XIX. Além disso, uma maior valorização da instrução como forma de ascensão em uma sociedade em que as transformações tecnológicas eram rápidas. A isso se somou, segundo Landes (1994, p. 28 e 29), *a ética protestante e o espírito do capitalismo*[16], que racionalizaram a relação oração-trabalho. Este espírito também foi ressaltado por Hobson:

> Esse espírito, então novo e restrito a uns poucos mercadores-banqueiros, estava destinado a expandir-se até converter-se na própria vida da indústria moderna, absorvendo a maior parte da inteligência e da força de vontade das classes dirigentes no mundo moderno (HOBSON, 1983, p.20).

[16] Landes busca na obra de Weber a explicação para este novo espírito que moldou as ações burguesas no século XIX. Longe de concordarmos diretamente com esta análise, devemos afirmar que a religião é uma das explicações da ascensão de determinados indivíduos, e até territórios, e a estagnação de outros, havendo outros fatores que determinaram as trajetórias das nações.

O conhecimento aliou-se a este espírito de racionalidade. A ânsia de dominar a natureza e as coisas traduziu-se num desejo de aprendizado, fomentado pela vigorosa iniciativa privada que marcou o período:

> Ainda mais importante, talvez, foi o impulso assim dado à inovação: numa época em que a natureza e a direção das oportunidades tecnológicas eram muito menos óbvias do que hoje, a multiplicação dos pontos de criatividade era uma grande vantagem. Quanto mais pessoas buscassem maneiras novas e melhores de fazer as coisas, maior a probabilidade de que as descobrissem. Também nesse caso, o processo era auto-reforçador: as economias mais livres parecem ter sido as mais criativas; a criatividade promovia o crescimento; e o crescimento gerava oportunidades para outras inovações, intencionais ou acidentais (LANDES, 1994, p. 25 e 26).

Um dos exemplos de burguês que ascendeu socialmente através da união entre instrução e inovação foi o do farmacêutico e inventor germânico Henri Nestlé[17], nascido em Frankfurt am Main, Alemanha[18], em 1814. Filho de Johan Ulrich Matthias Nestle e de Anna Maria Catharina Ehemann, ambos provenientes de abastadas famílias alemãs, foi o undécimo de catorze irmãos, tendo uma infância normal, com uma educação religiosa luterana. A partir dos 15 anos começou a interessar-se por química e farmacologia, mas em função de problemas políticos no seu país, exilou-se na Suíça, em 1833, onde concluiu sua graduação média em1834, aos 20 anos. Em seguida, trabalhou como farmacêutico, entre 1834 e1839, e realizou muitos experimentos inventando novas bebidas e soluções.

Radicado em Vevey, na Suíça, adotou a grafia francesa de seu nome, como passou a ser conhecido até hoje. Interessado na industrialização de alimentos, ele adquiriu uma pequena propriedade para produção de azeite para consumo humano e para uso em bebidas alcoólicas, vinagre e outros produtos alimentícios. Logo desenvolveu um projeto para beneficiar águas minerais, com e sem gás carbônico, além de limonada gasosa, tornando-se um dos pioneiros na fabricação de bebidas de mesa engarrafadas e aromatizadas. Preocupado com os elevados índices de mortalidade infantil, começou a estudar, em1843,

[17] É importante frisar que numa caracterização schumpeteriana, Henri Nestlé seria um inventor, mas não um empresário ou empreendedor. Como veremos posteriormente, faltará a ele um item primordial na caracterização de Schumpeter (1982, p. 62): a liderança econômica.

[18] A descrição feita a seguir sobre a vida de Henri Nestlé e a formação de sua empresa encontra-se em ***www.nestle.com***. Várias consultas em 2007.

um produto que se revelasse eficaz na alimentação das crianças nos primeiros meses de vida baseado, segundo dizia, no "bom leite de vaca".

Devido a uma depressão econômica circunstancial, abandonou o negócio de bebidas e suas pesquisas em alimentos, para se dedicar à iluminação pública e à produção de gás. Depois se envolveu com o desenvolvimento de materiais para a construção civil, criando e fabricando aglomerantes resistentes à água e inventando um cimento artificial. Finalmente, em 1867 apresentou o invento que o tornou famoso. James Charles Louis Schnetzler, filho de um amigo e colaborador em seus inventos, com poucos meses de vida encontrava-se em precárias condições de saúde por não poder se alimentar com o leite materno. Sem perspectiva de sobrevivência eles decidiram administrar um novo composto alimentar formulado a partir de leite de vaca e farináceos, como experiência na tentativa de salvar a vida do bebê. Os resultados foram surpreendentes e salvaram o pequeno James. A esse produto milagroso ele deu o nome de Farinha Láctea, a famosa *Farine Lactée Henri Nestlé*, e deu início à sua produção industrial. Estava assim criado um produto que revolucionou a alimentação humana e o embrião da primeira empresa alimentar do mundo: a *Societé Farine Lactée Henri Nestlé*, destinada inicialmente (1867), apenas à produção e comercialização desta nova "farinha".

Nesta primeira fase de sua empresa, Henri Nestlé optou por consolidar a marca Nestlé como referência de bons produtos alimentícios. Uma de suas ações foi adotar o sobrenome como símbolo da empresa, que ficou representado, e até hoje se mantém, pelo ninho de pássaros[19]. Penrose mostra a importância em determinadas indústrias, como na de processamento de alimentos, da propaganda e de uma boa imagem relativa à origem do produto, no momento em que o consumidor realiza a compra:

> [...] a firma que precisa criar novos mercados para seus produtos sempre se encontra virtualmente nessa situação, já que raramente é possível propagar ou promover as vendas de um produto sem ao mesmo tempo divulgar a fonte de seu suprimento, se não aos consumidores finais do produto, certamente aos atacadistas e varejistas (PENROSE, 2006, p. 186).

[19] Inspirado na tradição de seu próprio nome – a palavra "nest" significa "ninho" em inglês e alemão -, Henri Nestlé idealizou uma marca destinada a ganhar fama internacional: o ninho de pássaros que simboliza uma fonte de alimentos, registrando-a em 1875. Henri Nestlé dizia, em 1869, que o ninho não era apenas uma marca comercial, mas também o brasão de sua família.

A consolidação da marca Nestlé na indústria alimentícia européia passava também pela produção exclusiva da Farinha Láctea. De 1867, ano da fundação da empresa suíça, a 1878, a Nestlé se dedicou exclusivamente à produção deste alimento. Esta atitude encaixava-se em uma estratégia de expansão empresarial, apoiada na perspectiva de crescimento da demanda do bem de consumo de então, afinal, a desnutrição assolava não só a Europa como o resto do mundo.

> Com outros fatores mantendo-se constantes, é usualmente mais barato e menos arriscado aumentar a produção de produtos já existentes do que ingressar em novos campos. Assim, quando a demanda dos produtos já existentes estiver crescendo e os empresários esperarem que esse crescimento continue, a 'demanda' aparecerá como principal fator a influenciar a expansão, e os planos de investimentos vigentes poderão estar vinculados de perto a estimativas empresariais das perspectivas de vendas crescentes nas linhas de produtos já existentes [...] Assim, numa economia em expansão, grande parte do crescimento das firmas pode ser vinculada de perto ao aumento da demanda de seus tipos originais de produtos dentro das mesmas áreas de mercado (PENROSE, 2006, p. 140).

A expansão da Nestlé sobre o comando de Henri foi nítida. O êxito da Farinha Láctea como alimento às crianças européias nos primeiros meses de vida foi altíssimo. Contudo, a concorrência dentro do mercado alimentício europeu foi se tornando cada vez mais acirrada. O imperialismo de livre comércio britânico impunha a redução das barreiras ao comércio internacional: abertura das economias nacionais aos produtos estrangeiros, simplificação das moedas, tráfego em vias internacionais navegáveis, tratados comerciais e diminuição substancial das tarifas alfandegárias entre as principais nações industrializadas da Europa (LANDES, p. 207). Tudo isto impulsionou as empresas européias a também buscarem novos mercados e, conseqüentemente, a se tornarem multinacionais. Com a Nestlé não foi diferente. O notável êxito comercial permitiu ao seu criador definitivamente abandonar os outros negócios e consolidar sua situação econômica. Abriu um escritório em Londres em 1868 que, nos cinco anos seguintes, controlou as exportações para a América do Sul[20] e Austrália.

[20]No Brasil as notícias da presença da Nestlé datam de 28 de outubro de 1876, com um anúncio de Farinha Láctea no jornal *A Província de São Paulo*.

Porém, todo este sucesso não foi suficiente a ponto de convencer o fundador e proprietário, Henri Nestlé, a continuar no comando dos negócios.

3.1) – Novos Tempos: modernização da empresa e diversificação da produção

Apesar de todo esforço e inovação vistos nas ações de Henri Nestlé, tanto no momento de formulação da Farinha Láctea, quanto na montagem de sua empresa, é difícil classificá-lo como típico empreendedor schumpeteriano. Se na vida empresarial, como afirma Schumpeter, construir uma estrada é bem diferente do ato de caminhar sobre ela, talvez Henri Nestlé possa ser encarado como um bom engenheiro, mas que seus inventos seriam usufruídos, utilizados ou administrados por outros, estes sim, dotados do espírito empreendedor.

A expansão dos negócios e o sucesso da Farinha Láctea conduziram a Nestlé a um patamar elevado dentro da indústria alimentícia. Aliás, o aumento da escala das empresas durante o século XIX foi acentuando-se com passar do tempo. Para tanto, a formação de sociedades anônimas, que buscavam capital de diversas formas e em várias fontes, teve grande relevância:

> O tamanho e o custo cada vez maiores do equipamento industrial, bem como as novas pressões competitivas produzidas pelos transportes mais baratos e pelo comércio mais livre, deram um forte estímulo a duas tendências já em andamento – o aumento da escala e, em menor grau, o da concentração. As empresas iam-se tornando sistematicamente maiores. Parte disso era uma ilusão estatística, pois a eliminação de unidades marginalmente ineficientes tendia a elevar a média estatística. Mas, grande parte era um crescimento real, à medida que as firmas de sucesso se expandiam e que as novas empresas se estabeleciam numa escala nunca antes sonhada. Foi aí que as sociedades anônimas deram sua maior contribuição (LANDES, 1994, p. 229).

É difícil imaginar o que se passou na cabeça de um indivíduo que viveu há cerca de 140 anos e desvendar suas motivações e razões empresariais. Apesar destas dificuldades buscou-se uma explicação para o nascimento e desenvolvimento da Nestlé enquanto empresa do ramo alimentar. Henri Nestlé poderia não estar preparado para maiores vôos que possivelmente sua empresa demandaria – a passagem da empresa individual à grande

sociedade anônima e seus vários acionistas. Para ele, parece que a riqueza e o prestígio obtidos com a venda da Farinha Láctea em diversos países foi oportunidade de abandonar os riscos de uma atividade empresarial em um contexto de extrema concorrência e voltar-se às outras atividades que cultuava, apesar destas serem menos lucrativas. Sobre isso Penrose afirma:

> A 'empresa' vincula-se obviamente de perto à 'ambição' mas, mesmo que uma firma não seja muito ambiciosa ela pode ser administrada de forma competente [...] Há muitos empresários, inclusive altamente eficientes, que nem sempre procuram obter maiores lucros no caso de isso exigir crescentes esforços, riscos ou investimentos da parte deles [...] Ocorre com freqüência que os horizontes de uma firma, particularmente de uma firma menor, são extremamente limitados. Contentes em fazer um bom trabalho em seu próprio setor, os empresários menos empreendedores podem muitas vezes nem mesmo considerar as possibilidades mais amplas que ficariam ao alcance deles se apenas levantassem a cabeça para vislumbrá-las. Se eventualmente obtêm uma percepção delas, eles podem carecer de coragem ou de ambição para atingi-las, embora possam ser produtores ambiciosos, eficientes e bem-sucedidos em seus campos de atividades ou no seu âmbito espacial (PENROSE, 2006, p. 75 e 78).

Dessa forma, a ambição de Henri Nestlé em prosseguir com os negócios de sua empresa foi inversamente proporcional à criatividade que demonstrou ao inventar seu produto. Assim, com uma sólida posição econômica e social, decidiu vender sua empresa, em 1874, por cerca de um milhão de francos. A Nestlé foi comprada por uma sociedade formada por Perre-Samuel Roussy, Jules Monnerat e Gustave Marquis e outros sócios menores, empregados de confiança e familiares – a passagem da empresa individual à sociedade anônima. Henri foi morar na cidade suíça de Glion, em 1875, onde passou a se dedicar aos ramos de hotelaria e turismo, como também a numerosas obras sociais, até que morreu em sua própria casa de Glion, em 1890, aos 76 anos de idade. Entre seus irmãos foi o único que se casou, mas não deixou descendência direta.

Esta mudança na direção da Nestlé representou também a transformação da firma ao conceito de grande empresa moderna anteriormente citada. A administração familiar deu lugar a uma hierarquia administrativa, em que diretores eram responsáveis pelas decisões, arcando com as responsabilidades pelas mesmas. Essa mudança não foi uma exclusividade da Nestlé:

> Sabemos que outras firmas foram estabelecidas com sucesso desde o final do século XIX, dando início à 'era das grandes empresas', que marcou o final de uma associação necessariamente próxima entre as fortunas de firmas e as de famílias (PENROSE, 2006, p. 73).

Prova de uma nova mentalidade empresarial por parte dos administradores da Nestlé está na diversificação produtiva que a firma empreendeu pouco tempo depois de ser adquirida pelo novo grupo. A diversificação há de ser vista como uma estratégia de crescimento por parte das firmas.

> A diversificação de produtos decorria da possibilidade de usar de maneira mais lucrativa as instalações e o pessoal empregados na produção, na comercialização e nas atividades de pesquisa visando igualmente a explorar as vantagens competitivas. A iniciativa de explorar tais vantagens competitivas organizacionais tornou-se a mola do crescimento da moderna empresa industrial na primeira metade do século XX (CHANDLER, 1998, p.332-3).

Porém, a escolha dos novos artigos a serem produzidos não é aleatória. Há de se levar em conta aceitação do futuro produto por parte dos consumidores e o *know-how* que a firma possui, ou seja, deve-se considerar os recursos produtivos existentes na firma e não iludir-se com uma possível demanda pelo produto. Assim, se determinada firma possui experiência na produção de dado artigo, seria interessante que este know-how fosse útil no momento da escolha do rumo da diversificação (PENROSE, 2006, p. 142).

Além disso, a diversificação produtiva pode ser encarada quase como uma necessidade, pois fica difícil a qualquer firma sobreviver às oscilações do mercado contando com apenas uma linha de produtos[21]. Investir em novos artigos pode ser a chave para igualar ou superar os concorrentes:

> Mesmo quando uma firma explora no máximo grau possível as oportunidades de ganho monopolista de que ela dispõe, a sua proteção para isso, embora freqüentemente ampla, nunca pode ser completa ou absolutamente garantida. Para muitas, se não para a maioria das firmas, a proteção mais efetiva a longo prazo, tanto contra a concorrência direta de outras como contra a

[21] É importante relacionar este cenário de concorrência capitalista com a destruição criadora de Schumpeter (1984, p. 112 a 114), pois "O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria [...] [pois o que está em jogo é] a concorrência através de novas mercadorias, novas tecnologias, novas fontes de oferta, novos tipos de organização (a grande unidade de controle em larga escala)".

> concorrência indireta de novos produtos, baseia-se na capacidade de anteciparem, ou pelo menos enfrentarem em pé de igualdade, as ameaças de inovações de processos, produtos e técnicas de comercialização (PENROSE, 2006, p. 181).

Dessa forma, aproveitando o *know-how* na fabricação de alimentos, adquirido com o pioneirismo na fabricação da Farinha Láctea, baseado nos recursos produtivos já existentes na firma, os novos donos da Nestlé partiram para a diversificação produtiva. Atentos às preferências e nuances do mercado alimentício, a escolha recaiu sobre um produto desenvolvido originalmente nos Estados Unidos por Gail Borden e que, na Europa era industrializado, desde 1866, por outro norte-americano Charles A. Page, através de sua empresa localizada na Suíça, a Anglo-Swiss Condensed Milk Co. Este produto era o leite condensado.

A Societé Farine Lactée Henri Nestlé iniciou a produção de leite condensado em 1878. Ao que tudo indica, a demanda pelo mesmo era grande e constante. Aliás, a elevada demanda por este gênero alimentício coadunava-se à mudança no padrão de consumo do cidadão europeu:

> A elevação sistemática da renda per capita, que atingia até as camadas mais baixas da população, liberou somas crescentes para a aquisição de produtos manufaturados [como o leite condensado], de confortos materiais em vez de gêneros de primeira necessidade.
> Diversos fatores reforçaram esse processo. Antes de mais nada, depois de 1875 os preços dos gêneros alimentícios caíram em relação aos demais [tendo como uma das causas] os novos métodos de conservação de alimentos, entre eles o enlatamento[22] e a refrigeração (LANDES, 1994, p. 249).

A evolução da Nestlé, após a introdução do leite condensado em sua linha produtiva, foi latente. Em 1898 adquiriu uma empresa norueguesa de leite condensado. Na mesma época foram abertas fábricas da firma na Suíça, Inglaterra, Alemanha e Espanha e, em 1900, a Nestlé abriu sua primeira fábrica nos Estados Unidos.

Toda esta expansão da empresa mostra a importância que teve a mudança na administração da empresa e a diversificação produtiva. Sobre a diversificação, é um fenômeno inerente às grandes firmas:

[22] As embalagens dos produtos Nestlé, Farinha Láctea e Milkmaid, eram enlatadas (*www.nestlé.com*).

> [...] pouquíssimas das mais antigas e maiores firmas da economia têm continuado a produzir os mesmos tipos de produtos no transcurso de suas existências, mesmo quando a demanda sobre eles cresceu substancialmente no período. Em contrapartida, nos casos em que a demanda dos produtos originais diminuiu ou desapareceu, as firmas ainda continuaram a expandir-se. O crescimento de quase todas as grandes firmas tem sido acompanhado por amplas mudanças na *composição* da 'demanda' que elas consideram relevantes em suas atividades. De um modo ou de outro, não obstante a aparente influência condicionante dos produtos existentes sobre a expansão a curto prazo, em prazos mais longos o rol de produtos das firmas tem mudado consideravelmente (PENROSE, 2006, p. 141).

Porém, a maior e mais importante decisão acerca do futuro da Societé Farine Lactée Henri Nestlé ainda haveria de ser tomada.

3.2) – Fusão e expansão

O leite condensado levou os negócios da Nestlé a um patamar de expansão que dificilmente poderiam ser imaginados por Henri Nestlé em 1867. O crescimento da empresa suíça em aproximadamente 40 anos foi vertiginoso. Contudo, o ramo pelo qual a firma aventurou-se na diversificação contava com um grande concorrente.

A Anglo-Swiss Condensed Milk Co. era detentora de um maior *know-how* acerca do processo de fabricação do leite condensado. Quando as primeiras pesquisas de Henri Nestlé com a Farinha Láctea estavam sendo conduzidas na Suíça e redundaram na fundação da Nestlé em 1867, a firma do norte-americano Page, um ano antes, já produzia na terra de Henri o leite condensado. Desta forma, a experiência e o conhecimento da Anglo-Swiss na condensação do leite eram maiores que os da Nestlé no início da empresa, chegada tardiamente neste ramo da indústria alimentícia.

Assim, a concorrência com o leite condensado da Anglo-Swiss haveria de ser muito complicada à Nestlé. Por outro lado, a aquisição da concorrente, quando as firmas em questão eram grandes e poderosas, também não seria uma solução viável – devido ao alto valor de mercado (PENROSE, 2006, p. 313). A melhor estratégia de crescimento, neste caso, haveria de ser a fusão entre ambas. Para a Nestlé, seria uma ótima oportunidade de

agregar os recursos produtivos de uma firma com imenso *know-how* em um ramo que se mostrava bastante promissor, o do leite condensado. Como afirma Penrose:

> Mesmo se [as empresas] Alfa e Beta pertencerem ao mesmo ramo de atividades e tiverem partido da mesma estrutura geral, dos mesmos recursos produtivos e dos mesmos produtos, os processos de crescimento de cada uma são capazes, pela própria natureza dos serviços produtivos gerados dentro de cada uma delas e pela concorrência em si, de dar origem a diferenças de qualidade e de tipos de produtos, a diferentes ênfases em diferentes classes de produtos e diferentes mercados, a especializações relativas em diferentes estágios de produção do mesmo tipo de produto, bem como à introdução de variados processos de produção. Esses fatores [...] figuram entre as razões pelas quais uma firma pode achar lucrativo adquirir uma outra, e também podem proporcionar as bases para uma combinação entre ambas (PENROSE, 2006, p. 261).

Porém, é necessário atentarmos às possíveis motivações da Anglo-Swiss para executar uma fusão de sua forte companhia. Segundo Chandler (1998, p.331) era fácil entender os motivos de tal união, uma vez que, "em muitos casos, o móvel da aquisição ou fusão de empresas cujos produtos fossem concorrentes era controlar mais efetivamente a produção, o preço e os mercados". Contudo, a resposta não há de ser tão simples. As fusões de empresas do fim do século XIX e início do XX devem ser vistas na perspectiva das mesmas, como uma maneira viável e mais rápida de obter uma expansão que, sem esta operação, teria sido das mais custosas:

> Enquanto constituir um método viável e lucrativo de expansão, podemos supor com segurança que as firmas que cresceram por fusões tenderão em geral a ser maiores do que teriam sido de outra forma [...] O simples fato de uma firma escolher a trajetória de uma fusão não significa que este era o único caminho disponível para ela poder atingir o mesmo objetivo; mas, é razoável presumir que se tratou de uma trajetória mais curta (PENROSE, 2006, p. 290-1).

Neste contexto, em que existiam vantagens às duas partes envolvidas, é que ocorreu, em 1905, a fusão entre a Societé Farine Lactée Henri Nestlé e a Anglo-Swiss Condensed Milk Co. Desta fusão originou-se uma nova firma a Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co. É interessante notar que não foi adotado um novo nome para a firma recém criada. Tendo como estratégia a utilização do prestígio alcançado pela marca Nestlé na fabricação de alimentos e o *know-how* e predileção dos consumidores pelo leite condensado

da Anglo-Swiss, o nome da firma deu prosseguimento à solidez destas marcas. Além disso, nota-se que no nome da nova firma está contida a descrição de produtora de leite condensado. Este produto moveu a fusão entre as duas empresas e sua alta demanda é corroborada pela manutenção da classificação neste ramo da indústria alimentícia.

Após a fusão, a Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co. teve uma expansão ainda maior de seus negócios. Apoiada na produção e venda de seu leite condensado[23], o Milkmaid, a Nestlé cresceu enormemente, chegando a numerosos países – onde instalava novas unidades operacionais, adquiria ou juntava-se a empresas locais – e popularizando a marca Nestlé. Um dos países atingidos pela onda expansionista da multinacional suíça foi o Brasil.

Desde 1876 a Nestlé já exportava ao mercado brasileiro sua Farinha Láctea. As perspectivas do mercado brasileiro mostravam-se favoráveis e, nos idos de 1900, a firma suíça abriu em escritório na capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, para cuidar da importação da Farinha Láctea e do Milkmaid da Suíça ao Brasil. Contudo, para entender a economia brasileira do início do século XX é preciso buscar os primórdios de nosso principal produto de exportação, o café.

[23] Devemos lembrar que o leite condensado, muito além de ser um recheio em sobremesas, era uma ótima forma de conservar o leite, principalmente em uma época em que as geladeiras domésticas inexistiam – primeiro refrigerador doméstico data de 1913, sendo que, o primeiro refrigerador a ter sucesso mundial foi um modelo da General Eletric (Monitor-Top) de 1927 (*www.geladeirasantigas.com.br*).

Capítulo II – Brasil e a ascensão do café no XIX

O turbilhão representado pela Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo teve reflexos em áreas distantes – apenas geograficamente – da Europa. As colônias, que já estavam inseridas no capitalismo[24] das metrópoles através do Exclusivo Colonial, também sentem os ecos das mudanças vindas do Velho Mundo e que, além da Revolução Industrial, apresentavam a onda liberal e constitucionalista de inspiração francesa. É neste ponto que passamos a enfocar a repercussão desta nova era nas Américas.

A conjuntura européia do início do XIX apontava dificuldades para algumas nações. Portugal estava em maus lençóis diante da investida da França Napoleônica. A solução foi transferir a Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, fato ocorrido em 1808. Contudo, os ventos liberais foram traduzidos nas Américas como estímulos aos movimentos de libertação nacional em relação às metrópoles européias. Isto criou obstáculos à administração de Dom João VI, uma vez que, com seu retorno à Portugal em 1821 – para tentar solucionar os enfrentamentos levantados pela Revolução do Porto – o desejo de maior autonomia, aliado ao medo da perda dos poderes adquiridos nos anos em que o Rio de Janeiro se tornara sede do reino, fez crescer, entre a camada dirigente, a ânsia pela total separação do Brasil em relação a Portugal, o que ocorreria em 1822.

[24] A idéia de que o desenvolvimento do Brasil é uma forma específica de desenvolvimento capitalista nasce da crítica à visão da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) do processo de industrialização da América Latina. Esta afirmava que as economias latinas tinham um caráter reflexo e dependente, cujo centro de decisão se localizava no exterior, ou seja, nos países centrais. A divisão internacional do trabalho configuraria esta separação; os países da periferia exportando produtos primários aos centrais, que tinham um setor industrial já maduro, e recebendo destes artigos manufaturados – processo que marcaria a especialização das economias periféricas e a diversificação das centrais. Segundo esta interpretação, o desenvolvimento da América Latina só se daria em momentos de interrupção dos fluxos normais do comércio exterior – os choques adversos – via substituição de importações (SUZIGAN, 2000, p. 26 e 35). A crítica à visão cepalina analisa a história brasileira e latino-americana afirmando que ambas fazem parte da história do capitalismo, originando aqui um capitalismo específico, o tardio, em que, ao contrário da visão cepalina, "[...] a direção do movimento da economia está complexamente determinada. Quer dizer, está determinada em primeira instância por 'fatores' internos e, em última instância, por 'fatores' externos" (MELLO, 1998, p.186). A *ótica do capitalismo tardio* atenta-se aos fatos históricos – independência nacional, transição do trabalho escravo para o livre – enquanto fatores que dinamizaram a acumulação, mostrando que o caráter nacional de nossa economia se dá bem antes de 1930. As análises – João Manuel Cardoso de Mello, Wilson Cano e Sérgio Silva estão entre estes autores – partem para a compreensão do setor exportador, o lócus por excelência da acumulação até a década de 1930, e as contradições que este coloca ao desenvolvimento industrial, em que pese no início haver estímulo às inversões industriais – relação contraditória café-indústria.

Assim, se 1808 representou o surgimento de instituições e de uma burocracia, além de outras benesses ao município do Rio de Janeiro, a Independência deve ser vista de outra forma. Foi o momento em que, com a quebra do estatuto colonial, se formou a *sociedade nacional*, na qual "[...] o poder deixará de se manifestar como *imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro*, mau grado as injunções e contingências que iriam cercar a longa fase do 'predomínio inglês' na vida econômica, política e diplomática da Nação" (FERNANDES, 1975, p. 31 e 32). E esta sociedade nacional, como mostrou Florestan Fernandes, teve como amálgama o pacto em torno da manutenção da escravidão; tal opção é essencial para entendermos a sistemática econômica do Brasil Império e, a partir de 1889, a implantação da República. Mas, neste momento, é importante nos ater aos problemas vivenciados pela economia brasileira na primeira metade do XIX.

Com a Independência em 1822, o Brasil vê a formação do Estado Nacional – que tem suas origens em 1808 – e a manutenção do caráter colonial de sua economia. Contudo, a partir deste momento, o excedente gerado em nossas terras ficará nelas, uma vez que, havia caído o monopólio do comércio metropolitano que levava à Europa nossos lucros. Mas, o fato dos portugueses não mais estarem no comando do mecanismo econômico não deve esconder a situação complicada em que se encontrava a produção brasileira nas primeiras décadas do XIX[25]. Aliás, segundo Furtado, a crise prosseguiria até a metade do século:

> Haviam decorrido três quartos de século em que a característica dominante fora a estagnação ou a decadência [...] o Brasil necessitava reintegrar-se nas linhas em expansão do comércio internacional. Num país, sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional (FURTADO, 2003, p.115).

Os produtos tradicionalmente exportados pelo Brasil – açúcar, algodão, e outros menores, como fumo, couro, arroz e cacau – não davam perspectivas de recuperar o dinamismo ou, não admitiam grandes possibilidades de expansão. Era necessário um

[25] Uma outra opinião quanto à conjuntura econômica brasileira de fins do XVIII e início do XIX pode ser encontrada na obra de José Jobson de Andrade Arruda*, O Brasil no Comércio Colonial* (1980). Nela, o autor expõe que o final do séc XVIII foi um período de crescimento e diversificação das exportações, constituição e consolidação do mercado interno, sobretudo no centro-sul, sendo que a vinda da família real impulsionou ainda mais a economia, inserindo estas transformações nos quadros da crise do Antigo Regime.

produto que utilizasse o fator básico que havia em abundância por aqui, as terras, uma vez que, os capitais eram escassos e a mão-de-obra tinha problemas que mais a frente serão abordados (FURTADO, 2003, p. 117). Contudo, a solução veio com um produto que já era conhecido de nossa população há algum tempo.

O café, planta de origem etíope, chegou às nossas terras com o brasileiro Mello Palheta, que trouxe as primeiras sementes da Guiana Francesa para o Brasil, plantando-as em Belém do Pará no ano de 1722 (MOTTA SOBRINHO, [s. d.], p. 10). Mas, o café não despontou entre as exportações brasileiras durante o século XVIII. Porém, a situação começa a mudar no final daquele século, quando o Haiti, colônia francesa, começa atravessar turbulências – que redundaram na Independência do Haiti em 1804 – debilitando a produção cafeeira deste país que, à época, era um grande produtor (FURTADO, 2003, p. 118). Diante da queda na oferta, os preços internacionais do café elevam-se, arrastados também pelo aumento do consumo na Europa – em decorrência dos novos hábitos impostos pela Revolução Industrial – e nos Estados Unidos – que preferiam o café brasileiro em relação ao produto vindo de colônias britânicas (PRADO JUNIOR, 1969, p. 158).

No Brasil, a cultura do café foi impulsionada pelas terras propícias a esta lavoura, principalmente próximas ao Rio de Janeiro, o que também contribuía para a diminuição nos custos de transporte, pela proximidade em relação ao porto daquela cidade. Além disso, a desagregação da economia mineira possibilitou uma intensa aquisição de mão-de-obra escrava para a nova lavoura. A isto se alia o fato do capital mercantil nacional não mais ter entraves à sua organização, o que o ajudou a invadir a órbita da produção, com seus capitais vindos das atividades mercantis – comércio de mulas, capital usurário urbano, tráfico de escravos, etc. É neste momento que aparece a figura do comissário (MELLO, 1998, p. 56 a 58).

A economia mercantil-escravista cafeeira nacional[26], baseada nas terras próximas ao Rio de Janeiro (Vale do Paraíba), teve rápida expansão. A lavoura cafeeira tinha um caráter

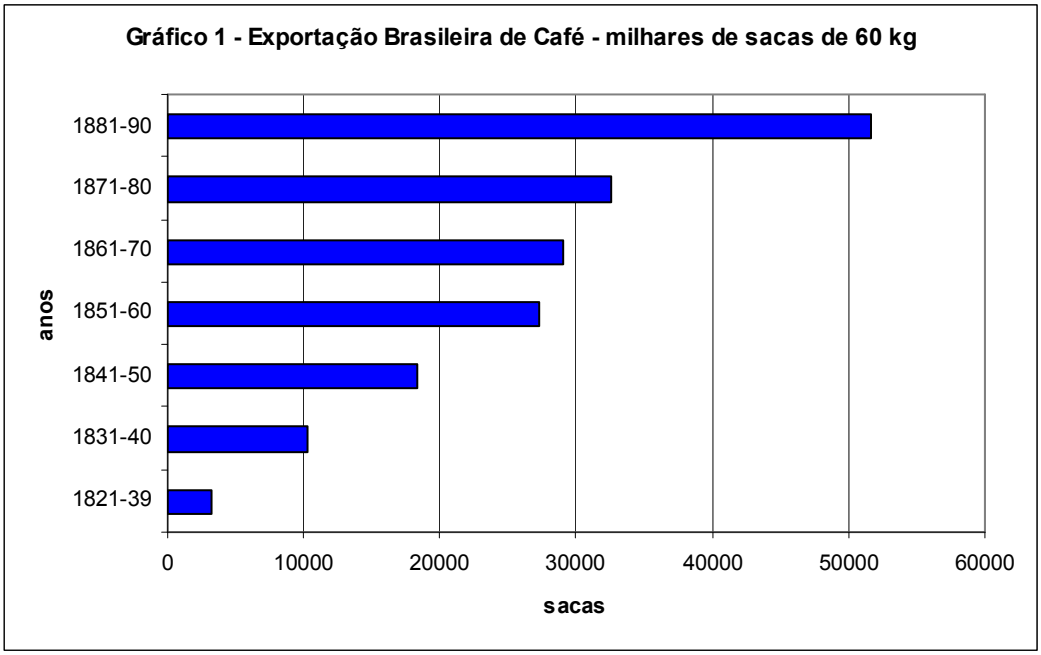
[26] Um outro ponto em que Mello discorda em relação à visão cepalina é quanto à periodização do desenvolvimento da economia brasileira. Baseando sua periodização nos fatores internos que determinaram nosso desenvolvimento econômico, ele aponta que houve: economia colonial; economia mercantil-escravista nacional; economia exportadora capitalista; e retardatária em suas três fases: nascimento e consolidação da grande indústria, industrialização restringida e industrialização pesada (MELLO, 1998, p. 186).

escravista, uma vez que, com a abundância de terras e a possibilidade de se tornar pequeno proprietário ou posseiro, um salário atrativo à população livre haveria de ser bem elevado. Além disso, ela se constituiu como latifúndio, pois devido aos altos investimentos iniciais que prescindia o cultivo do café – escravos e terras – só a produção em massa haveria de recompensar estes dispêndios. E produção em massa foi regra, como mostrou Roberto Simonsen:

> O consumo europeu, no final desse século não atingira, ainda, 1 milhão de sacas. O valor de seu comércio não era, pois, dos mais elevados. Mas a sua adoção definitiva pelos núcleos de civilização da Europa ia incrementar seu maior emprego na era industrial do século XIX, quando a humanidade necessitava desenvolver grande atividade física e intelectual. O café, nesse tempo, passou a ser usado por operários e quem facilitou seu uso, proporcionando grande produção e relativa redução de preços, foi o Brasil, que, a partir de 1830, tornar-se-ia, *ininterruptamente*, a maior região produtora de café do mundo (SIMONSEN, 1973, p. 171 apud MELLO, 1998, p. 58 e 59).

É importante frisar a palavra *ininterruptamente*, pois apesar das variações nos preços do café – em decorrência dos ciclos[27] que os caracterizavam – a produção nacional cresceu robustamente durante o XIX, baseada no princípio das inversões cada vez maiores na aquisição de novas terras. O gráfico 1 abaixo ilustra essa tendência da lavoura cafeeira:

[27] Segundo Peláez e Suzigan (1981, p. 342 a 344), entre 1857 e 1906, há três ciclos de preços do café: o primeiro entre 1857-68; depois entre 1869-85; e por fim, entre 1886-1906. Este caráter cíclico decorre, em grande parte, da baixa taxa de diversificação na economia cafeeira durante boa parte do XIX. Desta forma, com a alta dos preços, as inversões eram feitas na aquisição de novas terras e ampliação dos cafezais, o que fazia com que a produção aumentasse dentro de 4 ou 5 anos, que era tempo necessário para o novo cafeeiro começar a produzir. Com esta nova produção, acrescida das safras anteriores, a oferta elevava-se, não havendo contrapartida em relação à demanda devido à inelasticidade do consumo de café, e os preços internacionais tendiam a cair. A solução, às vezes, encontrava-se na ocorrência de geadas e outros fenômenos naturais que afetassem a produção brasileira, ou de seus concorrentes, o que diminuía a oferta e elevava novamente os preços, ou não os deixava cair. Outro mecanismo de defesa dos preços do café e, conseqüentemente, dos lucros dos cafeicultores, era a desvalorização cambial, que fazia com que estes mantivessem suas margens recebendo maiores valores em moeda nacional. Contudo, a situação ficava ainda mais complicada se lembrarmos que, com a alta dos preços internacionais, não só a produção nacional crescia, como a de seus concorrentes, o que tendia a aumentar a oferta de café no curto-médio prazo, potencializando os efeitos durante a queda dos preços.



Fonte: PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 158.

Contudo, uma vez que, os dados mostram que houve expansão na lavoura cafeeira, é preciso esclarecer um fato. Os mesmos fatores que levaram ao surgimento e consolidação da lavoura cafeeira nas terras próximas ao Rio de Janeiro, tornando esta área o eixo econômico do Brasil, também impuseram limites à expansão.

Como exposto no começo, a Revolução Industrial novamente ecoou na ex-colônia portuguesa. A pressão da Inglaterra pelo fim do tráfico negreiro tornava-se cada vez maior; longe de ter ambições humanitárias, os ingleses viam a possibilidade da formação de um grande mercado consumidor no Brasil, o que ficava impedido com a manutenção do trabalho compulsório e a exclusão salarial de grande parcela da população. Em que pese o tráfico ter recrudescido nos últimos anos até seu bloqueio[28], a Lei Eusébio de Queirós teve repercussões imediatas na economia nacional, como apontou Sérgio Buarque de Holanda:

> Essa extinção de um comércio que constituíra a origem de algumas das maiores e mais sólidas fortunas brasileiras do tempo deveria forçosamente deixar

[28] Segundo HOLANDA (1995, p. 76), em 1845 o número de negros importados foi de 19363; em 1846, de 50354; em 1847, de 56172; em 1848, de 60000; em 1849, de 54000; e, em 1850, de 23 mil. A queda neste último ano podendo ser auferida à Lei Eusébio e à fiscalização britânica. Mas, há de se registrar que os números são compatíveis com as estatísticas apontadas por Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 42), as quais demonstram que o grosso do tráfico negreiro com destino à América Portuguesa ocorreu entre o final do XVIII até a metade do XIX.

> em disponibilidade os capitais até então comprometidos na importação de negros. A possibilidade de interessá-los firmemente em outros ramos de negócios não escapou a alguns espíritos esclarecidos. A própria fundação do banco de Brasil de 1851 está, segundo parece, relacionada com um plano deliberado [do Barão de Mauá] de aproveitar tais recursos na organização de um grande instituto de crédito (HOLANDA, 1995, p. 76).

Porém, se o fim da escravidão redundou em expansão do crédito e fundação de empresas na praça do Rio de Janeiro, ela também expôs o problema do trabalho compulsório nas lavouras de café. Após 1850, com o fim do tráfico e a baixa taxa de natalidade dos cativos em terras brasileiras – aliada à exploração da jornada de trabalho – o dilema da mão-de-obra se coloca claramente. Junto a este, estavam as técnicas predatórias de uso da lavoura no Vale do Paraíba, que impunha constantemente a busca de novas terras próprias ao cultivo – o que também se deve às baixas possibilidades de novas inversões do lucro cafeeiro. Além disso, a necessidade de novas terras implicava na interiorização da produção, o que elevava os custos de transporte do café da lavoura até os portos (MELLO, 1998, p. 70).

A solução encontrada ao eminente declínio da lavoura cafeeira no Vale – que era o centro da produção de café no Brasil até o terceiro quartel do século passado – estava na busca de novas terras ao cultivo da planta. E o interior paulista, com seu solo propício (terra roxa) e o relevo regular eram convidativos à expansão cafeeira (PRADO JUNIOR, 1969, p. 162). A região ficou conhecida como Oeste Paulista – geograficamente não corresponde ao oeste – sendo que o café começou a penetrar a partir de Campinas, chegando, na penúltima década do XIX à região do rio Moji-Guaçu na sua confluência com o Pardo – área que se transformará na maior e melhor produtora de café brasileiro, tendo como centro Ribeirão Preto (PRADO JUNIOR, 1969, p. 162).

No entanto, a distância entre os centros produtores e os canais de escoamento da produção colocava sérios impedimentos à consolidação do café no interior paulista, uma vez que, "A lavoura de café via-se limitada na sua expansão pelos altos fretes que tornavam impossível o cultivo além de uma certa distância dos portos" (COSTA, 1977, p. 173). Contudo, se o fim do tráfico negreiro significou a possibilidade de liberação de nossos capitais, ele também marcou a volta dos capitais ingleses ao Brasil, os quais ajudaram na

modernização e no equilíbrio das finanças externas da Nação[29] (PRADOJUNIOR, 1969, p. 167). Em especial, os investimentos britânicos – que, em muitos casos, associavam-se com investidores nacionais – se dirigiram aos negócios ligados ao setor exportador, como a instalação de ferrovias[30], como a São Paulo Railway, que fazia a ligação entre Jundiaí a Santos, ou seja, entre a produção cafeeira do interior paulista e a via de exportação aos mercados externos, e que marcou a mudança do eixo econômico brasileiro, que saía do Rio de Janeiro[31], dando lugar aos fluxos comerciais entre São Paulo-Santos. (MATOS, 1974, p. 57 e 58).

Além das ferrovias – que também prescindiam dos escravos para sua manutenção, utilizando em grande parte mão-de-obra assalariada – outra novidade foi primordial na transição do café para o Oeste Paulista: a máquina de beneficiamento. Com a introdução desta nos anos 1870, houve melhora na qualidade do produto – o que elevou a rentabilidade – e diminuição do uso do trabalho escravo. Porém, se a máquina de beneficiamento e as ferrovias contribuíram para a interiorização da lavoura cafeeira e ao crescimento de sua produção – como exposto no gráfico 1 – contudo, um antigo problema surgiu: a questão da mão-de-obra, pois com os lucros do café sendo investidos em novas terras, quem trabalharia nelas, uma vez que, o tráfico findara em 1850 e as taxas de natalidade dos

[29] É importante frisar que, de acordo com lei de 11 de setembro de 1846, o Brasil aderia ao padrão-ouro, em que a taxa de câmbio ficou em 27 dinheiros esterlinos por mil-réis – uma desvalorização do mil-réis em relação à paridade de 1833, mas que resultou numa valorização em relação à taxa de câmbio do mercado. "A conseqüência da lei foi situar o Brasil no padrão-ouro (pelo menos legalmente). A lei definia cuidadosamente o conteúdo de ouro da unidade brasileira. O propósito da lei foi promover a entrada de ouro e consolidar a moeda metálica no Brasil. Seguiu-se um critério metalista: o dinheiro era valioso por si mesmo. Grande quantidade de metais fortes no estoque de moeda equivaleria a altos níveis de bem-estar e de prosperidade nacional" (PELÁEZ & SUZIGAN, 1981, p. 68).

[30] As ferrovias revolucionaram os transportes, diminuíram as distâncias e se tornaram símbolo do apogeu industrial, como mostra Landes (1994, p. 209) "A partir de meados do século [XIX], as ferrovias – por sua demanda de bens de capital e mão-de-obra, e pelo efeito cumulativo desses gastos, à medida que eles faziam e refaziam seu percurso pela economia – haviam substituído os produtos têxteis como os marcadores da cadência da atividade industrial, induzindo os ciclos de curto prazo e as tendências de longo prazo".

[31] Uma explicação à falta de dinamismo das ferrovias cariocas em relação às paulistas foi dada por Melo (2002), em *O Café e a Economia Fluminense*. A autora diz que as ferrovias não impulsionaram outros tipos de investimento devido à falta de participação dos capitais privados – os ligados à lavoura e os envolvidos nas atividades comerciais e urbanas – nas ferrovias maiores; e ao território diminuto da Província do Rio de Janeiro. Como Melo (2002, p. 224) ratifica "[...] a maior ferrovia que cortava seu território, a Central do Brasil, antes intitulada, D. Pedro II, tinha sido ainda em 1865 encampada pelo Governo Imperial. Segundo, porque a rede que se expandiu para a Zona Serrana do Centro e Zona Norte do Centro foi de pequenas linhas".

mesmos não eram suficientes? Essa contradição da economia mercantil-escravista é assim exposta:

> O essencial é que se estimulou a acumulação, e a acumulação repõe, a cada instante, o 'problema da falta de braços', que assume, a cada momento, maior gravidade. É preciso, portanto, afastar dois equívocos, próprios dos que se cingem ao raciocínio estático. Pouco importa que a taxa de lucro das unidades em operação fosse alta e que o trabalho escravo se tivesse por mais rentável, pelos empresários, que o trabalho assalariado. Relevante, insistimos, é o fato de que, prosseguindo, a acumulação haveria de ser cada vez mais entravada. Em outras palavras, não é preciso que o escravismo se desintegre, porque não ofereça nenhuma rentabilidade às empresas existentes; para ser colocado em xeque, basta que se obste a acumulação [comandada pelo grande capital cafeeiro, que é dominantemente mercantil] (MELLO, 1998, p. 87).

O amálgama da sociedade nacional, o escravismo, chegara a um ponto crítico[32]. Até que, em 1888, foi decretada a Abolição da escravatura. Mas, os impactos desta medida nas lavouras do Oeste Paulista foram bem menores que em relação à antiga zona cafeeira do Vale do Paraíba. No Oeste, a experiência da imigração com destino aos cafezais datava do final da década de 1840, sendo o exemplo mais conhecido, o do senador Vergueiro e sua fazenda Ibicaba, na região de Limeira[33]. Se naquele tempo, o sistema de *parceria* não se mostrou eficaz – em grande parte, devido ao acúmulo de dívidas impostas aos trabalhadores e ao não cumprimento do acordo por parte dos fazendeiros – contudo, a nova onda de imigrantes vindos, principalmente, da Europa, e o *colonato*[34], tornaram-se a regra no ambiente de trabalho do interior paulista. O contingente de europeus que desembarcavam, ao final do XIX, no Brasil era cada vez maior, muito em virtude das agitações políticas

[32] A Guerra do Paraguai (1864-70) também havia evidenciado o problema da manutenção da escravidão. Neste caso, a queixa dos generais girava em torno da constituição do exército por escravos e como isto era notado pelos exércitos dos outros países envolvidos no conflito. Para melhor esclarecimento da questão, ver COSTA, Wilma P (1996). *A Espada de Dâmocles*: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império.

[33] Um relato da experiência dos europeus na fazenda Ibicaba e das formas de trabalho dos mesmos – a parceria – encontra-se em TSCHUDI, J. J. Von (1980). *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.*

[34] No colonato, "[...] o trabalhador rural recebe, em geral, uma remuneração de três tipos: a) uma remuneração fixa por 1000 pés para manter limpo e preparar o terreno para a colheita; b) uma remuneração por dia de trabalho para os serviços de poda, adubação, pequenos reparos no equipamento de produção, etc.; e c) uma remuneração diretamente proporcional ao número de sacas de café por ele colhido. O salário real do colono é, de fato, muito maior do que a remuneração monetária auferida acima, pois o colonato implica a permissão para se plantar arroz, feijão, milho, etc. dentro da própria fazenda (em terreno separado ou dentro das ruas do cafezal novo) e cujos resultados pertencem ao próprio colono, além da permissão para manter os animais a ele pertencentes e da concessão de outras vantagens (lenha, café para o seu consumo, etc) (DELFIM NETTO, 1979, p. 33).

naquele continente – por exemplo, os processos de unificações nacionais, como na Itália e Alemanha – e das restrições impostas pelos Estados Unidos aos imigrantes (PRADO JUNIOR, 1969, p. 186).

Além destes fatores, houve as ações deliberadas do Estado de São Paulo – que, em 1881, superou Minas Gerais na produção de café e, em 1889, a província do Rio de Janeiro, tornando-se o maior produtor (FAUSTO, 1977, p. 198) – fruto das pressões dos envolvidos nos negócios do café, a fim de viabilizar a chegada dos imigrantes ao Brasil, como coloca Kugelmas:

> Somente em 1886, com a criação da Sociedade Promotora de Imigração, uma agência privada contratada e financiada pelo governo provincial para recrutar imigrantes na Europa, transportá-los com passagem paga e encaminhá-los às fazendas, iniciou-se a imigração maciça. O sistema de cooperação entre a Sociedade, dirigida por Martinho Prado, Nicolau de Souza Vergueiro e Rafael Paes de Barros e o governo provincial, que terminava então a construção da célebre Hospedaria dos Imigrantes, revelou-se de grande eficiência [...] podemos interpretar a conjuntura de 1886-1887 como o momento decisivo para o encaminhamento definitivo para a transição a uma economia de trabalho assalariado, com a conversão final do senhor de escravos em empresário capitalista (KUGELMAS, 1986, p. 27).

De fato, o fim da escravidão significou o término da economia mercantil-escravista. O trabalho assalariado marcou o início da economia exportadora capitalista no Brasil. Para Wilson Cano, a imigração teve papel semelhante ao fim do tráfico em 1850:

> A imigração não apenas resolveu o problema da mão-de-obra, rompendo com as amarras da acumulação; mais do que isso, 'libertou' da escravidão o capital. Criou mercado de trabalho com oferta abundante, tanto para o café como para o segmento urbano da economia. E mais, ampliou consideravelmente o mercado de bens de consumo corrente, aumentando as oportunidades de inversão em São Paulo. Libertava-se assim o capital, de inversões e custos fixos com mão-de-obra, convertendo-os em custos variáveis; ainda, dada a superabundância da oferta de trabalhadores, permitiu flexibilidade na taxa de salários, tão importante em períodos de crise (CANO, 1998, p. 57).

O fim da escravidão e, no ano seguinte, a Proclamação da República tornaram latente a necessidade de expandir o meio circulante. Contribuía para tanto, a safra de café recorde em 1888-1889 (6800000 sacas) e os empréstimos adquiridos no exterior – cerca de 6300000 libras em 1888 e quase 20 milhões em 1889 – além da cobrança em ouro dos direitos aduaneiros em 1890. Neste cenário, "[...] os ministros republicanos do Governo

Provisório (pois Deodoro só seria eleito pela Assembléia a 25/02/1891) – especialmente o da Fazenda, Rui Barbosa – lançam-se a uma política inflacionista [...]" (CARDOSO, 2006, p. 33). Se essa política favoreceu mais a indústria que a lavoura não cabe discussão aqui. O fato é que estes anos iniciais da República permitiram maior autonomia aos estados e expansão do meio circulante, que redundou no *Encilhamento*[35].

Junto a esta febre creditícia, o café brasileiro também teve uma expansão considerável de sua produção; esta saltou de 3,7 milhões de sacas de 60 kg em 1880-81, para 5,5 em 1890-91, chegando a 16,3 milhões em 1901-02 (FURTADO, 2003, p. 191). Mais uma vez, o grande vilão que ameaçava derrubar os preços internacionais do café eram os próprios lucros gerados pelo mesmo. As constantes inversões em novas lavouras colocavam o problema da abundante oferta no futuro próximo – lembrando o período de maturação de 4 a 5 anos para o novo cafeeiro – e a queda dos preços seria inevitável. A partir da crise de 1893, que teve maior duração nos Estados Unidos – grande consumidor mundial de café – os preços do café no mercado mundial começaram a cair. Em 1893, o valor médio da saca exportada foi de 4,09 libras, contra 2,91 libras em 1896 e descendo a 1,48 libras em 1899. Em que pese o Governo brasileiro ter feito uso das depreciações cambiais para conter a crise – *socialização das perdas* – o que funcionara para combater os efeitos da crise em 1893, esse expediente havia se tornado inviável devido às pressões sobre a massa de consumidores urbanos, que sofriam com a alta dos preços, por exemplo, dos alimentos, muitos dos quais eram importados (FURTADO, 2003, p. 191 e 192). Aliás, a conjuntura do café – e da economia brasileira como um todo – sofreria drásticas mudanças a partir de 1898, com o governo Campos Sales e as políticas contracionistas de Joaquim Murtinho que, entre uma das medidas, pregou a valorização cambial – que ia contra os interesses ligados à lavoura cafeeira. A situação é resumida por Wilson Cano:

> Advinda a transição para o trabalho livre e nascendo o capitalismo no Brasil, acompanhado por uma embrionária formação industrial, a economia cafeeira atravessaria largo período (1886/1897) de notável expansão do plantio, após o que conheceria uma crise, que só não foi mais grave graças ao aumento das quantidades exportadas de café e à política de estabilização do câmbio, que compensaram a baixa dos preços externos e internos. Entre fins do século e 1913, em que pese a vigência de baixos preços externos e internos, o substancial

[35] Sobre este tema, ver TANNURI, Luiz A. (1981). *O Encilhamento.*

aumento do volume físico exportado praticamente transformou uma situação de crise numa prosperidade: o preço por saca, que atingira cerca de 3,5 libras, no período 1887/1895, caíra para 1,87 libras na média de 1901/10, mas o valor total, que fora de 135 milhões de libras na década de 1880, saltava para quase 188 milhões na seguinte e para 244 milhões na década de 1901 (CANO, 1998, p. 64).

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO III: Crise agrária brasileira e imigração: a chegada de Louiz Nougués ao município de Araras

Como Cano (1998) expôs, a agricultura brasileira vivia um momento difícil no final do século XIX e início do XX. Mas, mais que a transição a um mercado de mão-de-obra livre ou uma queda nos preços do café – estimulada pelas gigantescas safras que aproximavam – e das outras culturas nacionais, a crise do Brasil agrário expressava a passagem da economia nacional a uma nova fase, que Mello (1998) denominou de *economia exportadora capitalista*. Porém, é importante notar que a crise do Brasil agrário, como indicou Martins (1973), não se iniciou em 1888, tendo raízes pretéritas na Lei de Terras de 1850:

> As duas expressões da instauração dessa crise foram a universalização jurídica da propriedade privada da terra pela Lei de Terras de 1850 e a implantação completa do trabalho livre pela Lei Áurea em 1888. No primeiro caso, a terra não podia ser adquirida por outro meio que não fosse a compra e, assim, tornou-se *equivalente* de capital, isto é, renda territorial capitalizada. No segundo caso, deu-se a separação entre a força de trabalho e a pessoa do trabalhador, de modo a se instituir um mercado de trabalho. A combinação de ambos implicou em separar e confrontar a propriedade dos meios de produção com a propriedade da força de trabalho (MARTINS, 1973, p. 14 e 15).

Em se tratando de uma crise, as alternativas à mesma deveriam ser pensadas em termos de rapidez e viabilidade. E a solução encontrada à escassez de mão-de-obra no mercado brasileiro foi imigração – não só européia. Para tanto, é preciso levar em conta a conjuntura mundial nas últimas décadas do século XIX – no período que Hobsbawm (2005) denominou de *Era dos Impérios*.

Como já visto, o século XIX foi palco de rápidas, grandes e importantes transformações, decorrentes, sobretudo, da Revolução Industrial. O período de aproximadamente 100 anos, entre os primórdios das mudanças na indústria inglesa e a Grande Depressão, que abateu a economia mundial na década de 1870 – estendendo seus efeitos até 1896 – viu a propagação dos inventos e seus resultados ao redor de um novo conceito de mundo, um mundo global.

> Em primeiro lugar, em 1880 ele [o mundo] era genuinamente global. Quase todas as suas partes agora eram conhecidas e mapeadas de modo mais ou menos adequado ou aproximado [...] A ferrovia e a navegação a vapor haviam reduzido as viagens intercontinentais ou transcontinentais a uma questão de semanas, em vez de meses [...] e em breve a uma questão de dias [...] Com o telégrafo elétrico, a transmissão de informação ao redor do mundo era agora uma questão de horas. Em decorrência, homens e mulheres do mundo ocidental viajaram e se comunicaram através de grandes distâncias com facilidade e em número sem precedentes (HOBSBAWM, 2005, p. 29 e 30).

Os aprimoramentos vinculados às novas tecnologias e pesquisas empreendidas pelos homens do século XIX tiveram diversos reflexos na sociedade do período. Como já citado, a Nestlé nasceu das preocupações com a desnutrição infantil na Europa – e em todo mundo, como acontece ainda hoje. E o avanço industrial e tecnológico neste ramo contribuiu para aumentar a expectativa de vida e a estatura dos recém-nascidos no último quartel do século XIX. O impacto deste foi notado através do aumento da população européia e mundial – em 1880, havia 1,5 bilhões de seres humanos, o que era aproximadamente o dobro da população mundial em 1780 (HOBSBAWM, 2005, p. 30).

Com um mundo cada vez mais povoado – a Europa, em 1900, tinha 430 milhões de habitantes, contra 200 milhões em 1800 – e com as amarras à liberdade humana retiradas desde 1789, com a Revolução Francesa, os fluxos emigratórios foram dinamizados. Cada um sentia-se à vontade para buscar soluções aos seus problemas em terras estrangeiras. E alguns países também viram na imigração uma solução viável às suas demandas.

Contudo, o fenômeno da imigração envolve realidades complexas. O mundo que emergira das transformações decorrentes da Revolução Industrial era marcado por uma clivagem que demarcava a separação entre os países ricos e os pobres[36], sendo que, grande parte de tal divisão recaía sobre o fato da nação possuir, ou não, tecnologia. Para se ter uma idéia de tamanha disparidade, "Ao redor de 1880 [...] a renda per capita do mundo "desenvolvido" era cerca do dobro da do Terceiro Mundo; em 1913 seria mais do que o triplo, e continuava aumentando" (HOBSBAWM, 2005, p. 32).

[36] Esta divisão também pode ser feita colocando em uma posição superior a nação capitalista original, a Inglaterra, e os países capitalistas atrasados, Estados Unidos, França, Alemanha, Japão, Rússia e outros; e em uma posição inferior e dependente os países do capitalismo tardio, como o Brasil (OLIVEIRA, 1985).

Era nítido que o desenvolvimento do capitalismo se, por um lado, premiava aqueles que estavam na crista da onda, por outro, colocava sérias restrições às nações que não se adaptavam ao jogo do comércio. O Brasil já sentira as pressões deste jogo ao realizar inúmeras tentativas de prorrogação do tráfico negreiro, o qual não mais convinha aos interesses, principalmente, ingleses – o ano de 1850 marcou o fim definitivo desta horrenda prática. Porém, quando pensávamos que havíamos adentrado triunfalmente no rol das nações capitalistas, vimos que jogar naquele time não seria tão fácil. Afinal, após quase 400 anos tendo o cativo como braço que movimentava nossa economia[37], o fim da escravidão recolocava o problema da mão-de-obra e de nosso mercado de trabalho – passo fundamental para a constituição de um mercado consumidor. Portanto, mais do que um simples fluxo populacional, o que estava em jogo era o desenvolvimento capitalista do Brasil:

> Trata-se de uma crise inerente ao padrão de realização do capitalismo no Brasil. Portanto, a referência que aqui faço à 'crise do Brasil agrário' visa apenas a enfatizar o nódulo dessa crise fundamental da sociedade brasileira. As suas várias dimensões não podem ser adequadamente acondicionadas em esquemas dualistas como rural-urbano, tradicional-moderno, etc., pois perpassam tanto a constituição e preservação de padrões de sociabilidade como os do bairro rural, quanto a acumulação capitalista, a gênese da industrialização e as novas modalidades de dependência externa (MARTINS, 1973, p. 14).

Encarar a crise da escassez de mão-de-obra e solucioná-la era de vital importância ao bom andamento da agricultura nacional, não só à lavoura cafeeira, mas também aos produtores de outros gêneros alimentícios. Sabia-se que havia uma grande massa populacional na Europa e que a América seria um provável destino à mesma: entre 1800 e 1900, a população de nosso continente saltou de cerca de 30 milhões de habitantes para quase 160 milhões (HOBSBAWM, 2005, p. 31). O problema estava na atração deste contingente ao Brasil.

A imigração européia com destino às fazendas de café não era uma novidade no Estado de São Paulo. Desde a metade do século XIX, as experiências com trabalhadores europeus no interior paulista – tendo como célebre o caso da fazenda Ibicaba, no atual

[37] Como Alencastro (2000, p. 354) explica, "[...] de 1550 a 1930 o mercado de trabalho está desterritorializado: o contingente principal da mão-de-obra nasce e cresce fora do território colonial e nacional".

município de Limeira, que pertencia ao Senador Vergueiro – tornaram-se correntes no trato cafeeiro. Contudo, a necessidade de braços à cafeicultura, após 1888, tornou-se gritante. Haja vista que, em 1886, a Província de São Paulo viu nascer a Sociedade Promotora de Imigração (SPI), órgão que coordenava as ações provinciais para atrair imigrantes para o café e que contava com grande número de fazendeiros em sua direção. A SPI é característica de um novo período da imigração no Brasil, pois, com o Governo Republicano, "[...] e pela lei orçamentária de 1894, imigração e colonização são atribuição dos estados, como queriam como queriam os federalistas que lutavam pela descentralização desses serviços" (PETRONE, 1977, p. 98).

É inegável que houve êxito nas ações paulistas para a chegada de imigrantes europeus ao Brasil. Nos dez anos de atividade da SPI, cerca de 120.000 imigrantes, na maioria italianos, foram recrutados para as lavouras paulistas, atraídos pelas propagandas sobre São Paulo feitas pelas agências na Europa: fertilidade dos solos paulistas, a possibilidade de aquisição de terras, o pagamento das despesas com a viagem até a chegada aos cafezais, uma comunidade pretérita formada por aqueles que aqui já se encontravam e a promessa de que todas as cláusulas seriam cumpridas – ao contrário da experiência na fazenda Ibicaba. Os números dão prova disso; entre 1890 e 1929 chegaram ao Brasil 3.523.591 imigrantes, sendo que, destes, 2.033.654 vieram para o Estado de São Paulo, ou seja, cerca de 57,7% do total de imigrantes que rumaram ao Brasil vieram para o Estado de São Paulo. Além disso, nota-se uma predominância de italianos (694.489); seguidos pelos espanhóis (374.658); portugueses (362.156); japoneses (85103); alemães (50.507); e austríacos (33.133) (PETRONE, 1977, p. 100 a 104).

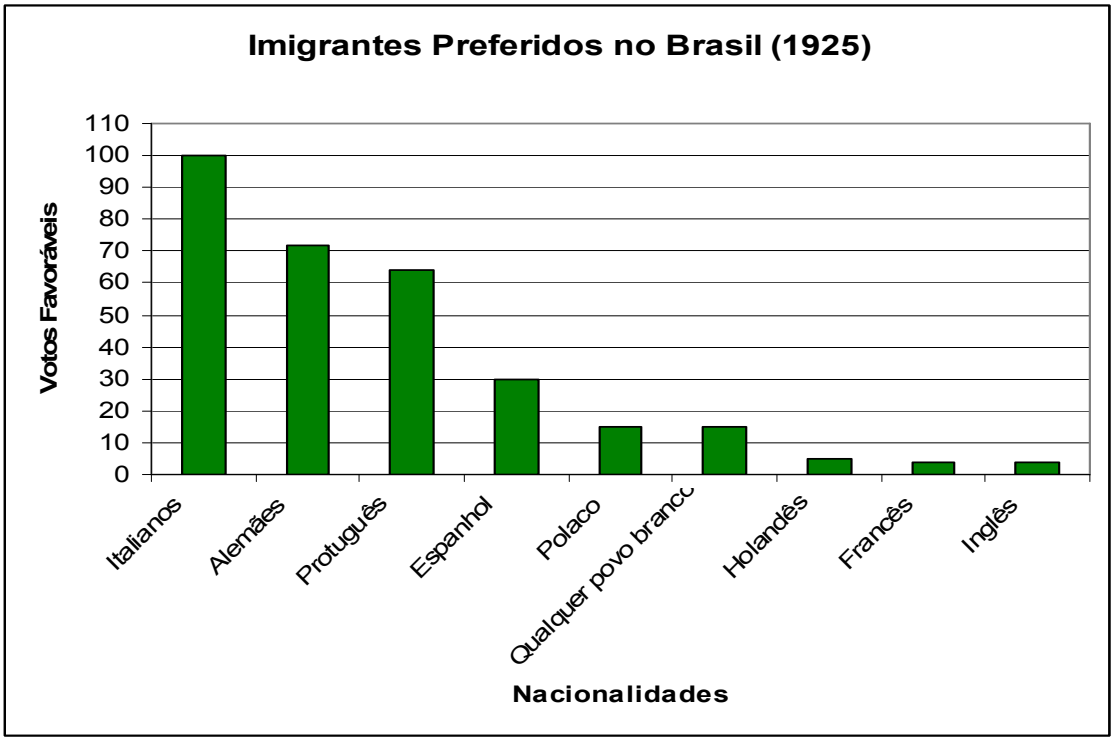
Os números acima estão de acordo com um levantamento feito pela Sociedade Nacional de Agricultura, no ano de 1925, com um grupo de 166 pessoas e instituições, acerca do problema do problema da imigração no Brasil. Dentre os questionamentos, perguntou-se se era a favor ou não da imigração e que tipo de imigrante seria o mais adequado. Das 166 respostas, apenas 3 não foram favoráveis à imigração. Entre os que se mostraram a favor, estavam Francisco Orlando D. Junqueira[38], Francisco Pinto da Cunha[39],

[38] Lavrador, brasileiro, residente em Orlândia-SP.
[39] Fazendeiro, brasileiro, residente em Serra Negra-SP.

Francisco Siqueira Franco[40], Gabriel Orlando D. Junqueira[41], Ignacio Baptista de Almeida Leite[42], Joaquim Ferreira Penteado Netto[43], João Lobato Perdigão[44], J. A. Davy[45], Mario Pinto Serva[46], Miguel Penteado[47] e outros.

Em uma divisão em três grupos/raças, notou-se uma total preferência pelo imigrante branco – sobretudo europeu. Enquanto 84 respostas foram favoráveis ao trabalhador nacional, 30 ao trabalhador negro e 79 à imigração da raça amarela, todos os que se mostraram favoráveis à imigração concordaram com a imigração da raça branca. Quanto a este último grupo, é interessante notar as preferências dos mesmos quanto às nacionalidades dos futuros trabalhadores das lavouras e indústrias.

Gráfico 2: Imigrantes preferidos à lavoura brasileira



Fonte: AGRICULTURA, Sociedade Nacional. *Immigração*. Rio de Janeiro: Villani & Barbero, 1926.

[40] Fazendeiro, brasileiro, residente em Serra Negra-SP.
[41] Comerciante e industrial, lavrador, brasileiro, residente em Santos-SP.
[42] Lavrador, brasileiro, residente em Mogi-Mirim-SP.
[43] Lavrador, brasileiro, residente em Campinas-SP.
[44] Lavrador, brasileiro, residente em Ribeirão Preto-SP.
[45] Lavrador, diretor de empresas, inglês, residente em Ribeirão Preto-SP.
[46] Advogado, secretário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, brasileiro, residente em São Paulo-SP.
[47] Prefeito Municipal de Campinas-SP, brasileiro.

O gráfico[48] acima mostra a preferência pelos trabalhadores italianos, o que já se evidenciara pelos números de imigrantes entrados no Brasil. Tal preferência pode ser explicada pelo fato desta imigração vincular-se à necessidade de braços para a lavoura e, naquela altura dos acontecimentos, também para a indústria. O pré-requisito para tais trabalhadores seria o vigor físico e a resistência às duras jornadas de trabalho – tanto na fábrica, quanto nas fazendas. Dessa forma, a baixa receptividade aos franceses e ingleses indica que tais povos não seriam os mais indicados ou preferidos por nossa classe proprietária. Porém, houve entrada de imigrantes destas duas influentes nações em nosso país durante a Primeira República. A resposta também está na mesma crise do Brasil agrário, que demandou a forte imigração italiana, mas, em um outro aspecto da crise: o problema educacional no Brasil, principalmente quanto ao ensino agrícola.

1) – Ensino agrícola: uma das alternativas à modernização agrícola

A idéia de institucionalizar o ensino agrícola no Brasil não era uma questão recente. Desde os tempos do Império, mais especificamente 1840, há relatos – artigos em jornais e revistas – denotando a importância da criação, por parte do Governo Imperial, de uma Escola Normal de Agricultura. De cunho essencialmente prático, tais escolas forneceriam ensinamentos técnicos voltados ao melhoramento dos cultivos e, além disso, transmitiriam o dever e o amor ao trabalho, pois os alunos nelas ingressantes – negros libertos e demais pobres – seriam os futuros braços da lavoura nacional (LOURENÇO, 2001, p. 147 e 164).

Porém, é possível dizer que somente com a explicitação da crise agrária brasileira, no final do século XIX, que a questão do ensino agrícola entrou definitivamente no debate sobre as soluções à lavoura nacional. E uma das vozes de apoio ao ensino agrícola partiu das diversas organizações de agricultores que se formaram no período.

[48] No gráfico foram considerados apenas as nacionalidades brancas que tiveram que tiveram entre 100 e 4 votos favoráveis. Dessa forma, foram excluídos, com 2 votos, os dinamarqueses, húngaros, dálmatas, austríacos, tchecoslovacos, russos e outros povos mediterrânicos. Além deste, mas com apenas 1 voto, foram excluídos os irlandeses, suíços, búlgaros, sérvios, croatas, romenos, eslavos, ucranianos, suecos, noruegueses, belgas, norte-americanos e outros.

A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) foi fundada no dia 16 de janeiro de 1897, na cidade do Rio de Janeiro, inspirada na homônima francesa, e veio para substituir o Ministério da Agricultura – que foi extinto após a instalação da República. Tendo como componentes representantes dos mais diversos setores das elites, a SNA pretendia combater a desorganização agrícola que se instalara no Brasil após a Abolição, tomando medidas a favor da diversificação produtiva e do ensino agrícola. Prova disso foi que o congresso da SNA, realizado de 14 a 17 de setembro de 1898 na Escola Politécnica, teve como algumas de suas conclusões[49] "Insistir pelo ensino das noções de agronomia em todas as escolas primárias da República [e] Fazer votos pela criação de escolas práticas de agricultura, por iniciativa particular ou de associações, com campos de experiências e de demonstrações nos centros produtores" (POLIANO, 1942, 31).

Porém, uma dúvida pairava no ar: quem ministraria as aulas em tais estabelecimentos de ensino? Esta questão fica ainda mais evidente se olharmos a situação do ensino agrícola nos estados brasileiros, como por exemplo, o Rio Grande do Sul. Lá, como expõe Werle (2005, p. 103 a 105), as dificuldades, entre o final do século XIX e início do XX, para encontrar profissionais gabaritados para as escolas urbanas eram enormes e, maiores ainda, quando as vagas de trabalho se localizavam na zona rural. Mas, esta carência se repetiria no futuro; Torres Filho (1926, p. 25, 51 a 56) repõem a necessidade de bons profissionais para as escolas de agronomia e de graduados no mesmo curso. A solução, como no caso da falta de braços à lavoura cafeeira, seria imigração de mão-de-obra, neste caso, especializada. Mas, de onde?

Apesar da onda industrial que varreu o século XIX, a agricultura ainda continuava com sua elevada importância nas economias européias:

> Embora as cidades fossem mais numerosas e tivessem um papel mais significativo nas economias do Primeiro Mundo, com poucas exceções, o mundo 'desenvolvido' permaneceu surpreendentemente agrícola. Apenas em seis países europeus a agricultura empregava menos que a maioria – geralmente uma ampla maioria – da população masculina, mas esses eram, caracteristicamente, o núcleo do desenvolvimento capitalista mais antigo: Bélgica, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Holanda e Suíça. Entretanto, era só na Grã-Bretanha que a agricultura ocupava uma ínfima minoria de cerca de um sexto; nos outros países, empregava de 30 a 45 por cento (HOBSBAWM, 2005, p. 39).

[49] Mais exatamente, como as conclusões de número 10 e 11.

Dentre as várias nações em que a agricultura e, principalmente, o ensino agrícola estavam na vanguarda, a França seria o exemplo a ser seguido pelos brasileiros – tal fato já denotado pela influência francesa na criação da SNA. Este país organizara o ensino agrícola em 1848, sendo que a primeira escola agrícola francesa, a Escola de Grignon, em Neufchâteau, data de 1829. A organização agrícola francesa compreendia três tipos de estabelecimentos: 1º - *fazendas escolas*, destinadas a uma instrução elementar prática a rapazes de 17 a 20 anos; 2º - as *escolas regionais de agricultura*, com uma instrução teórica e prática apropriada à região onde se achasse localizada a escola; 3º - o *Instituto Nacional Agronômico*, que era uma escola superior para o ensino científico da agricultura. Em 1875, o Governo Francês criou as *escolas práticas de agricultura*, destinada aos filhos dos agricultores logo que saem da escola primária, com cursos de 2 a 3 anos – em contraposição ao ensino nas fazendas-escolas, preocupado mais com a instrução dos trabalhadores rurais (TORRES FILHO, 1926, p. 65 a 68).

O *know-how* francês no ensino agrícola e a carência brasileira por profissionais especializados para a docência nesta área – uma das faces da crise do Brasil agrário – tornariam compatível um outro tipo de imigração para nosso país. Diferente da imigração para o café[50], a vinda de técnicos estrangeiros – ou seja, mão-de-obra especializada – permite um outro enfoque da questão imigratória no Brasil: a *modernização* do país e os *modelos* a serem adotados.

A expansão da Revolução Industrial e seus impactos ao redor do mundo foram sentidos com grande intensidade em diversas áreas. No Brasil, podemos dizer que a construção das primeiras ferrovias[51] foi um dos reflexos da nova fase da Revolução, em que as estradas de ferro se tornaram o carro-chefe do desenvolvimento industrial. Assim, as primeiras ferrovias brasileiras indicam a presença do capital inglês em nosso país e a inserção junto ao movimento impetrado pelo capitalismo industrial. Mas, além disso, no século XIX não só os frutos da indústria britânica invadiam os mercados mundiais. Os

[50] Sobre a temática da imigração no Estado de São Paulo, principalmente com destino às lavouras cafeeiras, é importante ver HOLLOWAY, T (1984). *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*.
[51] Em 1854, Irineu Evangelista de Souza inaugurou a primeira ferrovia do Brasil, a Estrada de Ferro Mauá, ligando o porto de Mauá, no "fundo" da baía de Guanabara, a Fragoso, estação situada a cerca de 14 quilômetros.

países eram compelidos a adotarem "modelos" institucionais que os nivelassem, pelo menos formalmente, às nações vanguardistas:

> Existia claramente um modelo geral referencial das instituições e estrutura adequadas a um país 'avançado', com algumas variações locais. Esse país deveria ser um Estado territorial mais ou menos homogêneo, internacionalmente soberano, com extensão suficiente para proporcionar a base de um desenvolvimento econômico nacional; deveria dispor de um corpo único de instituições políticas e jurídicas de tipo amplamente liberal e representativo (isto é, deveria contar com uma constituição única e ser um Estado de direito), mas também, a um nível mais baixo, garantir autonomia e iniciativas locais. Deveria ser composto de 'cidadãos', isto é, da totalidade dos habitantes individuais de seu território que desfrutassem de certos direitos jurídicos e políticos básicos [...] Essas eram aspirações não só dos países 'desenvolvidos' [...] mas de todos os outros que não queriam se alienar do progresso moderno. Nesse sentido, o modelo da nação-Estado liberal-constitucional não estava confinado ao mundo 'desenvolvido'. De fato, o maior contingente de Estados operando segundo esse modelo, em geral o modelo federalista americano mais que a variante centralista francesa, seria encontrado na América Latina. Esta era composta, à época, de dezessete repúblicas e um império, que não sobreviveu além dos anos 1880 (Brasil) (HOBSBAWM, 2005, p. 41 e 42).

Assim, o ano de 1889 significou a nossa adesão ao modelo institucional norte-americano – a república federalista. Contudo, a crise do Brasil agrário denotava que uma modernização de nossa lavoura era mais do que necessária. Aliás, a ideologia do progresso já se encontrava na fundação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), em consonância com a necessidade de modernizar a agricultura brasileira (MENDONÇA, 1997, p. 42)[52]. O problema era que, cada vez mais, havia um descolamento entre uma complexa ordem econômica sendo imposta pela indústria e pelas cidades, por um lado, e, do outro, um mundo rural e uma arcaica agricultura[53]:

[52] A regeneração da agricultura brasileira e o combate ao atraso do país eram defendidos pela SNA através de cinco demandas principais: 1) diversificação produtiva; 2) associativismo; 3) criação de uma agência do aparelho de Estado permeável às suas inquietações e atitudes; 4) *modernização agrícola pela difusão do ensino técnico* e da mecanização e; 5) multiplicação da pequena propriedade como estratégia de fixação da mão-de-obra no campo (MENDONÇA, 1997, p. 50).

[53] Neste ponto, é importante frisarmos que ao falarmos de arcaica agricultura, não estamos nos referindo aos representantes do grande capital cafeeiro, pois estes, uma vez que diversificavam suas atividades, não se prendendo à lavoura, obtinham lucros nas mais diversas conjunturas econômicas – tanto com a alta quanto com a baixa do câmbio – como mostra PERISSINOTTO, R. (1994). *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha.*

> A substituição da noção de *crise* pela de *atraso*, como eixo das representações acerca da 'decadência' da agricultura e do mundo rural, não pode ser descolada do contexto de aceleração do crescimento urbano-industrial do país, mormente a partir da década de 1910. A complexificação do espaço econômico, tal como percebida pelos representantes da ordem rural, para além de ratificar os contrastes entre a cidade e o campo – com claro desfavorecimento da primeira – acentuava a necessidade de redefinirem-se os fluxos da produção agrícola, sobretudo enquanto resposta a duas ordens de questões: o abastecimento da crescente população urbana e a manutenção da ordem, ambas bastante interligadas (MENDONÇA, 1997, p. 73).

Para engendrar este processo de modernização, o que haveria de ser feito era uma valorização do conhecimento científico, tendo "[...] a fé na ciência como valor máximo capaz de promover a reabilitação agrícola do país" (MENDONÇA, 1997, p. 68). Esta valorização da ciência serviria para combater o bacharelismo que predominava nos meios políticos brasileiros. E uma das problemáticas do período se encontrava no fornecimento de mão-de-obra livre. Mas, se não havia trabalhadores aptos à lavoura, pior ainda era a busca por docentes aos mesmos. Assim, o ensino agrícola teria grande importância na formação dos trabalhadores e, em última instância, na modernização da agricultura brasileira, pois só a educação solucionaria as carências de nossa humilde população:

> Ratificava-se, assim, a perspectiva iluminista que alocava na educação o instrumento da transformação do homem em cidadão [...] Agir sobre uma população tida como ignorante, ministrando-lhe conhecimentos práticos a respeito do trato com a agricultura, eis o sentido mais amplo atribuído à chamada *instrução elementar agrícola* no bojo desse debate [...] A educação técnica profissionalizante seria sua tônica: aprender, vendo ou fazendo, era o critério dessa *moderna pedagogia*, adaptada às vicissitudes da expansão do capitalismo mundial, gerador de novas tecnologias agrícolas em vias de difusão (MENDONÇA, 1997, p. 90).

Dessa forma, escolas agrícolas foram criadas no Brasil durante a década inicial do século XX, muitas vezes com técnicos estrangeiros ministrando aulas. Ao lado das mesmas, institutos particulares, muitos deles também propriedades de imigrantes[54]. O Estado de São Paulo não fugiu à regra e o exemplo a ser analisado é representativo das relações entre um

[54] "Em nome de uma população rural pobre, ignorante e atrasada, os projetos de expansão do ensino agrícola girariam em torno a dois eixos: por um lado, a instalação de instituições especiais e, por outro, sua própria hierarquização em três níveis, com claro privilégio das escolas de grau médio e superior" (MENDONÇA, 1997, p. 91).

modelo já consolidado de ensino agrícola e a carência de mão-de-obra apta à docência em nossas terras: a Escola de Trabalhadores Rurais, criada em 1902, e a chegada do agrônomo francês Louiz Nougués ao município paulista de Araras, em 1904.

2) – Escola de Trabalhadores Rurais Senador Lacerda Franco: Louiz Nougués e sua chegada ao município de Araras

Antes de adentrarmos nas razões que levaram o francês Louiz Nougués a migrar da França para o Brasil no início do século XX, faz-se imprescindível uma reconstituição da formação do município que seria a nova morada do agrônomo francês.

A região de Araras, até certo ponto, pode ser entendida como uma "boca de sertão" no Oeste Paulista[55]. A carta de sesmaria concedida a Manoel de Miranda Freire, em 22 de outubro de 1727, mostra que a idéia deste escrivão fora a criação de gado na região que formaria o município de Araras, devido à presença de um barreiro que forneceria alimento (sal) aos bovinos, estes com venda destinada aos fluxos populacionais que transitavam pelo Caminho dos Goiases. Não é possível saber se Freire foi bem sucedido com sua sesmaria (CRESSONI, 2007, p. 24). O fato é que, no século XIX, outras pessoas se interessaram por estas terras, iniciando a povoação. Contudo, o nascimento da cidade - pela lei provincial nº 29 de 24 de março de 1871, a "Freguesia", que constava de 22 de julho de 1869, foi elevada à categoria de "Vila", passando a constituir um município – liga-se à história de vida de duas famílias que tiveram personagens representantes do grande capital cafeeiro.

[55] A migração a estas novas regiões poderia ser comparada a uma aventura. Messias (2003), em *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista*, demonstra esta característica. Sua análise recai sobre a formação dos municípios de Araraquara e São Carlos – mas serve para explicar também a formação de Franca e, indiretamente, de Araras – durante o século XIX. Estas futuras cidades localizavam-se em regiões denominadas "bocas de sertão". Tais regiões ficavam distantes dos antigos centros urbanos dinâmicos e tiveram seu desenvolvimento ligado às levas populacionais que rumavam em direção ao Mato Grosso e Goiás no século XVIII, atraídas pelo ouro. Nas "bocas do sertão" os viajantes paravam para descansar e comercializarem, pois nestas regiões – muitas vezes, antigas sesmarias – surgiram povoados que passaram a produzir gado vacum e cavalar, gêneros de subsistência e cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente. Como a autora mostra "As bocas de sertão tornaram-se novas fronteiras para os pioneiros que investiram principalmente em setores voltados para o mercado interno. Muitos deles, em poucas décadas, fizeram verdadeiras fortunas [...]" (MESSIAS, 2003, p. 20).

As terras em que se constituiu o município de Araras eram pertencentes à localidade de Limeira. Um dos proprietários mais ricos desta cidade, Joaquim Franco de Camargo, o Alferes Franco[56], nascido em Atibaia em 1788, filho do capitão Ignácio Franco de Camargo e sua mulher Gertrudes Pires, fora um tropeiro, por pelo menos 14 anos, constando seu nome como morador da Vila de Mogi-Mirim, em 1820. Com o capital acumulado no tropeirismo, o Alferes Franco passou a se dedicar à lavoura canavieira, tendo um engenho naquela vila em 1820; em 1828, já instalado em terras que pertenceriam à futura Vila de Limeira[57], produzindo 500 arrobas de açúcar, com o uso de 34 escravos nesta e em outras atividades, como a lavoura de subsistência. O status do Alferes Franco não vinha só de seu poderio econômico; sua força política também lhe permitia certas vantagens[58]. Com sua morte em 1861, temos a oportunidade de, com a análise de seu inventário, perceber o quanto o Alferes havia acumulado: 182 escravos, sendo que 141 trabalhavam em seu Sítio Morro Azul, localizado em Limeira e onde se produzia café, enquanto 36 escravos laboravam na produção da cana-de-açúcar – sobre os demais 5 escravos não consta indicação. Além desta propriedade, o Alferes Franco possuía o Sítio das Araras, o do Rumo e o Montevidéo, mais três sítios ocupados por filhos e genros, terras no município de Limeira, mais um terreno e duas casas, entre elas um sobrado na parte central desta localidade. Todos estes bens alcançaram a quantia de Rs. 990:447$327 (novecentos e noventa contos, quatrocentos e quarenta sete mil e trezentos e vinte e sete réis), que teve de ser dividida entre 18 beneficiários, fruto dos vários casamentos do Alferes Franco[59]. Contudo, de todas estas propriedades, o Sítio Montevidéo é que prenderá nossa atenção (CRESSONI, 2007, p. 35).

[56] No exército brasileiro, alferes é uma antiga patente de oficial abaixo de tenente.
[57]Em 03 de março de 1842, a Assembléia Legislativa de São Paulo decretou a elevação da freguesia à Vila de Limeira.
[58] Em 1832, o Alferes Franco fez parte da Comissão de Divisas em Limeira, Mogi e Rio Claro. Em 1833 é Guarda Nacional de Reserva. Serviu como curador no inventário do Capitão Cunha Bastos em 1835. Em 1836 era Juiz de Paz e foi Delegado de Polícia por muitos anos, sendo também líder político governista (Conservador) tomando parte ativa em todos os tumultuosos episódios do seu tempo.
[59]Joaquim Franco de Camargo casou-se pela primeira vez com Maria Rosa Franco de Camargo e teve quatro filhos: Joaquim, Matilde, João e Cândida Eliza. Tendo ficado viúvo, casou-se com Maria Lourenço de Morais em 1814 tendo mais 14 filhos: Miguel, Maria Jacinta, Rita de Cássia, Francisca de Assis, José, Escolástica de Cássia, Bento, Joaquim (padre), Ana Joaquina, Lourenço, Clara Miguelina de Cássia, Manoela Assis de Cássia, Carolina Amélia e Cândida Marcolina. Os últimos cinco nasceram em Limeira.

A fazenda Montevidéo, que era resultante do desmembramento do sítio homônimo, foi aberta entre o final 1847 e o início de 1848. Essa propriedade tinha mais de três mil alqueires, sendo que, no decorrer do século XIX, estas terras originariam outras propriedades, como a fazenda Palmeiras, São Bento, Nova Granada, Empyreo, Peroba e Capitólio, todas localizadas entre as divisas dos municípios de Araras e Leme. A fazenda Montevidéo foi dada como dote aos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães que, em 1847, casaram com duas das filhas do Alferes Franco, respectivamente, Manoela Assis e Clara Miguelina de Cássia – que eram primas dos seus cônjuges. Os irmãos Lacerda[60], residentes em Itatiba, eram tropeiros que levavam café das fazendas da região até o Porto de Santos; na volta, traziam gêneros alimentícios diversos, louças e alguns produtos de primeira necessidade como sal (CRESSONI, 2007, p. 37). Dessa forma, o casamento resolveu o problema tanto do cônjuge feminino quanto do masculino[61], pois, a dificuldade em encontrar parentes – de preferência, primos pelo lado paterno – aptos a casar nas "bocas do sertão", implicava na busca dos mesmos nos locais de origem da parentela. Por outro lado, a oportunidade que surgia a estes tropeiros de se tornarem proprietários era algo que satisfazia e estimulava a mudança a esta nova região.

Com a união, os irmãos Lacerda passaram a proprietários e rapidamente galgaram prestígio no cenário político, através de algumas ações, como a doação das terras, em 19 de maio de 1865 – feita por Bento de Lacerda Guimarães e sua esposa – para a construção da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, que dariam origem ao município de Araras. Além de, ambos os irmãos, terem se tornado barões[62].

---

[60] Os Corrêa de Lacerda teriam incorporado o sobrenome Guimarães por conta de suas origens portuguesas. Estabelecido em São Paulo, no século XVIII, Francisco Corrêa de Lacerda, teria deixado vários descendentes na região de Jundiaí, dentre eles, Antônio Corrêa de Lacerda, casado com Maria Franco. Dessa união nasceriam Bento e José de Lacerda Guimarães (CRESSONI, 2007, p. 36).

[61] O deslocamento da cultura cafeeira às terras mais interioranas de São Paulo levou os indivíduos a se embrenharem em novas localidades. Bacellar (1997), em *Os Senhores da Terra,* trata dos casamentos no Oeste Paulista, entre 1765-1855, atrelando sua análise à economia açucareira no Estado de São Paulo. Contudo, o fato de suas pesquisas terem se baseado em senhores de engenho não invalida a ampliação à temática do café, mesmo porque, a lavoura canavieira predominava em muitas das áreas que se transformaram em latifúndios de café.

[62] Bento de Lacerda Guimarães, o Barão de Araras, teve seu título conferido por decreto imperial em 7 de maio de 1887. Faz referência à cidade paulista de Araras, fundada pelo nobre. Já, José de Lacerda Guimarães, o Barão de Arary, teve seu título conferido por decreto imperial em 17 de maio de 1887. Em tupi significa *rio dos papagaios*. Nas palavras de Monbeig (1984, p. 96), "Eram solidários comércio e agricultura de

Como indicou Dean (1977), a região de Araras-Rio Claro viu, junto com a chegada do café na metade do século XIX, a formação das grandes lavouras. A fazenda Montevidéo, a partir do momento que passa a ser administrada pelos genros do Alferes Franco, insere-se nesse contexto das *plantations* cafeeiras do Oeste Paulista (CRESSONI, 2007, p. 41). A terra roxa ararense permitiu a formação de grandes cafezais[63] e "Na década de sessenta [1860] a região de Araras encontrava-se em franco progresso. Aí dominava o café, tendo caído à posição secundária as outras culturas, inclusive a da cana-de-açúcar" (DINIZ, 1968, p. 36).

Os anos iniciais da lavoura cafeeira em Araras padeceram do mesmo problema que enfrentara o município vizinho, Rio Claro: os custos de transporte. Porém, no dia 10 de abril de 1877, Araras passou a integrar a malha ferroviária da Paulista, o que veio a dinamizar os negócios do café[64]. Reflexo disso seria, em 1886, a produção de café no município ter alcançado 500.000 arrobas, produzidas por mais de 8 milhões de pés de café (Jornal A Tribuna do Povo, 1937).

A ferrovia marcou não somente o aumento da produção cafeeira no município de Araras. A diversificação dos negócios por parte dos proprietários das grandes lavouras cafeeiras tornou-se uma realidade com a chegada dos trilhos (SAES, 2002, p. 177 a 187). A própria ferrovia foi uma oportunidade aberta a estes homens para a realização de novos investimentos – sendo acionistas da Paulista[65]. No caso de Araras, pensamos que havia

---

exportação e tinham assegurado a formação de uma classe rica, aristocracia do dinheiro, que os imperadores Pedro I e Pedro II enobreceram generosamente e que tomava parte ativa da vida política brasileira".

[63] Dentro dos atuais limites do município de Araras, por volta da metade do século XIX, havia 9 grandes propriedades, quase todas voltadas ao café. Destacava-se a fazenda Angélica, de propriedade do Senador Vergueiro, a Campo Alto, que pertencia a Martinho Prado, além da Montevidéo.

[64] Os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro serviram para, além de levar o café até Santos, interligar a região. A ferrovia – iniciativa dos próprios fazendeiros da região – que havia chegado até Limeira no dia 30 de junho de 1876 e até Rio Claro em 11 de agosto, foi inaugurada em Araras no dia 10 de abril de 1877 e, na seqüência, em Leme no dia 30 de setembro do mesmo ano, em Pirassununga a 24 de outubro de 1878, e em Porto Ferreira em janeiro de 1880 e, pouco depois, em Descalvado no ano seguinte (MATOS, 1974, p.66 a 67).

[65] "A construção dessa via férrea foi confiada a uma sociedade inglesa, que inaugurou o tráfego em 1867, quando já cabia cogitar em prolongar a linha. Disso se encarregaram os principais fazendeiros de Campinas, Rio Claro, Limeira e Araras. Para formar a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em fins de 1868, 654 acionistas haviam subscrito as 25.000 ações de 200$000 cada uma, perfazendo um capital de 5.000 réis. A maior parte eram fazendeiros, muitos dos quais pertenciam à nobreza imperial" (MONBEIG, 1984, p. 98).

maior disponibilidade de capital para estas novas inversões, pois, o plantel de escravos era diminuto[66], em relação aos municípios da região, e de idade elevada:

Tabela 1: Número e valor de escravos em municípios da Província de São Paulo (1886) – valores em mil réis (Rs.)

	Nº de escravos	valor
Araras	**1623**	**1.111:625$000**
Campinas	9986	6.851:675$000
Limeira	2374	1.667:650$000
Piracicaba	3416	2.355:150$000
Rio Claro	3304	2.258:005$000

Fonte: DINIZ (1968, p. 40).

Tabela 2: População de Araras em 1886

Brasileiros	8178
Italianos	453
Portugueses	279
Alemães	540
Espanhóis	69

Fonte: DINIZ (1968, p. 39).

Como as tabelas 1 e 2 mostram, o capital em cativos no município de Araras era menor em relação às outras localidades, com o agravante à situação do plantel ararense, "De todos os escravos do município, apenas 569 ou sejam, 35% do total, tinham menos de trinta anos de idade, demonstrando estar a maior parte ultrapassando a idade economicamente mais produtiva" (DINIZ, 1968, p. 40). Além disso, a introdução do imigrante europeu não era novidade, pois o Senador Vergueiro colocou alguns desses trabalhadores, por volta da metade do século XIX, para cuidarem de suas lavouras na fazenda Angélica, localizada em Araras.

De fato, a presença do imigrante na sociedade ararense, entre fins do século XIX e início do XX, já era considerável. Com uma população de 11.663 habitantes em 1900

[66] Como mostra Holanda (1995, p. 76), a extinção do tráfico negreiro em 1850 representou uma liberação de capitais antes imobilizados nos negócios da escravidão, uma vez que os custos com a aquisição de cativos eram bem elevados. Esta liberação de capitais, na praça do Rio de Janeiro, teve como um de seus reflexos a abertura de diversas casas bancárias após 1850.

(CAMARGO, 1981, p. 1981)[67], é marcante a posição de destaque que ocupavam os estrangeiros nas atividades comerciais e industriais urbanas do município – as grandes plantações de café eram monopólios dos nacionais há muito adentrados nesta região.

Tabela 3: Estabelecimentos comerciais e industriais urbanos no município de Araras e origem de seus proprietários (1896-1912)

Origem do Proprietário	1896	1906	1912
Brasileiros	59	62	35
Italianos	65	114	95
Alemães	19	25	14
Suíços	01	01	01
Suecos	01	01	**
Espanhóis	**	**	02
Francês/Brasileiros	**	**	01
Sueco/Brasileiro	**	**	01
Total	145	203	149
% de estrangeiros	59%	69%	77%

Fonte: CRESSONI (2007, p. 188).

Como a tabela acima mostra, as ocupações urbanas no município de Araras eram, em sua maioria, exercidas pelos imigrantes europeus – participação que aumentou no decorrer do tempo. Assim, encontrar estrangeiros em vários ofícios nesta localidade era algo comum.

Aliás, a chegada de imigrantes ao Brasil era impulsionada não só por fatores internos. A conjuntura econômica mundial marcada pela pelos abalos da Grande Depressão (1873-1896) e pela expansão dos investimentos estrangeiros na América Latina, fazia de Brasil e Argentina destinos bastante procurados (HOBSBAWM, 2005, p. 59). Por outro lado, o já

[67] Para efeito de comparação, em 1900, Rio Claro possuía 31.891 habitantes; Leme contava com 9.211; Pirassununga com 10.556; Porto Ferreira com 9.333; e Limeira com 23.098 habitantes (CAMARGO, 1981, p. 16). De tudo isso, concluímos que Araras era mais um pequeno município paulista – em que pese a pujança de seus atores políticos – e que, somente Rio Claro e Limeira, cidades já grandes à época, destoariam em relação às pequenas localidades dessa região.

citado projeto de modernização nacional também incluía em seu bojo uma intenção de purificação de nossa sociedade, o branqueamento:

> Ainda assim, o apelo à biologia também tornava mais dramático o desespero daqueles cujos planos para a modernização de seus países foram de encontro à incompreensão e à resistência silenciosa de seus povos. Nas repúblicas da América Latina, ideólogos e políticos, inspirados nas revoluções que haviam transformado a Europa e os EUA, pensaram que o progresso de seus países dependia da "arianização" – ou seja, do "branqueamento" progressivo do povo através de casamento inter-racial (Brasil) ou de um verdadeiro repovoamento por europeus brancos importados (Argentina). Suas classes dirigentes eram, por certo, brancas – ou ao menos assim se consideravam – e os sobrenomes não ibéricos dos descendentes de europeus eram e ainda são desproporcionalmente freqüentes nos integrantes de suas elites políticas (HOBSBAWM, 2005, p. 54).

Em que pese este plano inescrupuloso, não podemos negar a carência de mão-de-obra qualificada em determinadas áreas, como a educação. Para sanar tais dificuldades, a importação de profissionais gabaritados se colocava como alternativa, mesmo porque, o ensino primário no Estado de São Paulo vivia uma crise que só seria contornada com a reforma educacional paulista de 1920 (NAGLE, 1976, p. 207)[68].

A localidade de Araras também enfrentava problemas com a instrução de suas crianças. Em 1901, a Câmara Municipal reconheceu este problema – afinal, só havia uma escola infantil/primária para mais de 500 meninos[69] – e tomou duas medidas a fim de atender esta demanda: criou outra escola municipal para atender os meninos, em que o professor receberia 100 mil réis mensais, e passou a conceder isenções e, também, a destinar mensalmente parte da despesa com instrução pública à manutenção de escolas particulares – os "institutos". Esta última ação visava aumentar o leque de alternativas às crianças no momento de se matricularem, pois estes institutos, em que pese serem instituições particulares de ensino, tinham como contrapartida ao financiamento que recebiam da Câmara, a obrigação de ceder vagas às crianças carentes[70].

[68] A grande questão quanto ao ensino primário no Estado de São Paulo era o número de vagas nas escolas, pois em 1918, existiam 318 mil crianças de 7 a 12 anos, mas apenas 212 mil delas estavam matriculadas.
[69] Havia uma divisão entre escolas femininas e masculinas.
[70] Atas da Câmara Municipal de Araras de 04/03/1901 e de 02/08/1901.

Contudo, somente estas ações não foram suficientes para estancar o grave quadro da educação municipal de Araras. Haja vista que, no ano posterior (1902), a Câmara Municipal[71] giraria seus debates em torno da criação de uma escola de trabalhadores rurais, uma vez que, toda a polêmica acerca da modernização do Brasil, do caráter agrário de nosso país e do ensino agrícola também teve seus ecos no contexto deste município. Assim, no dia 18 de agosto de 1902, foi criada a Escola de Trabalhadores Rurais, cujo diretor era o Coronel Justiniano Whitaker de Oliveira[72].

A Escola de Trabalhadores Rurais, que em 1904 receberia o nome de Escola de Trabalhadores Rurais Senador Lacerda Franco[73], representou uma nova fase da educação no município. E isto pode ser comprovado pela prioridade recebida pela mesma nos orçamentos posteriores.

[71] À época, eram vereadores, também, João Soares do Amaral e seu filho João de Lacerda Soares.

[72] Justiniano era cunhado de Antonio de Lacerda Franco, o Senador Lacerda Franco, e pertencente à parentela dos Lacerda. Em 1890, Justiniano se tornou presidente da Intendência Municipal, fruto de sua inserção na parentela. Em 1893, apareceu como coronel e presidente local do Partido Republicano Paulista (PRP). Na realidade, o Cel. Justiniano era quem comandava localmente a política, como porta-voz e fiador dos interesses do Senador Lacerda Franco e do PRP – em 1902, Justiniano era o Presidente da Câmara Municipal – sendo que este sim, era quem comandava, mas à distância, os desígnios da política ararense e também era a presença física do município no nível federal (CRESSONI, 2007, p. 282).

[73] Antônio de Lacerda Franco (Itatiba, 13 de junho de 1853 — São Paulo, 19 de maio de 1936), filho do barão de Araras, Bento de Lacerda Guimarães, e vereador da Câmara Municipal de Itatiba em 1878. Transferindo-se muito jovem para Araras, aí se dedicou à agricultura e à política local. Ardoroso defensor das idéias republicanas fundou nessa cidade o Partido Republicano Paulista, sendo eleito vereador e presidente da câmara em várias legislaturas. Logo após proclamada a República veio para a capital paulista e fez parte da Comissão Permanente do Partido a que se filiara definitivamente.
Eleito senador estadual em 1892, conservou-se nesse posto por longos anos, só o deixando quando eleito para a senadoria federal. Fora da política agiu sempre com grande eficiência, fundando e presidindo o Banco União, a Companhia Telefônica Brasileira, a Casa Comissária J. F. de Lacerda & Cia, a Votorantim e cooperando para a fundação da Escola de Comércio Alvares Penteado e do Conservatório Dramático e Musical. Presidiu ainda várias companhias industriais e dirigiu o "Correio Paulistano". À Santa Casa de Misericórdia prestou notáveis serviços como mesário, escrivão e provedor, cargos que desempenhou sucessivamente desde 1894 até os últimos dias de sua vida.

Tabela 4: Orçamento do município de Araras (SP) entre 1902-1905 e os gastos com educação – em Mil Réis

Ano	Orçamento (Rs.)	Educação	% gasta com Educação
1902	107:520$126	8:340$000	7,8%
1903*	103:720$126	13:800$000	13%
1904	97:560$000	13:800$000	14%
1905	106:600$000	10:560$000	10%

* O orçamento para o ano de 1903 passou a incluir, além das despesas com Instrução Pública, aquelas referentes à manutenção da Escola de Trabalhadores Rurais e também ao montante que o município destinava aos institutos particulares.
Fonte: ARARAS, Atas da Câmara Municipal de.

Como fica claro pela tabela, as verbas para a educação no município aumentaram após 1902 – ano em que se criou a Escola de Trabalhadores Rurais – em que pese terem recuado no orçamento para 1905, mas não ao patamar em que se encontravam três anos antes. Aliás, para a Escola era destinada a maior parte deste dinheiro. Entre 1903 e 1905, do total gasto com educação na cidade de Araras (Rs. 38:160$000), cerca de 79% (Rs. 30:000$000) teve como destino a manutenção da Escola de Trabalhadores Rurais.

Com tamanha verba, é possível que esta instituição tenha sanado seus problemas com fornecimento de mão-de-obra através da imigração. Como dito anteriormente, a França possuía vasta tradição agrícola e uma ampla formação de profissionais nesta área. Um destes "agrônomos" foi Louiz Nougués. Nascido na França, no ano de 1878, Nougués teve uma formação acadêmica[74] na Universidade de Paris, na área de ciências agrárias. Recebeu uma bolsa no valor de 12 mil francos e veio para o Brasil a fim de trabalhar na Escola de Trabalhadores Rurais do município paulista de Araras (MATTHIENSEN, 1994, p. 32).

A historiografia local aponta o ano de 1908 como data em que o francês Louiz Nougués teria chegado ao município. Contudo, através das atas da Câmara Municipal[75], é possível rever esta afirmação. Provavelmente se valendo do capital trazido consigo da França – é só lembrarmos dos 12 mil francos que recebera como bolsa -, a primeira referência feita à Nougués nas atas da Câmara Municipal consta de um repasse de verbas,

[74] A formação acadêmica de Louiz Nougués ainda carece de alguns esclarecimentos. A historiografia local, Matthiensen (1994), afirma que ele teria se formado na Sorbonne, mas há não evidência que comprove tal fato. Porém, fica claro que ele tinha uma formação universitária, pois só isto explica sua chegada ao município paulista para trabalhar como docente na Escola de Trabalhadores Rurais, uma vez que, seria necessária uma graduação para o cargo de docência.
[75] Ata da Câmara Municipal de Araras de 15/10/1904.

referentes às despesas com educação, que o *Instituto Nougués*[76] passaria a receber, em substituição ao Instituto Feitosa – que era quem recebia esta verba desde 1901.

Dessa forma, nota-se a inserção do imigrante que já viera com um capital primitivo e com uma carga educacional maior. Este perfil de imigrante – detentor de capital, bem instruído, de mesma religião, e pertencente a um país-modelo em matéria cultural – saía na frente dos demais na corrida por uma ascensão social nesta nova terra (DEAN, 1991, p. 59). E, muitos deles partiriam para empreitadas industriais. E com Louiz Nougués não seria diferente.

[76] O Instituto Nougués era um internato em que se ministrava aulas para filhos da elite ararense, mas que, devido aos repasses municipais, deveria ter, pelo menos, 6 alunos externos e pobres em suas fileiras.

CAPÍTULO IV – Formação da Companhia Ararense de Leiteria (1909) e os condicionantes do investimento industrial à época

O francês Louiz Nougués deu mostras de seu empreendedorismo logo em sua chegada ao montar seu estabelecimento de ensino, o Instituto Nougués. Mas, ele não cessaria seu ímpeto somente com esta atividade. Mas, antes de analisar a formação industrial do interior paulista, faz-se mister entender a economia local do novo município em que o francês estava inserido, as relações entre esta e a economia nacional – e, por extensão, internacional - e como as mesmas afetavam as tomadas de decisões dos nela envolvidos.

1) – Convênio de Taubaté: grande capital cafeeiro e as oportunidades de inserção na indústria

Talvez seja contraditório colocar os termos "indústria" e "Convênio de Taubaté" um mesmo subtítulo, mas, a análise mais apurada do que veio a ser o Plano de Valorização do café, redundante das medidas do ano de 1906 contra a crise cafeeira, que se arrastara desde 1898, nos dará subsídios para compreender quem realmente se beneficiou com a intervenção estatal – e, quando digo estatal, refiro-me ao Estado de São Paulo – no mercado cafeeiro.

Ao comparamos os movimentos da economia brasileira com a mundial, algo fica evidente. Parece haver um descolamento do Brasil frente às tendências mundiais. Segundo Landes[77] (1994, p. 242) "Em suma, o século XIX foi marcado por uma deflação prolongada e aguda, que se estendeu de 1817 até 1896 [...]", mas, o Brasil parece que não agonizou com esta fase de abalo que enfrentaram as potências centrais.

> Se o capitalismo passa por transformações de fundo por volta de 1870 [início da Grande Depressão que só findaria em 1896] e novamente após 1918 [fim da I Guerra Mundial e volta das multinacionais], tais datas não são, no

[77] Landes (1994, p. 241), acerca das tendências longas da economia na era industrial, afirma que há quase que um consenso sobre a periodização: 1790-1817 (inflação); 1817-50 (deflação); 1850-73 (inflação); 1873-96 (deflação); e 1896-1914 (inflação).

> entanto, cruciais na história do Brasil. A primeira marca o apogeu do Segundo Império e a segunda algo como uma espécie de apogeu também da República Velha. Esta arritmia entre a história do país e a do sistema mundial do qual ele faz parte não deixa de ser significativa. Ela mostra que o Brasil estava longe de desempenhar um papel de relevância na dinâmica do capitalismo mundial e que a influência desta dinâmica sobre nossa evolução tampouco era decisiva (SINGER, 2006, p. 380 e 381).

Este descolamento de nossa economia seria em função de nossa inserção na divisão internacional do trabalho. Como produtor primário, o Brasil era especializado na produção de um artigo de sobremesa, o café[78] que, aparentemente, teria sofrido fortes abalos numa conjuntura de deflação nos países centrais do capitalismo, em que gastos que não fossem essenciais seriam os primeiros a serem abolidos pelos cidadãos daqueles países. Mas, como o gráfico 1 mostrou, o século XIX marcou a expansão das exportações brasileiras de café, ao contrário do que poderia se imaginar, e, também o aumento da importância do café à economia nacional.

Tabela 5: Brasil e seus principais produtos de exportação (1821-1910)

Participação (em %) na Receita das Exportações							
Datas	**Café**	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e peles	Outros	Total
1821-1830	**18,4**	30,1	20,6	0,1	13,6	17,2	100,0
1831-1840	**43,8**	24,0	10,8	0,3	7,9	13,2	100,0
1841-1850	**41,4**	26,7	7,5	0,4	8,5	15,5	100,0
1851-1860	**48,8**	21,2	6,2	2,3	7,2	14,3	100,0
1861-1870	**45,5**	12,3	18,3	3,1	6,0	14,8	100,0
1871-1880	**56,6**	11,8	9,5	5,5	5,6	11,0	100,0
1881-1890	**61,5**	9,9	4,2	8,0	3,2	13,2	100,0
1891-1900	**64,5**	6,0	2,7	15,0	2,4	9,4	100,0
1901-1910	**52,7**	1,9	2,1	25,7	4,2	13,4	100,0

Fonte: Singer, P (2006, p. 387).

[78] A borracha, no final do século XIX, também tinha sua relevância, a qual seria diminuída no início do século XX, quando começou a produção da mesma em outras áreas, como na Ásia.

Foi com o café representando quase $\frac{1}{3}$ de nossas exportações que o Brasil, em 1889, adentrou a era republicana. Contudo, a herança que o Império deixara[79] refletiria nas ações econômicas tomadas nos primeiros anos do Brasil República. Uma vez que, durante a década de 1880, o Império teve um aumento de sua dívida externa, a solução encontrada pelos ministros imperiais foi restringir a oferta de moeda, com vistas ao grande desejo do período em matéria de política econômica: alcançar a conversibilidade da moeda[80]. Se a oferta de moeda estava deprimida em virtude da conversibilidade, ela seria ainda mais pressionada, a partir de 1888, com a abolição da escravatura e a intensa chegada dos imigrantes ao Brasil, fato que representou a instituição completa do trabalho livre na economia brasileira. Porém, também fez aumentar as necessidades creditícias dos empregadores, pois estes novos trabalhadores deveriam ser remunerados. Dessa forma, no período de dois anos, entre 1890-1891, o Governo Republicano emitiu 335 mil contos em notas bancárias – o que representava uma vez e meia o saldo de papel-moeda emitido (FAUSTO, 2006, p. 223).

Estas ações para expansão do crédito, tomadas principalmente durante o período em que Rui Barbosa[81] esteve à frente do Ministério da Fazenda, no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891), ficariam conhecidas como *Encilhamento*. Porém, é importante lembrar que havia uma polêmica no período acerca dos rumos de nossa política macroeconômica, que colocava em lados opostos papelistas e metalistas[82] (FRANCO, 1992, p. 11). Os ecos da questão eram grandes, pois, as medidas de política econômica refletiriam na taxa cambial, sendo que esta influenciava fortemente o serviço da dívida

[79] Segundo Cardoso (2006, p. 37), "A pedra angular do sistema econômico-financeiro herdado pela República consistia na exportação de produtos primários – geradora de divisas – e no controle dos instrumentos de câmbio como mecanismo básico para assegurar a continuidade da produção exportadora, apesar das flutuações do preço e da demanda externos, bem como para financiar o gasto público, pois o imposto principal que cobria as despesas do governo era o imposto às importações [...]".

[80] O Brasil adotara o padrão-ouro desde 1846. Desta forma, a conversibilidade do mil-réis com nossas reservas auríferas sempre foi algo a ser buscado, sendo que, no ano em que adotara o padrão, o câmbio ficou estabelecido em 27 dinheiros esterlinos por mil-réis.

[81] Inspirado no sistema bancário norte-americano e coerente com seus "ideais liberais", Rui Barbosa decretou a lei bancária de 17 de janeiro de 1890, que estabelecia as emissões bancárias sobre um lastro constituído por títulos da dívida pública.

[82] Os papelistas eram favoráveis à emissão de papel-moeda desenfreada, a fim de estimular nosso setor produtivo. Já os metalistas eram adeptos da austeridade monetária e conversibilidade de nossa moeda.

externa brasileira e os lucros de nossa classe produtiva, no momento em que tivessem que converter suas libras em mil-réis.

Tabela 6: Produção mundial de café entre 1885 e 1900 – (milhares de sacas de 60kg)

Ano Safra	Brasil*	Outros Países**	Total da Produção Mundial
1885	5,770	3,900	9,670
1886	6,320	4,145	10,465
1887	3,165	3,760	6,925
1888	6,925	4,090	11,015
1889	4,405	4,015	8,420
1890	5,525	3,760	9,285
1891	7,695	4,245	11,940
1892	6,535	4,740	11,275
1893	5,040	4,360	9,400
1894	7,235	4,530	11,765
1895	6,005	4,390	10,395
1896	9,315	4,600	13,915
1897	11,210	4,840	16,050
1898	9,320	4,405	13,725
1899	9,425	4,380	13,805
1900	11,285	3,785	15,070

Fonte: HOLLOWAY, T. (1978, p. 102)

De acordo com os dados da tabela 6, fica nítido que a expansão do crédito no início da República teve reflexos positivos em relação à produção de café. A maior disponibilidade de moeda beneficiou a lavoura cafeeira, e o que se viu foi a produção brasileira saltar de 4,405 mil sacas de 60kg para, em 1896, a cifra de 9,315 mil sacas. Na verdade, devemos ter em mente que o início da última década do século XIX mostrou-se um cenário favorável aos plantadores de café[83], pois, lembrando que o tempo de maturação que o cafeeiro leva entre seu plantio e a produção é de mais ou menos 5 anos, as novas

[83] A indústria também se beneficiou do expansionismo monetário de Rui Barbosa – talvez ela tenha sido o setor ao qual as medidas visavam. Como coloca Cardoso (2006, p. 38) "Com ou sem êxito, entretanto o fato é que a expansão dos bancos-emissores, a enxurrada de papel-moeda e de emissões de ações por parte de companhias que se formavam [em que pese grande parte delas terem sido empresas-fantasmas], confirmam que entre as forças que se beneficiaram imediatamente com a proclamação da República contavam-se setores industrial-financeiros urbanos".

plantas que fizeram aumentar em muito a safra de 1896 têm origens nos capitais investidos no início dos anos 1890[84].

Porém, se a produção aumentara o mesmo não ocorria com os preços do café – tanto no Brasil quanto no exterior. O que se via é que os lucros do café eram mantidos, internamente, através de uma queda da taxa cambial, que permitia aos fazendeiros receber mais em moeda nacional no momento da conversão do que recebiam por suas safras em moeda estrangeira.

Tabela 7: Brasil: Taxa cambial e preços internos e externos do café (1889-1900)

Anos	Taxa Cambial (dinheiros por mil réis)	Preço do Café por 10kg em Santos (Mil Réis)	Preço, por Saca, em Havre(França) (Francos)
1889	26 7/16	6$650	102
1890	22 9/16	8$150	108
1891	14 29/32	10$100	88
1892	12 1/32	12$200	95
1893	11 19/32	15$800	100
1894	10 3/32	14$700	94
1895	9 15/16	14$200	87
1896	9 1/16	10$700	58
1897	7 23/32	8$550	39
1898	7 3/16	7$300	36
1899	7 7/16	7$800	39
1900	9 16/32	5$850	42 1/2

Fonte: DELFIM NETTO, A. (1979, p.22).
HOLLOWAY, T. (1978, p. 104).

Contudo, se o cenário entre 1891 e 1895, em que os preços ainda se encontravam em um bom patamar e o câmbio estava depreciado, foi de bonança aos produtores de café, os anos posteriores seriam vistos como um revés nesta situação. Primeiro, porque em uma conjuntura marcada por altos preços e câmbio baixo, o rumo dos capitais nas mãos dos produtores seria, impreterivelmente, a formação de novos cafezais. Assim, em um curto

[84] O funcionamento do crédito à lavoura cafeeira, grande parte dele realizado por comissários até o final do século XIX, é melhor explicado em TEODORO, R. S. (2006). *O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885-1914.*

período de tempo seria recolocado o problema das safras abundantes e do consumo mundial, que crescia constantemente, mas não o suficiente para dar vazão ao montante de café produzido.

Tabela 8: Quantidades compradas no mercado mundial (Consumo) do café e suprimento visível (Estoque), 1889-1900 – em milhares de sacas de 60 kg

Ano Safra	Quantidades compradas no mercado (Consumo)	Suprimento Visível mundial (Estoque)
1889	10,330	2,435
1890	9,960	1,905
1891	11,020	2,990
1892	11,255	3,165
1893	10,585	2,165
1894	11,070	3,060
1895	10,966	2,489
1896	12,427	3,977
1897	14,582	5,445
1898	12,994	6,176
1899	14,252	5,729
1900	13,965	6,834

Fonte: HOLLOWAY, T. (1978, p. 103).

A crise se avizinhava para a lavoura cafeeira, mas não só devido aos desencontros entre a oferta e a demanda – contribuía para a queda nos preços externos uma crise econômica nos Estados Unidos por volta de 1894 (FAUSTO, 2006, p. 226). No Brasil, a pressão sobre os governantes – o presidente da República entre 1894 e 1898 foi Prudente de Morais – era cada vez maior, devido aos efeitos da desvalorização cambial. A depreciação do câmbio encarecia o preço dos artigos importados – o país era grande importador de, por exemplo, alimentos – o que fazia elevar-se o custo de vida, tendo efeitos negativos, principalmente, sobre as classes menos favorecidas[85]. Mas, além disso, voltando ao cenário

[85] O mecanismo de efeitos danosos da queda cambial, que privilegiava uma minoria, sobre o todo da população foi denominado de *Socialização das Perdas* por Celso Furtado (2003).

externo, a combinação de uma baixa taxa de câmbio com a queda de preço de nosso principal produto de exportação, causava pânico em nossos credores externos.

> Nenhuma melhora na situação cambial se observaria ao longo de 1896 e 1897, sendo o empréstimo de 1895 rapidamente consumido, e tendo inclusive o governo brasileiro contraído novos empréstimos de curto prazo de modo a evitar pressões adicionais sobre o mercado de câmbio. O enfraquecimento dos preços do café em função das grandes safras de 1896 e 1897, as quais [...] registravam as conseqüências do extraordinário aumento no plantio do início da década, contribuíram, a essa altura, de modo decisivo para debilitar as contas externas do país. Simultaneamente, o ministro [da Fazenda] Rodrigues Alves enfrenta dificuldades para equilibrar o orçamento e proceder a encampação das emissões bancárias, com isso reforçando a má vontade dos mercados financeiros internacionais para com o país (FRANCO, 1992).

As pressões econômicas e sociais se traduziriam em uma mudança no viés adotado pelo governo que sucederia Prudente de Morais. A chegada do paulista – assim como seu anterior – Campos Sales à presidência da República traria novos ares à política econômica e, também, um novo quadro de descontentes em decorrência das ações de seu ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho.

O período em que Campos Sales permaneceu na presidência do Brasil, entre 1898 e 1892, teve como uma de suas principais características o apaziguamento dos conflitos pelo poder político, principalmente na esfera federal, com a constituição de sua "Política dos Governadores"[86]. Contudo, nossa atenção se volta ao campo econômico, principalmente com relação ao acordo com credores estrangeiros, denominado *Funding Loan.*

> O *Funding Loan* consistia em uma consolidação da dívida, da qual surgiriam maiores encargos. Antigos empréstimos e respectivos juros seriam pagos com novos empréstimos a juros elevados, o que ocorreria aliás também nas consolidações realizadas em 1914 e 1931. Pelo acordo de 1898, o pagamento dos juros de todos os empréstimos externos do Governo Federal e das garantias de juros que o Governo dava às estradas de ferro efetuar-se-ia entre julho de

[86] Campos Sales usou da máquina federam para resolver as intensas disputas políticas que atrapalhavam a condução do país. Com a Comissão Verificadora de Poderes, o governo federal tinha condições de ratificar ou não as decisões eleitorais estaduais, dessa forma, só trazendo ao nível federal quem fosse de seu agrado. Basicamente, o que houve foi uma consolidação das situações políticas estaduais favoráveis à Campos Sales e a entrega da responsabilidade de condução dos conflitos políticos, que ocorriam nas vésperas das eleições, às lideranças de cada estado. Esta sabia que sua tarefa era garantir que seu candidato saísse vencedor das urnas, pois, o governo federal, através da Comissão Verificadora de Poderes, prontamente ratificaria o resultado do pleito (KUGELMAS, 1973, p. 204 a 209).

> 1898 e junho de 1901, não em dinheiro, mas em novos títulos de dívida. Ficavam suspensas as amortizações do próprio *Funding* e de todos os empréstimos incluídos na consolidação, até 1º de julho de 1911. Posteriormente, a amortização foi antecipada. Os banqueiros assumiam em troca o controle da economia do país. As rendas de todas as alfândegas foram hipotecadas aos credores, o Governo Federal ficou proibido de tomar novos compromissos externos ou internos até junho de 1901 e se obrigou a retirar de circulação uma soma de papel-moeda equivalente aos títulos de empréstimo, ao câmbio de 18 dinheiros por mil-réis (FAUSTO, 2006, p. 227).

Os efeitos do *Funding* rapidamente traduziram-se na taxa de câmbio. Com uma política monetária deflacionista, que buscava restringir a circulação do mil-réis, a elevação da taxa cambial tão sonhada foi algo atingido.

Tabela 9: Brasil: Taxa cambial e preços internos e externos do café (1899-1905)

Anos	Taxa Cambial (dinheiros por mil réis)	Preço do Café por 10kg em Santos (Mil Réis)	Preço, por Saca, em Havre(França) (Francos)
1899	7 7/16	7$800	39
1900	9 16/32	5$850	42 1/2
1901	11 3/8	4$650	38
1902	11 31/32	4$200	34
1903	12	4$900	38 1/2
1904	12 7/32	5$150	45
1905	15 57/64	4$250	47

Fonte: DELFIM NETTO, A. (1979, p. 24).
HOLLOWAY, T. (1978, p. 104).

A alta do câmbio, a partir de 1900, foi o estopim da crise cafeeira que a tanto se apresentava. Sem poder fazer uso do instrumento cambial, os cafeicultores passaram a sofrer os efeitos do aumento da produção e do descompasso entre a oferta e a demanda mundial do café. Os preços para o produto na primeira década do século estavam muito longes do apogeu vivido durante os anos de 1890. Entre 1893 e 1895, o preço da saca vendida na cidade francesa de Havre girou em torno dos valores de 100 e 87 francos; por outro lado, a maior cotação da saca de café na mesma cidade, durante os anos de 1900 e 1905, ficou em 47 francos.

Dessa forma, ficou claro que não era possível pensar em uma classe homogênea em se tratando da economia cafeeira. Seria falsa a afirmação sobre uma unidade dos interesses que se expressariam, politicamente, em torno do Partido Republicano Paulista (PRP). Não, definitivamente unidade era o que não existia – em que pese todos os envolvidos estarem, em última instância, atrelados ao café – dentro bloco de poder constituído pelos paulistas.

> [...] o conflito entre grande capital cafeeiro e lavoura cafeeira, ou entre grande e médio capital cafeeiro, era um conflito entre o grande capital diversificado, predominantemente mercantil, e os grandes fazendeiros (grandes proprietários) ligados exclusivamente à esfera da produção cafeeira, isto é, era um conflito no interior das frações dominantes (PERISSINOTTO, 1994, p. 36).

A cisão entre "lavoura" e "grande capital cafeeiro" era também um embate entre permanência e a diversificação econômica. Muitos fazendeiros de café, com a evolução do produto e seu aprofundamento rumo ao Oeste Paulista, foram quase que obrigados a viabilizar a infra-estrutura necessária ao negócio do café. Essa elite paulista transformou as dificuldades em oportunidades para a inversão e diversificação de seus capitais (KUGELMAS, 1986, p. 21). E as estradas de ferro dão prova dessa união de interesses e capitais.

> O grande fazendeiro de café não ficou restrito à atividade agrícola. Desde cedo, é certo, manteve interesses ligados à atividade comercial. Foi, no entanto, com a empresa ferroviária que ele assumiu a feição própria de empresário capitalista: a partir dela, a fazenda de café passou a ocupar menos sua atenção: visitava-a, talvez, uma vez por mês, dedicando-se cotidianamente a suas outras empresas – ferrovias, serviços de utilidade pública, grande comércio de importação, bancos, e mais tarde também indústrias [...] grande concentração da propriedade da terra e rápido crescimento das exportações de café, gerando lucros elevados para os grandes fazendeiros. Novas plantações absorviam parte desses lucros. Ainda assim sobrava um excedente, que procurava, na incipiente economia urbana de São Paulo, novos campos de investimento, geralmente em associação com elementos ligados ao comércio da Capital (SAES, 2002, p. 187).

Esta articulação de capitais, que ocorreu entre 1870-75, deu origem a quatro empresas ferroviárias nacionais, que trataram de conectar as zonas produtivas do interior paulista ao Porto de Santos. Foram elas: a Paulista, a Mogiana, a Ituana e a Sorocabana. Porém, se no início as ferrovias conviveram em harmonia com os representantes da lavoura, o mesmo

não pode ser dito a partir da década de 1890. A questão cambial afetaria a relação entre o transporte ferroviário e os plantadores de café.

Aos representantes da "lavoura" não agradava a idéia de aumentar o câmbio, o que ocorreu a partir de 1898 com Campos Sales na presidência, pois, isto diminuiria seus lucros em moeda nacional – principalmente em um momento em que os preços externos também se depreciavam. Já aos integrantes do grande capital cafeeiro, neste caso os proprietários/acionistas das ferrovias[87], uma conjuntura que apontasse para a queda do câmbio seria terrível, pois, isto faria com que aumentasse o custo dos artigos importados – as ferrovias dependiam, em grande parte, de maquinário vindo do exterior – e, necessariamente, o custeio de suas atividades.

Como o câmbio caíra na década de 1890, a solução encontrada pelo grande capital cafeeiro foi aumentar as tarifas do frete ferroviário. Tal medida provocou o protesto geral da "lavoura", já extenuada pelos baixos preços do café. Mas, a situação se inverteria com chegada de Campos Sales à presidência; a subida do câmbio fez aumentar a rentabilidade das ferrovias, pois os custos de manutenção caíram, mas, fez agonizar ainda mais os que se dedicavam unicamente ao plantio do café[88].

> O que esse conflito nos revela é, na verdade, o conflito entre a lavoura e os interesses do grande capital cafeeiro. Este último, embora tivesse uma dimensão produtiva no setor agrário exportador, ocupava posições privilegiadas em outros investimentos. Essa diversificação fazia com que a valorização cambial não o prejudicasse tanto, pois outras inversões, como as ferrovias, garantiam sua rentabilidade. Nem mesmo a queda dos preços internacionais do café deixava os membros do grande capital em apuros, pois [...] na qualidade de proprietários de bancos eles garantiam acesso ao crédito em termos pessoais, tendo, por isso, maior resistência à queda dos preços e podendo esperar melhores condições para a venda do produto. A partir daí entende-se porque, apesar de

[87] Os representantes do grande capital cafeeiro exerciam diversas atividades, todas elas componentes do *complexo cafeeiro paulista*, como expôs Cano (1981, p.20 e 21), em *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Tendo o café como a atividade principal, em que também se destacavam outras atividades componentes: a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas; indústrias; sistema ferroviário; bancos; comércio de exportação e importação; atividades criadoras de infra-estrutura – como portos e armazéns, transportes urbanos e comunicações – e também atividades ligadas à própria urbanização, como o comércio; e, por fim, a intervenção estatal – federal e estadual – através do gasto público.

[88] A impressão que se tem ao analisarmos as ações do presidente paulista Campos Sales (1898-1902) é que suas medidas econômicas têm como objetivo a satisfação dos interesses do grande capital cafeeiro. Enfim, a Primeira República não pode ser tida como a República dos Fazendeiros, pois os que se dedicavam somente ao plantio do café só viram suas aspirações serem atendidas quando as mesmas se coadunavam com as propostas do capital diversificado (SAES, 1981, p. 255).

> também serem fazendeiros, os membros do grande capital apregoassem claramente a adoção de medidas tarifárias que ignoravam a crise da lavoura, visando manter a alta rentabilidade no setor ferroviário (PERISSINOTTO, 1994, p. 47).

Porém, as agruras da lavoura cafeeira seriam ainda maiores na metade da primeira década do século XX. O governo Campos Sales e o posterior, o do também paulista Rodrigues Alves (1902-1906), viram uma melhora dos indicadores econômicos do Brasil devido à elevação das exportações de borracha e da entrada de capitais estrangeiros[89]. A subida das receitas fez com que houvesse uma apreciação da taxa cambial no ano de 1905, que ficou em 15 57/64 dinheiros por mil-réis – em 1904 ela tinha sido de 12 7/32 (FRITSCH, 1992, p. 38). Para piorar a situação da lavoura paulista, o Estado de São Paulo – o maior produtor de café no Brasil[90] - atentando-se ao problema que representava as constantes inversões dos lucros cafeeiros na formação de novas plantações, desde 1902 proibira o plantio de novos cafeeiros e o replantio pelo prazo de 5 anos, que, depois seria prorrogado por mais cinco[91]. Além dessa restrição ao plantio, que atingira em cheio aqueles que se voltavam exclusivamente à lavoura – mais uma vez, o grande capital cafeeiro, diversificado e com braços em várias atividades, sentiria bem menos os efeitos desta medida – o regime de trabalho nas lavouras paulistas, o *colonato*, em um momento em que as cotações do café no exterior não eram das melhores e a alavanca cambial havia sido retirada, impunha maiores apuros aos fazendeiros.

---

[89] A primeira década do século XX já mostrava que uma mudança estava ocorrendo com relação aos investimentos estrangeiros no Brasil. Os investimentos britânicos haviam sido preponderantes entre 1860-1902 (77,6% dos investimentos externos no Brasil foram ingleses). Já a partir dos primeiros anos do século XX, a exemplo do que Arrighi aponta sobre a hegemonia industrial – e posteriormente financeira – os investimentos originários dos Estados Unidos vão tomando o lugar dos ingleses (entre 1903-1913, os investimentos norte-americanos, que representaram 1,5% do total no período posterior, chegaram a 19,9%, enquanto os britânicos caíram para 53%) (CASTRO, 1978, p. 16).

[90] Em 1905, das 10.884 sacas de 60 kg exportadas pelo Brasil, 6.983 delas foram exportadas pelo porto de Santos (HOLLOWAY, 1978, p. 101).

[91] Com a afirmação que o Estado de São Paulo buscou conter o plantio de novos pés de café, é importante frisar que não se pode reter a idéia de que todos os envolvidos e a maioria dos capitais oriundos do trato do café tivessem como destino a formação de novos cafezais na fronteira em movimento. As decisões de investimento de boa parte dos envolvidos na economia cafeeira – que seriam denominados de grande capital cafeeiro – guiava-se pela ótica do complexo cafeeiro: sem esquecer do café (a atividade principal), vários desses proprietários de pés de café também teriam seus nomes envolvidos em empresas ferroviárias, indústrias, casas de exportação, empresas de iluminação, de água e esgoto e outras atividades componentes do complexo cafeeiro.

> No "colonato", ou o empresário liquida suas dívidas, ou se vê envolvido numa série de complicações que vão desde a desorganização do serviço até a entrega da propriedade aos colonos credores. A situação em São Paulo era ainda mais complicada pelo fato de que o colono, geralmente, era o imigrante italiano, diligente e exigente e pronto a ir até a aventura na defesa de seus interesses. A queda dos preços do café recaía, portanto, a curto prazo, inteiramente sobre o fazendeiro-empresário (DELFIM NETTO,1979, p. 34).

Os ecos da crise cafeeira foram sentidos também no município paulista de Araras. Em 13 de junho de 1902, a Câmara Municipal de Araras[92] foi instada a responder um questionário, enviado pela Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), no qual havia as seguintes indagações: 1º Deve-se limitar temporariamente as novas culturas de café? 2º No caso afirmativo, quais as medidas indicadas para sua realização? 3º Não cogitando da limitação das plantações, que outras medidas apresentam a lavoura local para combater a crise? O incumbido de responder tais questões foi o vereador, e representante local da "lavoura", vereador Rodolpho Coimbra[93]:

> 1º A prohibição de plantações de café por qualquer praso não vem resolver a crise, porque essa medida não produz efeitos imediatos, pois o cafeeiro plantado em 1902 só viria a dar fructos cinco annos depois, quando a crise estaria fatalmente resolvida pelo equilíbrio entre consumo e producção.
>
> 2º A plantação de cafezaes novos, na diminuta escala em que é feita, não viria elevar o nível da producção, porque, quando começasse a dar fructos, bastaria apenas para compensar o depreciamento dos cafezaes já existentes.
>
> 3º Não é exacto que a prohibição do plantio de novos cafezaes deva necessariamente produzir a alta, porque, como já disse, são retardados por cinco annos os effeitos dessa medida, e o conhecimento deste facto está ao alcance dos consumidores e ainda mais dos especuladores; não influindo essa prohibição sobre as colheitas durante o praso em que vigorar, não poderá absolutamente determinar a alta do café.
>
> 4º A medida em questão virá ainda aggravar a angustiosa situação da lavoura cafeeira, porque, estando nós ainda sujeitos à imposição dos colonos, estes exigirão maior salário para compensar o prejuíso determinado pela suppressão dos cafezaes novos, nos quais cultivavam cereaes. O lavrador será obrigado a ceder ou a ver a lavoura abandonada; os colonos então volverão seus olhos para outras terras em que seu trabalho lhes dê maiores lucros.

[92] A parte a seguir corresponde à Ata da Câmara Municipal de Araras, no dia 13 de junho de 1902.

[93] Rodolpho Coimbra pertencia à parentela que dominava a política local ararense desde a fundação do município, em 1871, ou seja, aos Lacerda. Coimbra era casado com uma das filhas, Clotilde de Lacerda, que era sobrinha do grande chefe político do município de Araras e representante do PRP, o Senador Antonio de Lacerda Franco – que além de político, era um dos proprietários do banco União de São Paulo.

> 5º Os filhos de um paiz e principalmente os governos têm o dever de, attendendo ao presente, não descurar o futuro, que será a herança de seus filhos. A prohibição de novas plantações dará profundo golpe na fortuna particular e publica para o futuro. É portanto um verdadeiro attentado ao bom senso e aos sentimentos de patriotismo.
>
> [Como soluções, Rodolpho Coimbra citou]
>
> 1º Diminuição do imposto a 9%.
>
> 2º Abaixamento das tarifas das estradas de ferro.
>
> 3º Introducção de immigrantes em larga escala.
>
> 4º Imposto proporcional sobre as diversas qualidades de café.
>
> (ARARAS, 1902).

É interessante notar que os debates sobre a crise cafeeira não eram feitos somente no Congresso Nacional ou na cidade de São Paulo. Os municípios do Oeste Paulista sentiam na pele as circunstâncias da crise e, se não tinham soluções para a mesma, pelo menos sabiam o que não devia ser feito, pois significaria a piora da situação.

Neste cenário nada animador aos plantadores de café ou, melhor dizendo, aos da "lavoura", o ciclo natural do café também era variável importante no trato deste produto. Com um tempo de maturação entre 4 e 5 anos, também era recorrente ao trato cafeeiro que, após uma enorme safra, a produtividade média dos cafeeiros baixasse, o que conduziria à safras menores nos anos posteriores e, como conseqüência, à melhora dos preços.

Tabela 10: Produção mundial de café entre 1901 e 1906 – (milhares de sacas de 60kg)

AnoSafra	Brasil	Outros Países	Total da Produção Mundial
1901	16,145	3,645	19,790
1902	12,945	3,720	16,665
1903	11,101	4,891	15,992
1904	10,523	3,923	14,446
1905	10,884	3,948	14,792
1906	**20,190**	**3,596**	**23,786**

Fonte: HOLLOWAY, T. (1978, p. 102).

Tabela 11: Quantidades compradas no mercado mundial (Consumo) do café e suprimento visível (Estoque), 1901-1906 – em milhares de sacas de 60 kg

Ano Safra	Quantidades compradas no mercado (Consumo)	Suprimento Visível mundial (Estoque)
1901	15,319	11,305
1902	16,097	11,873
1903	15,558	12,277
1904	15,507	11,216
1905	16,306	9,702
1906	**17,108**	**16,380**

Fonte: HOLLOWAY, T. (1978, p. 103).

As tabelas 10 e 11 demonstram as alternâncias cíclicas das safras cafeeiras. Após uma extraordinária safra em 1901, os cafeeiros ressentiram-se os efeitos dessa alta produtividade, o que fez diminuir as safras anteriores, permitindo um leve aumento nos preços do café – tanto interna quanto externamente. Mas, como falamos de ciclo, novamente o pêndulo foi para cima. A safra brasileira que se anunciara para 1906 tenderia a bater todos os recordes de produção, o que já podia ser evidenciado pelas floradas no mês de setembro e outubro de 1905 (HOLLOWAY, 1978, p. 58). Além disso, o câmbio encontrava-se apreciado, os estoques de café ao redor do mundo eram elevados – e aumentariam ainda mais com a safra de1906 –, os preços internos e externos não eram nem sombra dos vistos na década anterior e a restrição ao plantio de novos cafeeiros no Estado de São Paulo não se mostrou tão eficaz para conter o aumento da produção[94]. A solução seria valer-se de nossa condição monopólica no mercado cafeeiro mundial.

A idéia de um plano para valorizar os preços de nosso principal produto de exportação não data do ano anterior à enorme safra de 1906. A conjuntura adversa do café nacional, principalmente após 1898, suscitara arranjos institucionais a fim mudar as

[94] A restrição ao plantio de novos cafeeiros em São Paulo serviu mais para deteriorar a posição econômica da "lavoura" e para conter a expansão da fronteira do café, sendo que estes não eram os objetivos essenciais dessa medida.

cotações do café no mercado mundial. Mas, o mais interessante é notar que tais idéias não partiram somente da "lavoura". Em 1903, Alexandre Siciliano, um legítimo representante do grande capital cafeeiro[95], propusera, na Sociedade Paulista de Agricultura, baseado na condição monopólica do Brasil no mercado mundial do café, um plano de valorização – o que expõe as ligações dentro do complexo cafeeiro, pois a crise da atividade principal chegara a um ponto em que os lucros das atividades componentes ficariam seriamente ameaçados[96].

O plano de Siciliano, além da continuidade da restrição ao plantio de novos cafeeiros, previa a retirada de café do mercado, a fim de estimular a subida dos preços, e o armazenamento do produto durante o período necessário à alta dos preços. A partir deste momento, o café estocado seria posto no mercado pelo *sindicato de capitalistas* – formado por comerciantes e financistas privados[97] - o que demonstra a preponderância do grande capital cafeeiro, que dali em diante tomaria conta da produção substituindo o estado (de São Paulo) no controle da compra e venda do café da valorização, restando ao mesmo garantir o pagamento dos empréstimos feitos pelo sindicato para a compra do café (SICILIANO, 1905).

Em um primeiro momento, o plano de Alexandre Siciliano foi rejeitado pelo governo paulista[98]. Contudo, o agravamento da situação levou o próprio Congresso Nacional a autorizar, em dezembro de 1905, o Presidente da República, Rodrigues Alves, um acerto

[95] Alexandre Siciliano era um imigrante italiano que enriquecera no Brasil através de investimentos comerciais e industriais: tinha casa comissária, era um dos proprietários da Cia. Mechânica e Importadora de São Paulo, entre outros empreendimentos.

[96] É só pensar como se constituía a demanda de um dos negócios de Alexandre Siciliano: a Cia. Mechânica e Importadora. Com a crise no café se agravando, a procura por artigos importados advinda dos fazendeiros haveria de cair, pois os lucros desses estavam comprimindo-se cada vez mais com a conjuntura desesperadora. Assim, é compreensível que Siciliano tenha proposto a valorização, afinal, a "lavoura" era parte importante em seus negócios.

[97] A exportação do café brasileiro era controlada por um pequeno número de grandes firmas alemãs, francesas, norte-americanas. Para se ter uma idéia do poderio e de nossa subordinação ao capital externo, das 20 maiores firmas exportadoras de café registradas no Porto de Santos, só uma era brasileira, a "Prado, Chaves & Co., que era da família Prado. As 19 firmas brasileiras, na época, controlavam juntas somente 6,6% de toda a exportação de café naquele porto. Por outro lado, a "Theodor Wille & Co.", firma alemã, controlava 18,5% da exportação santista de café no período (HOLLOWAY, 1978, p. 51).

[98] Em 1903, o presidente do Estado de São Paulo era Bernardino de Campos. Mas, a formalização do Plano de Valorização do café se daria com seu sucessor, Jorge Tibiriçá – ambos representantes do Partido Republicano Paulista (PRP) – que foi presidente do Estado de São Paulo entre 1904 e 1908.

com os Estados sobre as bases de um acordo para a valorização do café. Com este aval, os presidentes do estado de São Paulo (Jorge Tibiriçá), do Rio de Janeiro (Nilo Peçanha) e de Minas Gerais (Francisco Sales) – os principais estados produtores de café – reuniram-se na cidade paulista de Taubaté e, no dia 26 de fevereiro de 1906, assinaram o Convênio de Taubaté.

> Em sua versão original, os pontos principais do convênio eram os seguintes: a) manutenção do preço entre 55 e 65 francos, por saca de 60 quilos de café tipo 7, para o primeiro ano do acordo, podendo ser posteriormente elevado até o máximo de 70 francos, segundo as conveniências do mercado; b) negociação de um empréstimo externo de 15 milhões de libras esterlinas para custear as compras destinadas a manter o preço; c) imposição de uma taxa de 3 francos sobre cada saca de café exportada, arrecadada pela União, destinando-se para o pagamento do empréstimo; d) estabelecimento de um fundo (Caixa de Conversão), a fim de estabilizar o câmbio; e) redução das exportações de tipos inferiores; f) imposição de uma taxa proibitiva sobre as novas plantações; g) organização de uma companhia de publicidade no exterior, visando à elevação do consumo (FAUSTO, 2006, p. 237).

Nas diretrizes do Convênio, os três estados contariam com a ajuda do Governo Federal para a solução da crise – quer dizer, financiar os empréstimos necessários para a compra do café a ser retirado do mercado. No entanto, a questão não era tão simples, pois a desejada estabilidade cambial, meta da "lavoura" há muito tempo e que constava no Convênio, não era do agrado do paulista Rodrigues Alves e nem de seu Ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, pois o Brasil, em 1905, reconquistara a boa reputação financeira e o crédito internacional – após as dificuldades da década anterior – sendo que os banqueiros estrangeiros não gostariam de ver a trajetória de austeridade financeira ser mudada. Para Rodrigues Alves, a grande meta seria buscar a paridade do mil-réis com o valor de 1846 – ano em que o Brasil adotou o padrão-ouro, sendo a cotação do mil-réis 27 dinheiros esterlinos (HOLLOWAY, 1978, p. 54 e 60).

Esperar a posse do próximo presidente não era possível, pois a safra de 1906 estava para chegar aos portos. O Convênio seria aprovado no Congresso no dia 6 de agosto do mesmo ano, mas a discussão sobre a Caixa de Conversão foi adiada em virtude das negativas do então presidente. A Caixa seria aprovada e sancionada, no dia 6 de dezembro

de 1906, pelo novo Presidente da República, Afonso Pena[99]. No entanto, o principal e mais articulado personagem envolvido na Valorização, o estado de São Paulo, não ficou parado. Dois meses antes, na primeira semana de outubro de 1906, entrara em ação o acordo providencial do governo paulista com Hermann Sielcken[100], sócio da firma norte-americana importadora de café, Grosmann & Cia., que fez a ponte entre as necessidades creditícias de São Paulo e as maiores casas exportadoras de café e bancos europeus[101].

> O chamado Plano Sielcken envolvia alguns importadores em uma operação diversa da que era habitualmente realizada pelo setor. Os comerciantes adiantaram 80% dos fundos necessários à compra de dois milhões de sacas de café, pelo preço de 7 centavos por libra-peso. Eles não eram simples prestamistas de dinheiro, embora recebessem uma comissão e juros pelo adiantamento. Associavam-se, na realidade, a uma operação que visava retirar cafés [estocando-os em armazéns europeus e norte-americanos] do mercado para revendê-los mais caro em uma ocasião mais oportuna, ganhando com a diferença de preços. Sielcken e seu grupo jogaram com cartas marcadas, pois qualquer queda de preços abaixo de 7 centavos por libra-peso era creditada automaticamente. Desta forma, um importante setor abandonava as práticas especulativas baixistas e passava a manobrar no sentido de favorecer a gradativa elevação de preços. Até o início de 1908, sua contribuição para o financiamento foi de longe a mais significativa (FAUSTO, p. 2006, p. 243).

O Plano Sielcken representou o triunfo da proposta apresentada em 1903 por Alexandre Siciliano. Contudo, como os capitais disponibilizados pelo sindicato de capitalistas não foram suficientes para as compras do Estado de São Paulo[102] - houve uma breve, mas grave crise financeira internacional, que fez diminuir a entrada de capitais externos –, já em 1907 recolocava-se o problema do financiamento para impedir a chegada da nova safra ao mercado. O Governo Federal não podia ignorar o café, devido ao seu peso

[99] Afonso Pena, assim como Rodrigues Alves, desejava a ascensão do valor do mil-réis ao seu valor-ouro oficial (27 dinheiros). Contudo, este seria um objetivo a ser alcançado no longo prazo, o que permitiria leves desvios e uma estabilização passageira do câmbio. Tal postura tornou-o o candidato ideal aos partidos envolvidos com o café, como o PRP.

[100] "Sielcken, alemão nascido em Hamburgo, filho de padeiro, emigrou para a Costa Rica, transferindo-se depois para os Estados Unidos, na década de 70. Empregou-se na firma Grossman & Cia, que fazia negócios importantes de café na América Latina, adquiriu em viagens pelo continente o conhecimento do mercado e acabou por se tornar sócio da empresa" (FAUSTO, 2006, p. 243).

[101] Os principais negociantes envolvidos neste acordo foram Crossman, Sielcken, Arbuckle Bros. e Theodor Wille, junto com três companhias francesas do Havre, quatro firmas alemãs de Hamburgo – além da "Wille and Co." – dois bancos londrinos e um de Hamburgo.

[102] O acordo entre o Estado de São Paulo e o sindicato representou a separação dos paulistas em relação aos proponentes originários da valorização, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Estes só teriam seus interesses contemplados no Plano – como a inclusão da compra de cafés de menor qualidade pelo sindicato – a partir do momento em que o Governo Federal aderisse e exigisse o cumprimento desta nova determinação.

nas exportações brasileiras e, também, porque uma crise poderia provocar o esgotamento das reservas da Caixa de Conversão, o que seria péssimo à imagem externa brasileira no padrão-ouro. Além disso, com a entrada dos banqueiros internacionais e das casas exportadoras na Valorização, a reação contrária na Europa e nos Estados Unidos ao Plano de Valorização do café foi amenizada. Desta forma, o Governo Federal, com vistas à estabilidade macroeconômica, avalizou, junto a seus banqueiros em Londres, um empréstimo para a compra de café por parte do sindicato (FRITSCH, 1992, p. 39).

De tudo o que foi dito, o que resta saber é: quais foram os efeitos da Valorização no curto prazo, neste caso – devido ao recorte temporal de nosso objeto de estudo – entre 1906 e 1909? Antes de qualquer coisa, o Plano de Valorização do Café, fruto do Convênio de Taubaté em 1906, não foi o "Emplastro Brás Cubas", ou seja, o remédio para todos os males da economia cafeeira e dos nela envolvidos.

Em que pese controvérsias que giram em torno da análise dos efeitos do Plano[103], é necessário ter em mente que os mais beneficiados foram os integrantes do sindicato que passou a controlar a compra e venda do café da Valorização, apossando-se do café paulista. Enfim, o capital comercial externo, mais uma vez, subordinou a produção nacional[104].

Porém, é preciso analisar como as medidas adotadas com a Valorização atuaram sobre o preço do produto no curto prazo e o câmbio, afinal, a ação mais polêmica tinha sido a instauração da Caixa de Conversão.

---

[103] Fausto (2006, p. 247) considera que o Plano de Valorização atingiu êxito. Segundo ele, o Plano representou a identificação entre interesses cafeeiros e interesse nacional, ou seja, ocorreu a passagem do predomínio para a hegemonia dos interesses ligados ao capital cafeeiro – em que pese ele ter aumentado sua dependência no nível internacional. Além disso, Fausto considera que "Não há dúvidas de que o nível de renda teria sido duramente afetado nos anos 1906-1907, com prolongamento nos anos seguintes, se não se tomassem as medidas de intervenção no mercado e de estabilização cambial".
No entanto, há que se ter calma nesta análise vitoriosa do Plano. Por exemplo, para Holloway (1978), a Valorização já teria nascido como letra morta, pois as idéias iniciais preconizavam um acordo entre os estados produtores e o governo federal, a fim de diminuir a subordinação ao capital externo – o grande vilão da crise cafeeira através de sua especulação. Mas, de fato, o que se viu foi o auxílio mais que necessário do financiamento vindo do sindicato de capitalistas – uma vez que o presidente Rodrigues Alves não queria comprometer a estabilidade macroeconômica – o qual redundaria em uma perda de soberania do estado de São Paulo sob sua própria produção, afinal, o sindicato comprava o café, armanezava-o em seus galpões no exterior e decidia o momento em que deveria pô-lo a venda no mercado.

[104] A especulação exercida no mercado pelo cafeeiro e pelas casas exportadoras foi quantificada. Em 1904-1905, o lucro dos intermediários na cidade francesa do Havre foi de 105 francos por saca, 50 francos a mais do que 1895-1896 – quando o preço do café era maior. Já o produtor brasileiro recebeu em 1904-1905, Rs. 30$200, o que era Rs. 54$300 a menos do que na metade da década anterior – um prejuízo de quase 64% (JANEIRO, 1906, p.26).

Tabela 12: Brasil: Taxa cambial e preços internos e externos do café (1905-1910)

Anos	Taxa Cambial* (dinheiros por mil réis)	Preço do Café por 10kg em Santos (Mil Réis)	Preço, por Saca, em Havre(França) (Francos)
1905	16 1/3	4$250	47
1906**	15 3/4	–	41 1/2
1907	15 1/4	3$450	41 1/2
1908	15 3/16	3$400	42
1909	15 3/8	3$800	45
1910	16 5/8	5$850	62

Fonte: HOLLOWAY, T. (1978, p. 104)

* Há uma leve disparidade nos valores referentes ao câmbio devido à carência de dados sobre a taxa cambial pós-Valorização no trabalho de Delfim Netto (1978). No entanto, a fonte usada para construção da tabela não invalida as análises feitas sobre o período.

** Na fonte usada não há referência ao valor da saca de café no Porto de Santos para o ano de 1906. Mas, Calógeras (1960, p. 414) mostra que a cotação da saca de café, para o ano de 1906, no Porto do Rio de Janeiro ficou entre o mínimo Rs. 6$200 e o máximo de Rs. 7$600. No entanto, as dúvidas quanto a estes valores não invalidam as conclusões, pois, os reflexos da Valorização passariam a ser sentidos a partir de 1907.

Tabela 13: Produção mundial de café entre 1906 e 1910 – (milhares de sacas de 60kg)

Ano Safra	Brasil	Outros Países	Total da Produção Mundial
1906	20,910	3,596	23,786
1907	11,001	3,861	14,862
1908	12,912	4,003	16,915
1909	15,324	3,801	19,125
1910	10,848	3,676	14,524

Fonte: HOLLOWAY, T. (1978, p. 102).

Como demonstrado na tabela 12, os efeitos do Plano de Valorização não se traduziram em um aumento de preços do café. Este, só veria suas cotações subirem

efetivamente a partir de 1910, tanto no Brasil quanto no exterior. Isto permite uma pergunta: a subida dos preços foi fruto do Plano de Valorização ou do próprio ciclo do cafeeiro? É importante notar na tabela 13 que, depois da enorme safra de 1906, as posteriores foram menores – em decorrência do tempo de recuperação do cafeeiro – o que permite questionar se, caso não tivesse ocorrido o Plano, as cotações do café não teriam se elevado da mesma forma. Tais questões extrapolam o âmbito deste trabalho, mas servem para levantar dúvidas sobre verdades supostamente absolutas.

Por outro lado, o que se alcançou foi uma estabilização cambial, que, na verdade, era um meio termo entre o que desejava os representantes da "lavoura" e o que poderia ser permitido pelo Governo Federal[105]. Mas, se a estabilização cambial representou uma vitória aos da "lavoura" – ela estabilizou-se em um patamar baixo (15 dinheiros) –, ela foi danosa, por exemplo, à grande parcela dos trabalhadores brasileiros, que viram aumentar os preços dos artigos importados e, conseqüentemente, seu custo de vida – voltara a socialização das perdas (CALÓGERAS, 1960, p. 441).

Porém, pensar que os representantes da "lavoura" só obtiveram benefícios com a Valorização é um engano[106]. Como visto, os preços do café só aumentaram 3 anos após o início do Plano, na safra de 1910. Além disso, como forma de garantir o empréstimo feito junto aos credores externos para a retirada do café do mercado, foi imposta uma sobretaxa de 3 francos sobre cada saca de café exportada no Porto de Santos – que, em 1908, foi elevada para 5 francos. Além disso, o estado de São Paulo instituiu um imposto *ad valorem* de 20% sobre as exportações que excedessem 9 milhões de sacas na safra 1908-1909; 9,5

[105] A proposta da "lavoura" era de um câmbio a 12 dinheiros, o que faria novamente ser ativado o mecanismo multiplicador dos lucros internos do café. Por outro, Calógeras (1960, p. 440) afirma que havia uma pressão, imposta pelo aumento das exportações do próprio café e da borracha, que faria com que a cotação cambial, se não fosse contida pela Caixa de Conversão, ficasse em, no mínimo, 17 dinheiros.

[106] A situação dos representantes da "lavoura" era paradigmática. Literalmente, eles não estavam próximos de serem rotulados como "barões do café", mas, pelo contrário, se assemelhavam aos proprietários de terras do leste europeu, que reinstalaram a servidão naquela região ao longo do século XVI. Estes proprietários – típicos senhores feudais – exerciam seu poder em casa, ou seja, na esfera nacional, oprimindo os camponeses em suas terras para que os mesmos produzissem os gêneros de subsistência que abasteciam os países da Europa Ocidental. Este comércio era dominado pelos mercadores, muitos deles holandeses, que adiantavam os capitais aos intermediários, os quais os repassavam aos senhores, por exemplo, da Polônia, dessa forma, em uma relação de dependência [mesmo que ainda não tenha sido uma incursão do capitalista na esfera da produção, ou seja, ele não invadira de vez a casa alheia]. Dessa forma, tanto os da "lavoura" quanto os senhores do Leste Europeu sabiam o quão importante era a presença dos capitais externos, sem os quais a produção, e seu poder local, seriam impossibilitados (BRAUDEL, 1996, p. 235 e 236).

milhões na safra 1909-1910; e 10 milhões nas safras seguintes (DELFIM NETTO, 1979, p. 54).

Todas estas medidas visavam restringir o plantio de novos cafeeiros e evitar enormes safras. Mas, por trás de tais atos, revelava-se uma tendência de privilegiar o grande capital cafeeiro. Uma vez que os representantes do grande capital não se prendiam à esfera da produção, seus lucros provinham de várias fontes que não seriam afetadas diretamente pelas restrições à expansão dos cafezais. Por exemplo, os investimentos industriais poderiam ser válvulas de escape à crise na produção cafeeira – também aos representantes da "lavoura". Afinal, a estabilidade cambial colaborou para a tomada de decisões acerca de investimentos industriais, pois era possível saber o quanto seria gasto para adquirir, por exemplo, o maquinário necessário à instalação de determinada firma – a estabilidade diminuiu a incerteza. Mas, para analisarmos a formação das indústrias, ou, melhor dizendo, de uma indústria do período, é preciso entender que a conjuntura do café, que ficou caracterizada pelo Plano de Valorização, atingiu os municípios paulistas de diferentes formas, afinal, o café não chegou ao mesmo tempo em todos eles.

2) – Araras (SP): marcha do café e queda de produtividade

A razão para escrever algumas páginas sobre o problema da produtividade cafeeira no município paulista de Araras é óbvia. A inserção desta cidade no quadro das tendências e ciclos enfrentados pelo café – afinal, Araras faz parte do Oeste Paulista – torna necessário entendermos a quantas andava a situação da lavoura cafeeira no município durante a primeira década do século XX. E compreender o estado da lavoura cafeeira não é análise reducionista, pois, uma vez que estamos tratando do complexo cafeeiro paulista, até mesmo aqueles que representavam o grande capital cafeeiro no município teriam, em última instância, interesses e estariam ligados à atividade principal do complexo – a produção de café.

Os problemas para a economia cafeeira ararense não se iniciaram com a conjuntura adversa que redundou na formulação do Convênio de Taubaté, em 1906. Apesar da data oficial de fundação da cidade ser 24 de março de 1871, podemos ter em mente que as

origens do município são pretéritas. Elas da datariam da metade do século XIX, em torno de 20 anos antes da data oficial, quando foram abertas as primeiras fazendas de café, em substituição à cana-de-açúcar, no que ainda constituíam terras pertencentes ao município de Limeira.

Portanto, ao final do século XIX, os cafeeiros ararenses têm, em média, quase 50 anos de atividade, com precárias técnicas de plantio e conservação do solo, e já começam os sinais de queda da produtividade (DINIZ, 1968, p. 42). Aliás, a baixa na produtividade foi uma característica dos cafezais pertencentes aos municípios da região, que foi classificada por Milliet (1982, p. 15) como Zona da Paulista – em virtude da Estrada de Ferro Paulista, que integrava a maioria dos municípios desta região.

Tabela 14: População e produção cafeeira nas Zonas* da Mogiana e da Paulista (1836-1935)

Ano	População		Café em arrobas	
	Mogiana	Paulista	Mogiana	Paulista
1836	20.341	2.764	821	8.461
1854	51.265	21.889	81.750	223.470
1886	163.831	133.697	2.262.599	2.458.134
1920	811.974	537.237	7.852.020	4.148.462
1935	845.442	661.920	8.521.076	6.110.213

Fonte: MILLIET, S. (1982, p. 49).

* À Zona da Mogiana (em virtude da ferrovia de mesmo nome) pertencem os seguintes municípios: Amparo, Altinópolis, Batatais, Brodósqui, Caconde, Cajuru, Casa Branca, Cravinhos, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Guará, Igarapava, Itapira, Ituverava, Jardinópolis, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Mococa, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio do Sapucaí, Pedregulho, Pedreira, Ribeirão Preto, Sertãozinho, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Joaquim, São Simão, Santo Antônio da Alegria, Santa Rosa, Serra Azul, Socorro, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande.

À Zona da Paulista pertencem os municípios: Anápolis, Araras, Araraquara, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Descalvado, Guaíra, Guariba, Jaboticabal, Leme, Limeira, Monte Azul, Olímpia, Palmeiras, Pirassununga, Pitangueiras, Porto Ferreira, Rio Claro, São Carlos, Santa Cruz da Conceição, Santa Rita do Passa Quatro e Viradouro.

Nesta análise contemplamos as regiões da Paulista e da Mogiana. A razão desta escolha vem da rota do café pelo estado de São Paulo. A chegada do café à região da

Paulista, que é anterior à instalação dos trilhos da mesma, data da metade do século XIX (MILLIET, 1982, p. 49). É possível perceber que, apesar de ter uma população de menos da metade da região da Mogiana[107] em 1854, a produção cafeeira dos municípios da Paulista é quase quatro vezes maior. Contudo, se o ápice produção cafeeira na Zona da Paulista foi atingido em 1935, já em 1886 era possível notar que a diferença entre a produção desta região e a da Mogiana era diminuta – menos de 200 mil arrobas. Esta tendência seria acentuada com o passar dos anos, indicando que o ciclo do café na Zona da Paulista estava em trajetória descendente e que os cafeeiros da Zona da Mogiana atingiriam seu ápice – a maior produção no município de Ribeirão Preto foi em 1901, com 3.370.443 arrobas (MARCONDES, 2007, p.191).

A marcha do café por novas e férteis terras pode ser compreendida através da trajetória um dos integrantes dos Prado[108] – típicos representantes do grande capital cafeeiro -, neste caso, Martinho Prado Junior, o Martinico. Este era filho de Martinho Prado – filho do terceiro Antonio Prado, que fora comerciante de mulas em São Paulo, Bahia e

[107] A formação de alguns dos municípios da Mogiana permite esclarecer o motivo de sua maior densidade populacional, apesar de não ter sido varrida pela marcha do café como a Zona da Paulista; e o município de Franca é um dos exemplos. Esta localidade – que foi elevada à Freguesia em 1805 e à Vila em 1824 – também pode ser entendida na descrição feita anteriormente, que a enquadraria como uma "boca de sertão". O povoamento desta região que, antes, contava com os paulistas e seus pousos que ficavam à margem do "Caminho dos Goyases", passa, desde o final do século XVIII a ter uma, cada vez maior, presença dos mineiros e sua pecuária. O desenvolvimento local é em função das atividades econômicas voltadas à subsistência, exercidas em Minas Gerais e outras regiões de São Paulo, visando o atendimento dos mercados locais e regionais, as áreas de *plantation* e os aglomerados urbanos em expansão, evidenciando uma integração desses mercados (OLIVEIRA, 1997, p. 17 a 18).
Entre as atividades exercidas no povoado francano – com características marcadamente mercantis – no decorrer do XIX, encontravam-se: pecuária, que estimulava os contatos comerciais com distantes centros consumidores; comércio do sal, que abastecia o rebanho da região e de outras, como Mato Grosso e Goiás; e a agricultura de subsistência, que abastecia os próprios produtores. No decorrer do XIX, outras atividades foram sendo adicionadas a estas, principalmente relacionadas à lavoura canavieira, como os engenhos de açúcar e as destilarias de aguardente (OLIVEIRA, 1997, p. 19 e 64). Contudo, a partir de 1850, o café vai tomando o espaço da pecuária na preferência dos investimentos. Por volta de 1870, as plantações de café se avolumam na região de Franca; a produção cafeeira que, em 1836, foi de 211 arrobas, alcança 60000 arrobas, em 1886 (OLIVEIRA, 1997, p. 63 a 64).

[108] Levi (1977), em seu estudo *A Família Prado*, cita a trajetória dessa parentela e como ela foi se aproveitando das oportunidades abertas pela economia cafeeira do Oeste Paulista. Homens como Martinho Prado, Martinico e Antonio Prado souberam se infiltrar nas mais diversas atividades, garantindo à parentela o controle em diversas áreas: presidência da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, novas fazendas de café nas zonas pioneiras, casa comissária e outros empreendimentos fizeram parte deste caso representativo da diversificação dos negócios.

Goiás, tendo recebido o título de Barão de Iguape –, que participara da formação de fazendas na região de Araras, antes mesmo de 1850, com o intuito de estabelecer plantações de cana, na então fronteira. Na segunda metade do XIX, sua fazenda, a Campo Alto, voltou suas atividades ao café. No entanto, as notícias sobre a fertilidade do solo na região de Ribeirão Preto despertaram o interesse de Martinico na aquisição de terras na fronteira do café (MONBEIG, 1984, p. 140-141).

> Enquanto isso, em 1868, o irmão de Antonio, Martinico Prado, foi colocado à frente de "Campo Alto" e "Santa Cruz", depois de ter tido um aprendizado de dez anos de vida de interior. Pelo fim da década de 70, Martinico estava a caminho para estabelecer sua própria fortuna, tornando-se um dos líderes pioneiros a mover a fronteira do café para o norte. Deixando Casa Branca em 1877, Martinico explorou os municípios de São Simão e Ribeirão Preto, mandando de lá comentários enaltecendo seu potencial para o café [...] Pouco depois da pesquisa pelos municípios do norte, Martinico adquiriu sua primeira fazenda em Ribeirão Preto, batizando-a "Albertina", em homenagem à sua mulher. Em 1885, mais provavelmente com dinheiro emprestado por seu pai, e com os lucros de "Albertina", comprou uma fazenda maior, "Guatapará", de 6.000 alqueires, ao preço de 70 contos [...]
>
> Em 1889, os Prado adquiriram sua maior plantação, "São Martinho", no município de Ribeirão Preto. Descrevendo a plantação do modo costumeiro, como um colosso fascinante como nenhum outro na província, Martinico convenceu Martinho a adiantar sua herança e colocar dinheiro adicional para comprá-la. Martinho, Martinico e Antonio tornaram-se sócios em "São Martinho", que era a segunda maior plantação de café no Brasil, e a maior em um único bloco de terra. Medindo perto de 14.000 alqueires, "São Martinho" foi comprada por 600 contos e chegou a ter 3.400.000 pés de café (LEVI, 1977, p. 165 a 167).

Esta migração para formar novas unidades produtoras de café, geralmente empreendida pelo filho do proprietário de terras, era comum (DEAN, 1991, p. 50). Ainda mais se atentarmos para as condições da lavoura cafeeira no município de Araras no final do século XIX e início do XX e compararmos com a de outras localidades.

Tabela 15: Produção e área de café plantada em Araras e Jaboticabal (1886-1920)

Anos	Produção em arrobas		Área em alqueires plantados		Número de cafeeiros plantados	
	Araras	Jaboticabal	Araras	Jaboticabal	Araras	Jaboticabal
1886	500.000	40.000	–	–	–	–
1905	407.999	1.011.950	3.691,25	8.978	7.263.500	22.207.500
1920	150.000	364.000	3.367,40	10.718,50	7.263.302	17.422.800

Fonte: CAMARGO, J. F. (1981, p. 83).
MILLIET, S. (1982, p. 54).

A comparação da produção cafeeira em Araras com a de Jaboticabal evidencia os contrastes decorrentes da marcha do café. Em que pese os dois municípios, segundo Milliet (1982), pertencerem à mesma zona, a da Paulista, a distância entre as cidades fez com que o café e sua dinâmica varressem estas localidades em momentos diferentes. Enquanto a produção cafeeira ararense atingiu seu ápice em 1886, com 500 mil arrobas, o município de Jaboticabal, próximo a Ribeirão Preto – que seria a nova fronteira do café – produziria mais de 1 milhão de arrobas quase dez anos depois, em 1905. Além disso, o que se nota é uma estagnação da área e do número de cafeeiros plantados no município de Araras, entre 1905 e 1920, ao contrário de Jaboticabal.

Tudo isto denota que o ciclo da produção cafeeira em Araras atingira seu patamar maior na metade da última década do século XX. O início do século XX já apontaria para uma conjuntura de queda na produção, busca por novas terras na fronteira e de novas oportunidades de investimento dentro do complexo cafeeiro – principalmente por parte dos representantes do grande capital cafeeiro – tendo como destaque os investimentos industriais.

3) – Companhia Ararense de Leiteria (1909): a união de Louiz Nougués ao grande capital cafeeiro

A conjuntura da lavoura cafeeira não se mostrava das mais favoráveis. Imobilizar os capitais na produção da rubiácea não era uma alternativa feliz em termos de investimento. Porém, as oportunidades abertas dentro complexo cafeeiro poderiam ser a válvula de escape aos lucros decrescentes do café, principalmente no caso da cidade paulista de Araras, pois, como visto, a marcha do café rebaixou os ganhos da cultura no município com o passar dos anos – e agora já estávamos em 1908.

Das atividades componentes do complexo cafeeiro, a indústria pode ser tratada como a principal (CANO, 1981, p. 79). Contudo, não foram aleatórias as incursões do grande capital cafeeiro no campo industrial. O ramo industrial que o grande capital cafeeiro escolheu para nele adentrar foi o de bens de consumo assalariado, como o de alimentos, e não o de bens de produção, que havia acabado de passar pela "Segunda Revolução Industrial", caso da siderurgia, o que implicava "[...] uma profunda mudança tecnológica que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um grande aumento das dimensões da planta mínima e do investimento inicial" (MELLO, 1998, p. 109). Para dar conta desta nova modalidade, era necessária grande mobilização e concentração de capitais, porém nada compensadores, quando comparados aos riscos do investimento numa economia frágil como a brasileira, além do difícil acesso a tal tecnologia. Porém, tais empecilhos não atrapalhavam a indústria de bens de consumo corrente, onde a tecnologia simples não necessitava de grandes conhecimentos para o uso e era facilmente encontrada no mercado internacional. Por fim, o tamanho do estabelecimento e o montante do investimento inicial eram compatíveis à realidade brasileira.

Contudo, não devemos pensar que, devido aos menores investimentos necessários à constituição de uma firma de bens de consumo em relação às de bens de capital, o problema do financiamento industrial estivesse resolvido. Pelo contrário, se a década de 1890 – com a expansão do meio circulante – tinha se mostrado favorável não só ao café, mas também aos investimentos industriais, o período inicial dos anos 1900 era de grande dificuldade à estes novos empreendimentos (CARONE, 1972, p. 73). De fato, o número de

firmas aumentara nas últimas décadas: em 1852 existiam 5 fábricas no estado de São Paulo; em 1895, somente na cidade de São Paulo[109], haviam 121 firmas; em 1901, aumentara para 170 firmas; e em 1907 chegou à cifra de 326 firmas, empregando mais de 24 mil operários (DEAN, 1991, p. 19).

Claramente, o que se viu na trajetória inicial da indústria brasileira foi, com o passar dos anos, uma concentração no estado de São Paulo[110]. E a tentação de atrelar de forma direta a expansão industrial paulista aos lucros do café é enorme. No entanto, as coisas não tão simples. É óbvio que a conjuntura de expansão cafeeira contribuiu para, por exemplo, os surtos iniciais da indústria nas décadas de 1880 e 1890. Mas, neste trabalho, estamos longe de fincar posição ao lado de Dean (1991) e afirmar que as conjunturas bem sucedidas do café têm relação direta com o crescimento industrial. De forma alguma, pois o que notamos é que a constituição de um complexo cafeeiro é que foi preponderante para a ascensão da indústria paulista.

> O café, como atividade nuclear do complexo cafeeiro, possibilitou efetivamente o processo de acumulação de acumulação de capital durante todo o período anterior à crise de 1930. Isto se deveu, não só ao alto nível de renda por ele gerado, mas, principalmente, por ser o elemento diretor e indutor da dinâmica da acumulação do complexo, determinando inclusive grande parte da capacidade para importar da economia brasileira no período [subordinação do capital industrial ao cafeeiro] (CANO, 1981, p. 122).

O que precisa ser denotado é que há um descolamento entre os ciclos cafeeiros e os investimentos industriais. Preços altos e aumento nas vendas do café não significam uma maior inversão de capitais na indústria. Pelo contrário, apesar da existência de um complexo cafeeiro constituído por atividades componentes, é na atividade principal, com

[109] Com a intensa urbanização da cidade, fruto do aumento nas vendas do café, a chegada dos "barões" à capital, a imigração e a transformação da cidade no eixo financeiro do complexo cafeeiro, houve um crescimento da demanda por diversos serviços de infra-estrutura e também para atender ao consumo de uma população em franca expansão. Tais fatores serviram de estímulos à nascente indústria paulista de antes do século XX.

[110] Segundo Cano (1981, p. 296), o Estado com a maior a concentração industrial em 1907 era o Rio de Janeiro que, adicionado ao Estado da Guanabara, alcançaria um a cifra de 37,8%, ficando São Paulo, o segundo melhor colocado, com 15,9%. Porém, em 1919 a situação mudara; o Rio de Janeiro, mais a Guanabara, haviam caído para 28,2%; enquanto que a concentração industrial brasileira era dominada por São Paulo, com o valor de 31,5%.

vistas à sua expansão, que os capitais buscam estadia. Em síntese, os lucros da economia cafeeira são revertidos na formação de novos cafezais – de preferência na abertura de novas plantações nas terras da fronteira – como aconteceu no período da segunda metade do século XIX até 1896, sendo as enormes safras de 1896 e 1897 provas dessa preferência pela lavoura como forma de aplicação dos capitais (CANO, 1891, p. 122)[111].

No entanto, a primeira década republicana não se mostrou uma continuação da trajetória expansionista da lavoura cafeeira. A crise cafeeira, que foi combatida com o Plano de Valorização de 1906, com uma de suas faces sendo a queda da produtividade nas áreas mais antigas, porém, não foi uma conjuntura depreciativa ao investimento industrial.

> Na depressão de preços do café, quando o Estado desvaloriza o câmbio, defendendo as margens de lucro da cafeicultura, essa medida se traduz em modificações nos níveis relativos dos preços externos e internos da produção industrial, aumentando-lhe a lucratividade. Torna-se assim atrativa a inversão de capitais na indústria, e a condição fundamental para que essa inversão seja intensa, será a da existência de uma capacidade para importar que tenha a suficiente "folga" para viabilizar as importações de bens de produção requeridos por essas novas inversões (CANO, 1981, p. 124).

[111] De forma alguma queremos ignorar a diversificação ocorrida na economia paulista da segunda metade do século XIX. Aliás, como mostra Mello (1985, p. 82 a 102), o que se vê na composição da riqueza dos habitantes da cidade de São Paulo é o declínio das formas tradicionais de acumulação, sendo substituídas por formas capitalistas mais sofisticadas. Neste ínterim, o item escravos e dívidas ativas que, entre 1845-50, chegaram a constituir 63,95% da riqueza encontrada nos inventários, tiveram uma trajetória descendente com o passar dos anos – e o fim da escravidão se aproximando cada vez mais – sendo que, entre 1881-87, eles representavam apenas 21,65% dos ativos. Por outro lado, entre 1868-1880, 26 novas sociedades por ações foram estabelecidas: ferrovias, empresas de serviços públicos e bancos, entre outras. Isto além de refletir uma forte urbanização na cidade de São Paulo, evidenciava a evolução a uma economia capitalista dominada por valores abstratos. Dessa forma, os valores mobiliários (ações) que, entre 1845-50, representavam 4,69% da riqueza, saltarão a 30,67% entre 1888-95. Além destes ativos, os imóveis também aumentaram sua importância com o passar dos anos.

No entanto, os imóveis – terras, casas e terrenos – já representavam uma boa parte da riqueza entre 1845-50 (27,44%). Mas, com o agravamento da crise do escravismo após 1870 – o fim da Guerra do Paraguai e Lei do Ventre Livre – que fez com que as terras tomassem o lugar dos escravos como garantia aos empréstimos – surgimento dos bancos e dos empréstimos hipotecários – aliado à urbanização e crescimento da cidade de São Paulo – loteamento de terras, fazendeiros passando a residir na capital (construção de luxuosas casas), explosão do comércio urbano -, houve uma valorização imobiliária, tornando a terra uma forma de riqueza ainda mais atrativa. Os impactos dessa mudança podem ser vistos nos números dos imóveis como composição da riqueza; entre 1881-87 chegaram a 52,73% e, entre 1888-95, a 33,22%. Se unirmos aos números dos imóveis os dos utensílios, máquinas e plantações, como faz a autora, eles se elevaram ainda mais: entre 1881-87 serão de 62,85%. Enfim, a terra teve um fortalecimento de sua posição como forma de riqueza.

Realmente, o câmbio tem importância fundamental nas decisões de investimento, pois afeta diretamente a rentabilidade dos mesmos (SILVA, 1995, p. 105). Mas, antes de buscar dados sobre a rentabilidade dos investimentos industriais, convêm outras perguntas: como se formava uma firma? Como obter capital? Quem eram seus proprietários? De quem partia esta iniciativa de criação? Investir em qual delas? Estas e outras questões podem ser encontradas em nosso objeto de estudo.

Entendendo, como afirma Schumpeter (1982, p. 54), que "chamamos 'empreendimentos' à realização de combinações novas; [e] chamamos 'empresários' aos indivíduos cuja função é realizá-las", o francês Louiz Nougués encaixa-se perfeitamente no papel do empresário schumpeteriano. Seu gosto por novidades científicas e pela experimentação já era notório aos habitantes do município de Araras, no qual se instalara desde 1904[112]. Porém, o objetivo de suas pesquisas tinha raízes européias, pois, ele conhecera na Europa uma técnica inovadora que permitia a conservação do leite através de sua condensação. Esta tecnologia já estava disponível nos Estados Unidos desde meados do século XIX e, na Suíça, tinha sido implantada pelos pesquisadores Henri Nestlé e George Page (MATTHIENSEN, 2003, p. 106 a 107). O fato de Nougués não ser o inventor da idéia não deve diminuir sua importância, porque:

> A liderança econômica em particular deve, pois, ser distinguida da 'invenção'. Enquanto não forem levadas à prática, as invenções são economicamente irrelevantes. E levar a efeito qualquer melhoramento é uma tarefa inteiramente diferente da sua invenção e uma tarefa, ademais, que requer tipos de aptidão inteiramente diferentes. Embora os empresários possam naturalmente ser inventores exatamente como podem ser capitalistas, não são inventores pela natureza de sua função, mas por coincidência e vice-versa. Além disso, as inovações, cuja realização é a função dos empresários, não precisam ser invenções (SCHUMPETER, 1982, p. 62).

Após conhecer a técnica, Nougués passou a analisar a viabilidade de implantá-la em seu novo lugar de moradia, o município de Araras, que não possuía nem 20 mil habitantes (CAMARGO, 1981, p.22). Neste momento, foram primordiais algumas características que,

[112] O jornal Cidade de Araras, em sua edição de 8 de novembro de 1908, afirma que as pesquisas de Louiz Nougués para produção de leite condensado se iniciaram em 1901 – portanto ainda na Europa – mas que teria começado uma campanha para viabilizar seu projeto a partir de 1904, quando chegara ao município de Araras.

segundo Schumpeter, diferenciam a atuação do empresário, como intuição, liderança, desejo de conquista, autoridade, iniciativa e previsão. Estes atributos o ajudaram a vencer os obstáculos financeiros para a implantação da Leiteria.

De um lado, Nougués era estimulado em sua iniciativa pelo fato de Araras ter algumas vantagens, em virtude do município estar inserido no complexo cafeeiro e se valer dos componentes do mesmo: boa produção de leite nas fazendas do município e da região (Leme, Conchal, Mogi-Guaçu), proximidade da capital do Estado (Araras fica a 170 quilômetros de São Paulo) e o fato de o município pertencer à malha ferroviária da *Paulista* desde 1877 (MATOS, 1974: 66 a 67), o que facilitava a chegada da matéria-prima – lembrando que o leite vinha de pequenas fazendas da cidade e da região, comprovado pelo grande número de estações no Ramal de Descalvado, ao qual pertencia Araras, que fazia a ligação entre Cordeirópolis e Descalvado, compreendendo 13 estações em um total de 223, 773 km, (*www.estacoesferroviarias.com.br*, 2007) – e o escoamento da produção. Por outro, o problema estava na obtenção do capital necessário à implantação da indústria, o que, segundo Penrose, deveria ser solucionado pela astúcia do empresário:

> A afirmação de que a "escassez de capital" é causadora dos malogros de pequenas empresas com freqüência significa apenas que um tipo muito particular, e posiblemente muitoraro, de aptidão empresarial é requerido para o lançamento bem-sucedido de um afirma nova com pouco capital, ou para conseguir a taxa de investimento novo requerida para habilitá-la a obter o tamanho e a posição na qual seu acesso a crédito esteja bem estabelecido (PENROSE, 2006, p. 80 e 81).

O desafio de Nougués estava em vencer a resistência dos "capitalistas", entendidos como "[...] proprietários de dinheiro, de direito ao dinheiro, ou de bens materiais" (SCHUMPETER, 1982, p.54), em financiar esta novidade. Era necessário inspirar confiança aos mesmos sobre a viabilidade deste empreendimento industrial. Keynes resume bem esta "aposta":

> Em outros tempos, quando as empresas pertenciam, quase todas, aos que as tinham fundado ou aos seus amigos e sócios, o investimento dependia de um número suficiente de indivíduos de temperamento entusiástico e de impulsos construtivos que empreendessem negócios como uma maneira de viver, sem realmente tomar como base os cálculos precisos de lucros prováveis. Os negócios eram, em parte, uma loteria, embora o resultado final fosse, predominantemente, determinado pelo fato de serem as aptidões e o

> temperamento dos dirigentes superiores ou inferiores à média. Uns fracassariam, outros seriam bem sucedidos (KEYNES, 1982, p. 125).

Para entender como Nougués convenceu os "capitalistas" em questão, neste caso, os fazendeiros de café, deve-se olhar para a economia brasileira à época. No início do século XX, a exportação de café era o motor de nossa economia. Este capital foi-se "metamorfoseando" em capital industrial, ao concentrar grande montante de liquidez nas mãos dos fazendeiros, ao passar do escravismo ao trabalho assalariado – transformando a força de trabalho em mercadoria – e, assim, criando um mercado consumidor (Mello, 1998, p. 105).

Superficialmente, o capital cafeeiro, que era dominantemente mercantil e ligado aos interesses dos grandes mercadores internacionais pelo lado da realização, teve como razões para invadir a indústria: uma boa taxa de rentabilidade esperada, condições favoráveis de financiamento – por exemplo, através das emissões de papel-moeda feitas durante o Encilhamento – vindas da política econômica do Estado – como a reforma da Lei de Sociedades Anônimas – e uma disponibilidade de mão-de-obra proveniente da grande imigração para as lavouras cafeeiras. Mas, estruturalmente, é necessário atentar para o grande acúmulo de liquidez que não podia ser empregado a todo o momento na compra de terras – aliás, o estado de São Paulo, desde 1902, havia proibido a plantação de novos cafezais e o replantio pelo prazo de cinco anos, que, depois, foi prorrogado por mais cinco.

Além disto, havia os custos da produção cafeeira: depreciação do capital fixo, custos comercial-financeiros, custos de transportes e impostos e, sobretudo, o pagamento de salários e sua subordinação aos preços internacionais através da importação de alimentos e bens de consumo assalariados. Ademais, é preciso mencionar os custos de manutenção da mão-de-obra empregada nas empresas nascentes, que eram, pelos mesmos motivos, condicionados à importação. Era interessante aos manipuladores do capital cafeeiro diminuir os seus custos e a sua dependência do mercado externo, por isto, o investimento na indústria tornava-se interessante ao atender a estas duas reivindicações, pois:

> A própria expansão da agricultura de alimentos, por sua vez, estimula a acumulação industrial e o investimento público, ao suprir abundantemente este componente dos salários, não exercendo qualquer pressão no sentido de elevar o custo da reprodução da força de trabalho urbana; reversamente, o setor industrial estimula o investimento público e a agricultura de alimentos ao

> prover *wage goods* industriais a preços quase constantes. Quer dizer, devido ao abundante suprimento de força de trabalho, conjugado ao crescimento harmônico da agricultura de alimentos e do setor industrial, não houve qualquer pressão para a subida tanto dos salários monetários quanto dos salários reais, uma vez que o nível de renda de preços manteve-se praticamente constante entre 1903 e 1905, e subiu em 1906 para se estabilizar daí por diante (MELLO, 1998, p. 162).

Entretanto, não podemos ficar apenas com generalizações. É importante perceber como estava o cenário ao investimento industrial após as medidas da Valorização do café. A conjuntura econômica se mostrou favorável à indústria após 1906; a estabilização cambial[113] aliada a certo protecionismo por parte do Governo Federal[114] também agradaram aos industriais.

> Os industriais também pedem câmbio baixo, não devido às suas exportações, que praticamente inexistem nesta época, mas porque significa encarecimento dos produtos importados e, desta maneira, exige-se mais dinheiro para as compras no exterior, privilégio de um pequeno grupo, pois a massa consumidora serve-se dos produtos nacionais. Ao mesmo tempo que a importação torna-se proibitiva, os preços internos sobem devido à inflação e depreciação da moeda, trazendo bons lucros para a classe (CARONE, 1972, p. 99).

Esta claro que havia bons motivos para o grande capital cafeeiro invadir a órbita industrial. No entanto, fica a pergunta: em que ramo industrial investir? A resposta poderia ser a indústria de bens de consumo, mas que tipo de firma constituir?

O projeto de Louiz Nougués sintetiza alguns dos aspectos da formação das firmas paulistas no início da República. A indústria paulista do período se valia de matérias-primas locais – como o leite na região de Araras – para a produção de bens manufaturados mais acessíveis, de menor custo, visando atender uma demanda formada por um mercado consumidor em expansão. A lógica era diminuir os custos de produção, baratear o preço de venda, em que pese uma perda de qualidade do produto, o que ficava latente quando

[113] Apesar de, algumas vezes, as medidas econômicas do governo terem redundado em estímulos à indústria nacional, não é possível afirmar que houve uma política deliberadamente industrial durante a Primeira República. No mais, as depreciações cambiais visavam aumentar o saldo da balança comercial, a fim de arcar com o serviço da dívida pública (VILLELA; SUZIGAN, 1973, p. 345).

[114] Em 30 de dezembro de 1905 foi aprovada a lei orçamentária 1452, que elevou a quota-ouro para 50%, atingindo a importação dos alimentos, matérias-primas e manufaturas já produzidas no país e 35% para os produtos restantes (CARONE, 1972, p. 86).

comparado ao similar estrangeiro (DEAN, 1991, p. 16)[115]. Mas, para evitar que a concorrência com os produtos estrangeiros atrapalhasse as vendas dos nacionais, certas estratégias eram utilizadas pelos negociantes.

> O negociante, além disso, precisava oferecer à venda os artigos nacionais a preço inferior ao dos artigos estrangeiros da mesma espécie ou disfarçar a origem do produto nacional. E era isso, às vezes, o que ele fazia, como uma espécie de contrabando ao revés, visto que a margem de lucro de um produto feito em São Paulo poderia ser muito maior que a de um artigo importado, que tivesse pago pelos direitos alfandegários, bastando para isso que sua origem fosse falsificada com um rótulo ou recipiente emprestados (DEAN, 1991, p. 17).

Nougués sabia que a concorrência de seu possível produto com o similar estrangeiro seria das mais árduas, pois, no Brasil, as notícias da presença da Nestlé datam de 28 de outubro de 1876, com um anúncio de Farinha Láctea no jornal *A Província de São Paulo*. Porém, a possibilidade de obtenção da matéria-prima localmente e a baixo custo, com um rápido escoamento da produção – devido a Araras pertencer à malha ferroviária da Paulista, sendo a estrada de ferro uma atividade componente do complexo cafeeiro[116] - seria uma vantagem competitiva que proporcionaria uma queda nos custos de produção. Mas, como adquirir o capital para a compra das máquinas necessárias à condensação do leite?

De forma geral, as importações de maquinário e equipamento industrial cresceram nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. As mesmas que, entre 1904 e 1906, tiveram uma média de 7000 toneladas, subiram para mais de 12000 toneladas em 1907, 1908, e 1909, chegando a mais de 17000 toneladas em 1910, 27400 em 1911, e tendo o ápice de 40000 toneladas em 1912-1913 (CANO, 1981, p. 153). E grande parte dos negócios foram feitos pelas casas exportadoras.

---

[115] Como Dean (1991, p. 31) coloca, era comum, até mesmo, que os produtores nacionais copiassem, sem pagar os devidos direitos de patentes, desenhos, partes, rótulos e até máquinas inteiras, o que gerava protestos, por exemplo, nos Estados Unidos.

[116] Neste ponto, é interessante notar que, apesar da marcha cafeeira deixar as terras da região de Araras, as atividades que se formaram com o complexo cafeeiro estimulam a continuação do desenvolvimento do município: ferrovia, banco, serviços públicos de iluminação, água e esgoto. Isto pode explicar o fortalecimento da cidade, mesmo após a queda na produtividade dos cafezais, e a ascensão de novas atividades no município – indústrias, cultura da cana-de-açúcar, etc.

> Na década que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, quando o comércio exterior era incentivado por diversos governos europeus, colocou-se um crédito generoso à disposição de importadores para a instalação de equipamento industrial. Dessa maneira, uma casa importadora alemã enviou vendedores ao interior paulista, oferecendo-se para instalar usinas hidrelétricas com facilidades de pagamento a todo agricultor que desejasse modernizar sua fazenda, sua fábrica ou a sede do município (DEAN, 1991, p. 27).

Louiz Nougués não era o importador de produtos que abastecia a demanda nacional – personagem típico que, em muitos casos, tornou-se industrial. Contudo, sua origem pesaria muito na decisão, por parte dos representantes locais do grande capital cafeeiro, de apoiar, ou não, sua empreitada industrial.

Necessariamente, a insuficiência de capitais por parte de Nougués para viabilizar a formação de sua firma impôs a ele que a mesma fosse uma sociedade anônima[117], ou seja, uma S. A. Esta forma de constituição da empresa permitiria a participação dos capitalistas neste novo empreendimento, ao contrário do que ocorria com as firmas individuais.

> Não dependendo do capital individual, a magnitude da empresa independe da magnitude da riqueza já acumulada em uma só mão e lhe permite expandir o empreendimento sem levar em conta o grau já existente de concentração da fortuna. Dessa forma, a sociedade anônima tornou possível as empresas, ou pelo menos as de proporções que seriam inacessíveis ao empresário individual, por força da dimensão do capital exigido e que, por isso, ou não eram levadas a cabo, ou tinham que ser realizadas pelo Estado, e assim ficavam fora da influência direta do capital. O exemplo mais significativo é representado, no caso, pelas ferrovias que mais poderosamente fomentaram a disseminação das sociedades anônimas. Essa importância que a sociedade anônima assume no rompimento da barreira pessoal da propriedade e no fato de encontrar-se, igualmente, apenas limitada pela dimensão do capital social e não pela magnitude do capital pessoal, é altamente significativa, principalmente em seu início (HILFERDING, 1985, p. 127).

[117] A legislação sobre a constituição de sociedades anônimas no Brasil do início do século XX datava de 1891. A lei exigia destas sociedades: a) divisão do capital social em ações; b) a responsabilidade do acionista, limitando-a ao valor da entrada feita; c) administração por meio de mandatários revogáveis *ad nutum*; d) máxima publicidade dos atos da constituição e da vida da sociedade. As demais regras sobre a associação ficavam a cargo das cláusulas de convenção e das estipulações dos contratos (LEVY, 1994, p.178).

A constituição de sociedades anônimas, em muitos casos, veria a associação entre elementos estrangeiros e nacionais – fazendeiros unidos a imigrantes (DEAN, 1991, p. 78). Esta relação amistosa, não em todos os casos, explica-se por alguns fatores. E basta pensar em Nougués e na cidade de Araras. A formação de um mercado consumidor foi impulsionada pelo fim da escravidão e a chegada da imigração estrangeira; por outro lado, este afluxo de pessoas criou uma demanda por bens de consumo que era mais bem percebida pelos próprios estrangeiros-industriais – sendo que, a população nacional também passou a "imitar" os gostos e costumes estrangeiros, o que elevou a demanda destes produtos. A nacionalidade francesa – que, como visto, não era vista pelos proprietários nacionais como população preferencial nas lavouras cafeeiras – ajudou-o em sua inserção nos círculos de poder ararense. Nossa dependência econômica em relação à Europa também se traduzia em uma dependência cultural. Os novos ricos paulistas admiravam a erudição – e a França seria o modelo ideal – dos estrangeiros e tentavam imitá-los. Além disso, a religião era mesma[118] e a língua francesa semelhante ao português.

> Não surpreende que a elite brasileira aceitasse parcialmente as crenças européias. Dependendo da Europa como dependia para a obtenção de capital, máquinas, mercados, artigos de luxo e literatura, ela parece ter buscado na Europa também sugestões para um comportamento social aceitável. As classes superiores brasileiras aprenderam a envergonhar-se do "aspecto horrivelmente híbrido" da sua população, identificar seus interesses não com os de seus compatriotas, porém com os dos brancos da Europa, e a encarar a imigração européia, o "branqueamento" da população, como a cura do atraso econômico do país. Daí a pronta hospitalidade dos brasileiros, as sociedades, as alianças matrimoniais (DEAN, 1991, p. 88).

Dessa forma, não seria tarefa difícil apostar na engenhosa idéia proposta pelo professor francês Louiz Nougués. Uma vez que, "O desejo de tornar mais lucrativa as propriedades agrícolas foi, igualmente, uma das molas dos primeiros empreendimentos

[118] Nos documentos não consta que Nougués fosse protestante ou de qualquer religião. Aliás, sua rápida inserção na sociedade ararense, com seu Instituto Nougués e o financiamento que o mesmo passou a receber por parte do poder municipal, indicam que não haveria grandes divergências quanto aos seus hábitos.

manufatureiros" (DEAN, 1991, p. 44), a união entre interesses econômicos e culturais levaria à constituição de mais uma firma na cidade de Araras[119].

Assim, associaram-se ao empreendimento de Nougués os fazendeiros José de Souza Queiroz[120], proprietário da *Fazenda Cresciumal,* e João de Lacerda Soares, filho de João Soares do Amaral, proprietário das *Fazendas Palmeiras* e *Santa Maria* – coronel da Guarda Nacional e vereador durante várias legislações em Araras, que, em 1913, cujas fazendas foram avaliadas em Rs. 941:241$000 (novecentos e quarenta e um contos e duzentos e quarenta e um mil réis)[121]. Tais cafeicultores sabiam das dificuldades que o café vinha enfrentando, com a taxação imposta pelo Estado de São Paulo à sua exportação – que, no início era de 3 francos e depois subiu para 5 – a fim de cobrir os dispêndios do Plano de Valorização, e os preços caindo desde 1903, sendo que só voltariam efetivamente a subir a partir de 1910. Esta contenção da expansão cafeeira era acentuada pela valorização cambial que vinha desde 1898, com o governo Campos Sales, a qual diminuía os lucros do café no momento da conversão das libras em mil-réis. O contexto do café pode ser caracterizado como de *crise*, pois:

> A crise cafeeira de 1897/1908 permitiria o fracionamento de parte das terras do café (nas zonas mais velhas e improdutivas), onde surgiria uma agricultura produtora de alimentos que libertaria a acumulação ainda mais, poupando-lhes divisas antes gastas com importações de alimentos simples. Resumindo, era aí que se criavam condições para uma acumulação capitalista diversificada, não só em café, mas também em estradas de ferro, bancos, indústria, comércio, eletricidade e outros. Assim, desdobrava-se o capital cafeeiro [dominantemente mercantil] em múltiplas faces (CANO, 1998, p.58).

[119] Em 1906, segundo o Registro de Alvarás da Prefeitura Municipal de Araras, havia 203 estabelecimentos comerciais urbanos na cidade, sendo que 114 de propriedade de italianos, 25 pertencentes a alemães, 01 a suecos, 01 a um suíço, além de 62 estabelecimentos serem de proprietários brasileiros. Dentre as funções encontradas estão: casa comercial, ferreiro, açougue, casa de ferragens, fábrica de sabão, padaria, fábrica de massas, alfaiate, sapataria, ourives, botequim, hotel, barbearia, marceneiro, máquina de beneficiar arroz, depósito de aguardente e outros materiais, carpinteiro, selaria, cervejaria, depósito de madeiras, marmorista, oficina de carroceiro, farmácia, tipografia, joalheiro, bilhar, agência de loterias, fábrica de fogos, depósito de cal, funileiro, confeitaria, casa de armarinhos.

[120] Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo e fazendeiro. Era filho de Francisco Antonio de Sousa Queiroz, senador no Império, abastado fazendeiro e proprietário em São Paulo, que também participara da fundação do Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo; e de Antonia Eufrozina Vergueiro, a Baronesa de Souza Queiroz, filha do Dr. Nicolau de Campos Vergueiro, o Senador Vergueiro – dono da fazenda Ibicaba. A família Souza Queiroz já tinha experiência na inversão de capitais para a indústria, pois constituíra um cotonifício no início da primeira década do século XX na cidade paulista de Americana (LEME, 1903).

[121] *A Tribuna do Povo*, Araras, SP, 15 jun. 1913.

Portanto, em uma assembléia na casa de Nougués, no dia 31 de novembro de 1908, surgia a Companhia Ararense de Leiteria. Na prática, a empresa só passou a funcionar após a autorização, que veio com o decreto presidencial nº 7.279, de 7 de janeiro de 1909. Na mesma assembléia, foram eleitos para ocupar cargos na firma: José de Souza Queiroz, Presidente, João de Lacerda Soares, Diretor Comercial, e Louiz Nougués, Diretor Técnico. Além deles, formavam o Conselho Fiscal o Barão de Tatuhy[122], o Visconde de Nova Granada[123] e Arthur de Moraes Jambeiro Costa[124]. Uma amostra do poderio destes investidores está no relatório nº 60 da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviaes, referente à assembléia geral dos acionistas datada de 30 de abril de 1909; nele, dentre os milhares de acionistas, constam: Dr. Arthur Jambeiro Costa, 4 ações e sem direito a voto; Baronesa de Arary, 2.882 ações e 156 votos; Barão de Tatuhy, 900 ações e 57 votos; João Soares do Amaral, 750 ações e 50 votos; José de Sousa Queiroz, 897 ações e 57 votos; e, por fim, Francisco Antonio de Queiroz Telles – futuro acionista da Leiteria – com 800 ações e 52 votos (SILVA; DALLA COSTA, 2007). Tais investimentos comprovam que a diversificação do capital, realizada pelos representantes do grande capital cafeeiro, não era

[122] Francisco Xavier Paes de Barros – conhecido por Barão de Tatuí – nasceu em Sorocaba no ano de 1831. Foi influente membro do partido liberal, sendo eleito deputado do quarto distrito. Com o advento da República, abandonou a política, recolhendo-se à vida privada. Foi fundador e presidente do Banco de São Paulo. Era casado em primeiras núpcias com d. Gertrudes Aguiar Paes de Barros, filha do barão de Itu; e em segundas núpcias com a baronesa de Itapetininga.

[123] O português José Alves Barreto – o Visconde de Nova Granada – foi um negociante e capitalista português que nasceu em Castanheira de Pêra em 5 de Março de 1859, sendo filho de Manuel Alves Barreto e de D. Águeda Henriques dos Santos.
Aos 16 anos foi para o Brasil para seguir a carreira comercial. Empregado em uma importante casa na província de Campos, teve de retirar-se pela falta de saúde, para a província de S. Paulo, fazendo parte, aos 22 anos de idade, da firma social J. Aguiar & Companhia, sucessores. Durante cinco anos desenvolveu grande atividade no comércio. Veio depois a Portugal visitar a família e tratar da sua saúde, pois se sentia bastante doente pelo seu excessivo trabalho. Regressando a S. Paulo, dissolveu-se aquela firma, constituindo-se a de Aguiar & Barreto. Tendo adquirido avultada fortuna, casou com uma senhora brasileira, D. Ana Miquelina, e desde então abandonou a vida do comércio, dedicando toda a sua valiosa atividade à cultura do café, um dos ramos agrícolas mais produtivos na província de S. Paulo. No meio dos confortos que lhe proporcionaram a sua importante fortuna, não se esqueceu dos infelizes. O seu nome esteve ligado a muitas instituições de caridade. A Beneficência Portuguesa de São Paulo, de cuja direção foi presidente, e onde gastou quantias avultadas, deve-lhe numerosos serviços, tendo-o condecorado com o título de *benemérito*.

[124] Casado com Cândida, filha de Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, Barão de Ibitinga e de Cândida Franco, filha do capitão Joaquim Franco de Camargo, o Alferes Franco – membro da Guarda Nacional que faleceu em Limeira a 29 de Dezembro de 1861, deixando uma enorme fortuna, principalmente em terras que de Limeira se estendia por Rio Claro e Araras. Consta de seu testamento 5 sítios em Limeira, 2 sítios em Rio Claro e 1 em Araras – medindo este último 600 alqueires

uma novidade a estes proprietários de terras e ações e, portanto, as inversões no ramo industrial seriam mais uma forma de assegurar outras fontes de lucro e de poder de decisão, as quais se expandiram com o advento da sociedade anônima.

> Com o desenvolvimento das sociedades anônimas, por um lado, e com a crescente concentração da propriedade, por outro lado, vem crescendo o número de grandes capitalistas que investiram seu capital em sociedades anônimas diversas. A posse de muitas ações confere, todavia, o poder de se nomear um representante para a direção da sociedade. Como membro do conselho fiscal, o grande acionista recebe, primeiro, em forma de cotas de participação nos lucros, uma parte destes, tendo ainda a oportunidade de influir na administração da empresa ou de aproveitar seus conhecimentos sobre a política da empresa, seja para especular ou para lucrar em outras transações comerciais. Forma-se assim um círculo de pessoas que, em virtude do poder do capital próprio ou na condição de representantes do poder reunido do capital alheio (como diretores de banco), fazem parte dos conselhos fiscais de um grande número de sociedades anônimas (HILFERDING, 1985, p. 123).

Formou-se então a Companhia Ararense de Leiteria, uma sociedade anônima de razão social Lacerda, Soares & Nougués, cujo capital inicial era de Rs. 66:800$000 (sessenta e seis contos e oitocentos mil réis), em ações de Rs.200$000 (duzentos mil réis), tinha como objetivo:

> Adquirir o leite na zona circunvizinha e, depois de o fazer passar por operações de uma technica especial de accordo com os processos mais recentes neste gênero de indústria, vendel-o directamente aos consumidores em São Paulo. (ARARAS, 1908: 1).

A pujança dos capitalistas envolvidos na formação da Companhia Ararense de Leiteria pode ser medida quando comparada com suas similares no setor alimentício paulista.

Tabela 16: Capital das firmas do setor alimentício do estado de São Paulo em 1907 – valores em contos de réis

Fratelli Secchi	*233*
Mario E. Bertezzi	*80*
Companhia Ararense de Leiteria*	***66,8***
Carlos Giuntini	*65*
Frederico Plesterle	*60*
V. Linguartto	*60*
Fill Camparato & C.	*50*
Pedro Kolher	*50*
Famelicão Mendes & C.	*40*
Pierre Duchen	*40*
Arantes Fontes	*35*
Raphael Orsi & C.	*20*
Achilles Iolo & Irmão	*15*
Miguel Crestia & Filho	*15*
Cordeiro & C.	*13*
Diogo José Silva	*10*
João Palmieri	*10*
Miguel Cirillo	*10*
Monteiro & Muniz	*10*

* A inclusão da Companhia Ararense de Leiteria no rol de empresas que existiam em 1907 foi apenas devido a não existência de dados para o setor industrial no ano de 1909, uma vez que, o Censo Industrial foi relativo ao ano de 1907. Portanto, há uma defasagem de 2 anos entre os capitais das empresas que foram levantados no Censo de 1907 e a constituição da Leiteria. No entanto, pensamos que esta defasagem não comprometa de forma demasiada a comparação entre a empresa ararense e suas congêneres paulistas.

Fonte: O Brasil: suas riquezas, suas indústrias. Rio de Janeiro: Orosco, 1907, p. 120 a 125.

A análise da tabela 16 mostra que a Leiteria estava entre as três empresas de maior capital no ramo alimentício[125], perdendo apenas para a Fratelli Secchi da cidade de São Paulo e, também, para Mario E. Bertezzi, que se situava em Piracicaba. Mas, uma dúvida resta quanto às atividades da Leiteria em seu início.

Como Cano (1981, p. 153) expõe, "O período de 1907 até 1913 parece ter sido realmente excelente tanto para o aumento da produção quanto para o aumento da capacidade produtiva da indústria". Porém, lembrando que a indústria de bens de capital no

[125] Nesta abordagem, o ramo alimentício considerou as indústrias produtoras de massas alimentares, gelo e doces, devido à carência de dados específicos relativos às indústrias que manufaturavam o leite. Além disso, considerou-se apenas as empresas, dentro daqueles 3 grupos, com capital igual o maior a 10 contos de réis.

Brasil do início do século XX era incipiente, tudo leva a crer que grande parte do maquinário era importada. Mas, como trazer estas máquinas do exterior?

O *coronelismo* marcou fortemente as relações políticas e econômicas durante a Primeira República – contudo, suas raízes remontam ao período imperial[126]. O pertencimento a uma *parentela*[127] poderia ser a porta de entrada para um mundo de contatos que facilitaria, por exemplo, a ascensão econômica ou viabilização dos negócios.

> Apresentavam as parentelas visíveis vantagens econômicas, tanto para os chefes quanto para os membros que as compunham. Embora as famílias conjugais e as famílias grandes que formavam o conjunto da parentela fossem em geral economicamente independentes e auto-suficientes, a parentela oferecia o apoio de sua disponibilidade econômica, amparando os membros que passavam por negócios desastrosos ou por más colheitas. A solidariedade econômica, latente no cotidiano, vinha à tona nos momentos de necessidade; não apenas trazia tranqüilidade aos membros da parentela, como também permitia o desenvolvimento do espírito de iniciativa de seus membros: ao começar um negócio novo, contavam estes com o apoio da parentela, que formaria também uma retaguarda garantidora caso o negócio se apresentasse fracativo. Constituía a parentela um grande grupo econômico, formado de famílias com suas economias particulares, que reuniam seus haveres quando necessário (QUEIROZ, 2006, p. 185 e 186).

Na formação da Leiteria, nota-se que havia representantes de pelo menos duas grandes parentelas: os Souza Queiroz e os Lacerda. Pelo fato da firma ter se constituído no município de Araras, nossa análise recairá sobre a parentela dos Lacerda, que exercia o

[126] Com a criação da Guarda Nacional em 1831, durante o conturbado período da Regência, o Governo Central passou a conceder títulos de "coronéis" aos chefes locais com mais prestígio, com vistas à defesa da Constituição, o auxílio na manutenção da ordem e a promoção do policiamento regional e local. Os postos mais elevados eram os "coronéis", seguidos pelos "majores", "capitães" e outras patentes de menor prestígio. Mesmo com a extinção da Guarda Nacional pouco depois da Proclamação da República, a denominação de "coronel" continuou sendo outorgada espontaneamente pelo povo àqueles que pareciam deter em suas mãos grandes parcelas de poder econômico e político (QUEIROZ, 2006, p. 173).

[127] Segundo Queiroz (2006, p. 184) "Entendemos por "parentela" brasileira um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes; as famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias umas das outras; o afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços, ou das obrigações recíprocas. Sua característica principal é a estrutura interna complexa, que tanto pode ser de tipo igualitário (por exemplo, nas regiões de sitiantes, em que as famílias tendem a estar todas colocadas no mesmo nível socioeconômico) quanto de tipo estratificado (o que acontecia sobretudo nas regiões de agricultura de exportação e também nas de pastoreio, existindo no interior da parentela várias camadas sociais). Fosse igualitária, fosse estratificada, a parentela apresentava forte solidariedade horizontal, no primeiro caso, vertical e horizontal no segundo, unindo tanto os indivíduos da mesma categoria quanto os indivíduos de níveis socioeconômicos diversos".

domínio econômico e político na cidade durante, pelo menos, as duas primeiras décadas do século XX. Com um dos fundadores, João de Lacerda Sores, sendo da parentela, a Leiteria serviu-se do prestígio dos Lacerda para sua ascensão – Louiz Nougués, inicialmente, não pertencia à parentela alguma.

É possível afirmar que a parentela dos Lacerda iniciou sua trajetória de conquista de poder político e econômico na região de Araras quando da chegada dos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães, fato ocorrido em 1847 – antes mesmo da fundação do município. A ascensão econômica dos irmãos, baseada na doação de terras que receberam de seu sogro e no café, deu notoriedade aos dois – Bento se tornou o "Barão de Araras" e José de Lacerda Guimarães o "Barão de Arary". Contudo, a figura mais ilustre e poderosa da parentela não seria nenhum dos dois.

Antonio de Lacerda Franco, filho de Bento de Lacerda Guimarães, iniciou sua carreira política, como vereador, na cidade paulista de Itatiba – cidade natal de seu pai. Porém, foi no município de Araras que ele exerceu todo seu poder e chegou a chefe da parentela. No ano de 1884, tendo como sócios seu tio José de Lacerda Guimarães e o filho deste Joaquim Franco de Lacerda – negócios envolvendo a parentela – constituiu uma casa comissária de café, algodão e outros gêneros, a J. F. de Lacerda & Cia., firma que significava uma extensão dos negócios comissários que, até então, eram desempenhados por eles na cidade de Santos e do Rio de Janeiro. Os lucros da casa comissária teriam sido desviados por Antonio de Lacerda Franco, segundo José de Lacerda Guimarães, para a formação de sua casa bancária, o Banco União de São Paulo[128], o qual tinha como um de

[128] O Banco União de São Paulo foi constituído em 1890, reflexo das medidas liberalizantes do crédito na República, como um banco de emissão. Nunca mais se recuperou depois que o Governo Federal retomou para si o direito de emitir, em 1898. Com a crise, voltou suas atividades à administração de seus ativos. Dentre estes constava a fábrica têxtil Votorantim, em Sorocaba. Ela era a segunda maior fábrica têxtil de São Paulo. Tinha um capital de 40000 contos, contava com 55 mil fusos e uma capacidade de estampagem duas vezes maior que a das outras fábricas do Estado. Porém, na primavera de 1917, a Votorantim estava em grandes dificuldades; os operários estavam em greve porque não recebiam havia 3 meses. Então, os diretores do Banco União de São Paulo aceitaram a proposta feita por Nicolau Scarpa e Antônio Pereira Ignácio – sócios em várias fábricas têxteis – e arrendaram a Votorantim a eles por 1140 contos por ano. No entanto, a soma não foi suficiente para resolver as pendências do banco e, em agosto de 1918, foi decretada a falência do Banco União de São Paulo. Com a liquidação dos ativos, Scarpa e Pereira Ignácio compraram a Votorantim por apenas 5000 contos, empresa que, na metade da década de 1920, passaria a ser administrada pelo genro de Pereira Ignácio, José Ermírio de Moraes (DEAN, 1991, p. 113).

seus diretores Alexandre Siciliano, o proprietário da Cia. Mechanica e Importadora de São Paulo.

Aliada à sua ascensão econômica – ele foi também presidente da Associação Comercial de Santos entre 1887 e 1888 – vinha sua subida em termos políticos. Representante ararense do Partido Republicano Paulista (PRP)[129], Antonio de Lacerda Franco foi eleito senador estadual em 1892 e chegou ao senado federal, no período entre 1924 e 1930. Além disso, foi membro da comissão executiva do partido entre 1901-1906 e 1914-1927.

> Dentro do PRP, as disputas entre as facções eram em grande parte neutralizadas pela continuidade assegurada pela comissão executiva do partido, órgão intermediário entre o governador e os coronéis. A autoridade da comissão derivava do poder dos chefes do partido (ou de seus representantes) que dela faziam parte. Através dos chefes, a comissão também representava os diferentes interesses regionais dentro do estado, provendo a intermediação necessária na distribuição de empregos e recursos destinados a obras públicas. Além do mais, legitimava a transferência de poder das mãos de um governador para o seguinte. Pelo menos durante os primeiros anos da República, podia também "interceder" junto à câmara estadual em defesa de políticas específicas, além de, em comum acordo com o governador, proceder à indicação dos nomes para o preenchimento de cargos estaduais e federais. Na década de 1890, embora de modo informal, influiu muito no governo do estado (LOVE, 1982, p. 163).

Uma vez que o Senador Lacerda Franco era o chefe da parentela no nível estadual e federal, ele necessitava de representantes aos seus interesses que atuassem na política ararense. Um destes foi João Soares do Amaral, que entrara para a parentela dos Lacerda através do casamento com sua prima Maria da Glória, filha de José de Lacerda Guimarães e Clara de Lacerda. Um de seus filhos, João de Lacerda Soares, por intermédio do pai, integraria a mesma parentela, o que é fundamentado por sua eleição à vereança no município de Araras em 1901 – apesar da distância, quem comandava a parentela e as indicações para o poder municipal era o Senador Lacerda Franco.

João de Lacerda Soares seria um dos fundadores da Companhia Ararense de Leiteria. Seu pai João Soares do Amaral e seu irmão Mario de Lacerda Soares, futuros acionistas ao

[129] O Partido Republicano Paulista (PRP), formado em 1873, na cidade de Itu, era a expressão dos interesses econômicos e políticos da lavoura e do grande capital cafeeiro paulista. Em seus quadros estava grande parte dos representantes do complexo cafeeiro que se formara no Oeste Paulista, dentre eles Martinico Prado, republicano que residia na cidade de Araras (LOVE, 1982, p. 150 a 154).

lado de Maria Dalmácia – filha de Bento de Lacerda Guimarães, portanto, irmã do Senador Lacerda Franco, mas que se casaria com seu tio, José de Lacerda Guimarães, o Barão de Arary, tornando-se ela a Baronesa de Arary – eram todos pertencentes à parentela dos Lacerda. Esta, por sua vez, mantinha laços com Alexandre Siciliano[130] que, com sua Cia. Mechanica e Importadora, fornecia maquinário às indústrias paulistas, através da produção em sua fundição própria – tornou-se a maior produtora de máquinas e produtos de metal em todo o estado de São Paulo – e da importação de máquinas procedentes do exterior. Para se ter uma idéia, em 1917, a firma de Siciliano importava: locomotivas, trilhos, carvão, aço, ferro, cimento, óleos, asfalto, canos e tubos, equipamento elétrico, motores a vapor, automóveis e suprimentos para o Exército e a Marinha (DEAN, 1991, p. 38).

Por tudo isso, é possível dizer que a parentela viabilizou não só os capitais necessários à constituição da Leiteria, mas também, que os contatos que ela possibilitou exerceram influência na aquisição do maquinário de que dependia o funcionamento da firma – afinal, eram máquinas que condensavam o leite e que modelavam as embalagens do mesmo. As facilidades proporcionadas pela inserção dos acionistas na parentela dos Lacerda foram de extrema importância, pois, em um momento em que a indústria de base brasileira era incipiente, à Leiteria abriram-se três janelas: 1) importar as máquinas por conta própria, pois os Lacerda haviam possuído uma casa comissária, a J. F. de Lacerda & Cia., que, mais do exportar café, cuidava da importação de diversos gêneros ao Brasil; 2) valer-se dos serviços de importação da casa importadora de Alexandre Siciliano, figura que mantinha laços com os membros da parentela ou; 3) adquirir do mesmo Siciliano, através de sua fundição, o maquinário necessário ao funcionamento da Leiteria.

[130] As relações entre os Lacerda e Siciliano iniciaram-se com a casa comercial Lacerda, Camargo & Cia., do ano de 1887. Esta empresa tinha sede na cidade de São Paulo – há indicações, em seu balanço, de possuírem terrenos no Bom Retiro e no Braz – e como sócios aparecem os nomes de José de Lacerda Guimarães, seu filho Candido Franco de Lacerda, e do sobrinho de, Joaquim Franco de Camargo Junior. É interessante notar que, no balanço da Lacerda, Camargo & Cia. de 31 de janeiro de 1892, há indicações da venda das oficinas mecânicas, fundição, armazéns e respectivos terrenos no Brás, pelo valor de Rs. 1.100:000$000 (mil e cem contos de réis) à Cia. Mechanica e Importadora de São Paulo, que tinha em sua gerência Alexandre Siciliano que, por sua vez, era também conselheiro do Banco União de São Paulo, fundado no final de 1889 por Antonio de Lacerda Franco. Esta casa bancária, outro caso de diversificação dos negócios entre os Lacerda, mantinha negócios com a casa comissária Lacerda & Cia., sendo Antonio de Lacerda Franco, inclusive, acusado por seu tio e sócio, José de Lacerda Guimarães, de transferir dinheiro da casa comissária para a constituição de seu banco.

Talvez, tais ligações e facilidades expliquem o êxito da Companhia Ararense de Leiteria nos anos posteriores.

CAPÍTULO V – O auge e a dissolução: expansão da Companhia Ararense de Leiteria e seu processo de aquisição pela Nestlé

1 – Crescimento e expansão da Leiteria durante a I Guerra Mundial (1914-1918)

Não há como negar que a Companhia Ararense de Leiteria cresceu vertiginosamente entre 1909 e 1918. Tal período foi marcado pela Primeira Guerra Mundial[131], o que terá peso na análise da sua expansão. Em termos bélicos, sua repercussão no Brasil foi diminuta, devido à pequena participação do país no *front*, que se restringiu em alguns soldados na Legião de Honra e uma dezena de aviadores que foram fazer estágio na aviação britânica – porém, em solo inglês. Além disso, o Brasil cedeu à França trinta navios alemães confiscados no litoral brasileiro e, atendendo a um pedido do escritor e ministro francês Paul Claudel – irmão da escultora Camille Claudel – também aceitou enviar uma missão médica, composta por 100 cirurgiões. Apesar da diminuta mobilização de tropas, o Brasil enviou, no dia 10 de agosto de 1918, nove navios que tinham como missão patrulhar o Norte da África e o Sul da Europa. Não se tem muitas notícias sobre estas embarcações, mas o fato é que seus tripulantes sofreram e muitos vieram a falecer com a epidemia de gripe espanhola que ocorreu no período (GARAMBONE, 2003, p. 95 a 97).

Já no que diz respeito à economia, a discussão é grande, como visto, em torno da repercussão do conflito – sobretudo nas temáticas de "Teoria dos Choques Adversos" e "Industrialização Induzida pelas Exportações".

[131] Apesar da corrida bélica, do Imperialismo e das tensões que se acirraram entre as grandes potências capitalistas no último quarto do século XIX, a guerra era visível, mas não esperada pela população e pelos governantes de tais nações. A carnificina que ocorreu entre 1914 e 1918 foi antecedida por vários acordos de paz na Europa. Contudo, como afirma Hobsbawm (2003, p. 420) "Aqueles que haviam construído os mecanismos da guerra e ligado os interruptores agora estavam vendo, com uma incredulidade estupefata, as engrenagens começarem a se pôr em movimento". E foi isso que ocorreu entre agosto de 1914 a 11 de novembro de 1918.

Tabela 17: Brasil – importações por tipo de bens, 1911-1918

				Indicadores da Formação de Capital na Indústria		
Média	Bens de consumo	Matérias-primas	Combus-tíveis	Bens de capital p/ indústria	Consumo aparente de aço	Consumo aparente de cimento
1911-1913	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1014-1918	45,1	47,8	65,0	22,2	38,5	35,0

FONTE: VILLELA; SUZIGAN (1975, p.128).

Tabela 18: Importações através do porto de Santos, 1909-1918

(milhares de toneladas métricas)

	1909-1913	1914-1918	Declínio (%)
Produtos alimentícios	1.008	943	6
Papel e produtos do papel	48	45	6
Substâncias químicas e farmacêuticas	58	33	43
Tecidos de algodão	13	5	62
Ferro e aço	98	33	66
Produtos de ferro e aço	536	148	70
Máquinas	136	37	73

FONTE: DEAN, W. (1991, p. 98).

De uma forma geral, o que as tabelas acima demonstram é uma diminuição das importações de bens de capital, que teria prejudicado o crescimento industrial que vinha se projetando no período anterior ao conflito. Além disso, nota-se um leve declínio na importação de produtos alimentícios, o que teria estimulado a produção nacional de similares a fim de atender a demanda temporariamente insatisfeita. Contudo, no caso da Leiteria, sua posição no mercado exige uma análise mais apurada.

Tabela 19 – Números absolutos das importações brasileiras vindas da Suíça – 1911-1922 (valores em libras esterlinas)

ANOS	VALORES
1911	709.801
1912	794.315
1913	791.019
1914	442.596
1915	318.453
1916	512.430
1917	349.722
1918	407.850
1919	415.621
1920	1.480.840
1921	595.840
1922	501.389

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1939/40.

Tabela 20 – quantidades e valores de leite em conserva importado da Suíça para o Brasil - 1908-1912 – (quantidades em quilos e valores em mil réis)

ANOS	QUANTIDADES	VALORES
1908	2.595.496	2.468:717$
1909	3.295.303	3.141:631$
1910	4.174.157	3.795:590$
1911	3.997.692	3.773:568$
1912	4.246.987	4.315:275$

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908/1912.

De acordo com os dados das tabelas acima, é possível ver que as importações de leite em conserva da Suíça para o Brasil tinham uma trajetória ascendente no período anterior a I Guerra Mundial. Esta constatação é embasada pelos números referentes às importações de produtos suíços por parte do Brasil. Pensando que boa parte das importações compunham-se de produtos industrializados, lembrando da presença da Nestlé no mercado brasileiro – desde 1876 – e que o leite condensado era seu principal produto, podemos chegar a uma conclusão: a I Guerra Mundial prejudicou, e muito, a presença da multinacional suíça no mercado brasileiro. Se notarmos que, com o fim da guerra, em 1918, as importações suíças

para o Brasil voltaram a crescer – tendo um número enorme em 1920 – constatamos a importância do mercado brasileiro aos exportadores suíços – e a Nestlé deve ser aí incluída.

Este fato é corroborado pela idéia de "interstícios" de Penrose, que trata das oportunidades abertas nos mercados à entrada de novas firmas:

> Se esse crescimento for acompanhado pela criação de importantes novos ramos de atividades e de tectnologias e de novas tecnologías cujos princípios não estão sob o controle das grandes firmas já existentes, haverá oportunidades para o ingresso de novas firmas e, entre las, as mais dotadas e de criação mais precoce logo irão conquistar uma posição dominante no ramo em questão. Nos primeiros estágios de um rápido desenvolvimento industrial, os intersticios podem ser muito amplos e numerosos simplesmente pelo fato de as firmas já estabelecidas serem pouco numerosas ou porque diversos ramos estão sendo estabelecidos. (PENROSE, 2006, p. 331).

Um dos interstícios que, possivelmente, se abriram ao leite condensado da firma ararense era representado pelos mercados de outros estados brasileiros[132]. Segundo Wirth (2006, p. 89) "[...] Minas era puxada para o pólo de desenvolvimento de São Paulo, embarcando matérias-primas, comprando artigos industriais e gêneros alimentícios processados". Esta descrição de Wirth nos enseja a hipótese de que a Leiteria possa ter buscado atender a demanda mineira pelo leite condensado. Afinal, as ferrovias ligavam a região de Araras ao território de Minas, por exemplo, a Mogiana, o que facilitava a chegada do produto ararense àquele Estado.

O crescimento da Leiteria, baseado nas brechas deixadas pela Nestlé no mercado leiteiro, que aumentaram com a Primeira Guerra Mundial, poderia ter sido bloqueado pela dificuldade desta nova firma em obter capital para sua expansão, pois as oportunidades de novos investimentos se ligavam ao acesso às bases tecnológicas, ao comportamento da direção da empresa e, principalmente, ao volume de capital envolvido (GUIMARÃES, 1987, p. 108). Quanto ao último item, era necessário dar motivos para outros capitalistas investirem na Leiteria. Era importante transmitir a idéia de que, ao investir nesta empresa, o aumento nos lucros se traduziria em benefícios para aqueles que nela colocassem seu dinheiro. E uma forma para a empresa conseguir tais fundos era o pagamento de dividendos

[132] Como Cano (1981, p. 280) demonstra, as "exportações" paulistas de produtos industriais para outros estados brasileiros, através das vias internas – principalmente ferrovias – cresceram no período da I Guerra Mundial. Em 1914, elas representavam 65% das exportações paulistas; já, em 1917, esta cifra saltou para 80%.

aos acionistas – a Leiteria, desde seu início, constituiu-se em uma sociedade por ações – os quais serviam para manter a firma atraente às inversões de capitais e também ajudavam na expansão da empresa.

A distribuição de dividendos e a elevação de seus valores refletem uma situação de prosperidade da empresa e o destino da mesma no decorrer do tempo (HILFERDING, 1985, p. 118 e 119). Assim, a distribuição de dividendos por parte da Leiteria e a atração que os mesmos exerceram foi preponderante para que novos capitalistas monetários adentrassem nesta sociedade anônima – por exemplo, em 1917, a Leiteria pagou Rs. 20$000 (vinte mil réis) por ação, referente ao ano de 1916[133].

Porém, o crescimento de uma empresa não é medido apenas pela distribuição de dividendos. As operações de aumento de capital também são indicadores da saúde financeira das empresas.

> No decorrer da existência de uma sociedade anônima pode continuar crescendo a diferença entre o capital efetivamente ativo e o capital acionário (fictício). Caso a empresa renda um juro acima do médio, surge a necessidade ou apenas a oportunidade para um aumento do capital; esse rendimento mais elevado torna-se, então, a base para nova capitalização, de modo que o capital acionário nominal passa a ultrpassar em grande parte o capital ativo (HILFERDING, 1985, p. 119).

A Companhia Ararense de Leiteria teve duas operações de aumento de seu capital. Se, em 1909, a empresa nascia com um capital de Rs. 66:800$000 (sessenta e seis contos e oitocentos mil réis), já em 1915[134] se realizou uma assembléia (noticiada também pelo jornal *O Estado de São Paulo*) que determinava o aumento de capital da Leiteria para Rs. 350:000$000 (trezentos e cinqüenta contos de réis), divididos em ações de Rs. 200$000 (duzentos mil réis) cada uma.

[133] *A TRIBUNA DO POVO*. Araras, 25 mar. 1917.
[134] *A TRIBUNA DO POVO*. Araras, 16 abr. 1916.

Tabela 21: Acionistas da Companhia Ararense de Leiteria e seus respectivos números de ações – ano de 1916

ACIONISTAS	AÇÕES
Dr. Arthur de Moraes Jambeiro Costa	2
Baronesa de Arary	10
Christóvão Prates da Fonseca	2
João Soares do Amaral	105
José Francisco de Paula Leite	1
José de Lacerda Soares	35
José Francisco de Queiroz Telles (Presidente)	3
Dr. José de Souza Queiroz	15
Dr. Louiz Nougués (Segundo Secretário)	**169**
Dr. Manoel M. A. Sucupira (Membro do Conselho Fiscal)	5
Mario de Lacerda Soares (Membro do Conselho Fiscal)	3
Visconde de Nova Granada	2
Antonio Massariol	3
Armando Ribas (Membro do Conselho Fiscal)	3
Floriano de Souza Camargo	25
João Franco de Moura & Irmão	10
Dr. Bento Xavier Paes Barros	8
Dr. Francisco Xavier Paes Barros	7
João de Lacerda Soares (Primeiro Secretário)	**1.008**
Total	**1.416**

Fonte: Decreto Federal nº 11.883 de 12 de jan. de 1916.

Os nomes de João Soares do Amaral e Louiz Nougués, dois dos fundadores da Leiteria, estão em negrito para demonstrar a posição dominante de ambos na Leiteria. Como representantes de mais de $^{2}/_{3}$ do capital social da firma, na qual cada ação dava direito a 1 voto, ficava nítido quem estava a frente dos negócios da empresa.

O sucesso da operação de aumento de capital é corroborado pelo dividendo anteriormente citado. Estes se referem ao ano de 1916 e correspondem ao valor de 10% de cada ação adquirida pelos acionistas – cada ação custou Rs. 200$000 (duzentos mil réis). Aliás, a operação teria sido tão próspera que fomentou um novo aumento de capital em novembro de 1917. Desta feita, o capital da Companhia Ararense de Leiteria elevou-se de Rs. 350:000$000 (trezentos e cinqüenta contos de réis) para Rs. 450:000$000 (quatrocentos e cinqüenta contos de réis), em 500 ações de Rs. 200$000 (duzentos mil réis) cada uma.

Tabela 22: Acionistas da Companhia Ararense de Leiteria, seus respectivos números de ações e o valor das mesmas (em contos de réis) – ano de 1917

ACIONISTAS	AÇÕES	VALOR
Dr. Manoel M. A. Sucupira (Presidente)	20	4:000
Percílio de Carvalho (Primeiro Secretário)	18	3:600
João de Lacerda Soares (Segundo Secretário)	**1094**	**218:800**
João Soares do Amaral	120	24:000
José Francisco de Queiroz Telles	18	3:600
Maria Luiza de Queiroz Ar. ª	76	15:200
Dr. Francisco Xavier Paes Barros	12	2:400
Baronesa de Arary	25	5:000
Dr. Louiz Nougués*	**500**	**100:000**
Mario de Lacerda Soares (Membro do Conselho Fiscal)	18	3:600
Pedro E. de Queiroz Lacerda (Membro do Conselho Fiscal) **	1	200
Armando Ribas (Membro do Conselho Fiscal)	0	0

*Há duas referências na fonte quanto ao número de ações que detinha Louiz Nougués, se 268 ou 500 ações – dúvida que nos impede de colocar o número total de ações. Em todo caso, ele seria o segundo na hierarquia da Leiteria e só teria menor poder decisório que João de Lacerda Soares e suas 1094 ações.

** Pedro E. de Queiroz Lacerda, que detinha só 1 (uma) ação, possuía então, na Leiteria, o valor de Rs. 200$000 (duzentos mil réis).

Fonte: Decreto Presidencial nº 12.925 de 20 de mar. De 1918.

Na assembléia realizada em 1917 para aumentar o capital da Companhia Ararense de Leiteria, também foram aprovadas mudanças no estatuto da empresa, que ficou desta forma:

> TÍTULO 1 (Denominação, fins, sede e duração). Art. 1º - Sob a denominação Companhia Ararense de Leiteria acha-se constituída uma sociedade anônyma por acções. **Art. 2º - O fim da sociedade consiste no tratamento conveniente do leite para ser exportado para os grandes centros consumidores, e no fabrico de todo e qualquer producto que tenha leite em suas matérias primas.** Art. 3º - A sociedade poderá crear, além de sua actual usina em Araras, outras em qualquer localidade que ella julgar conveniente. Art. 4º - A sociedade poderá adquirir e explorar também propriedades agrícolas ou urbanas como aplicação de seu fundo de reserva, ou de qualquer fundo de reserva especial que porventura venha a constituir. Art. 5º - A duração da sociedade será de 30 annos contados a partir da data dos presentes estatutos, adoptados em substituição dos primitivos. Art. 6º - A sede da sociedade será na cidade de Araras, no Estado de S. Paulo, e na mesma cidade terá o seu fôro, que é acceito pelos accionistas com renuncia de outros si o tiverem. TÍTULO II (Capital social e acções). **Art. 7º - O capital social fica sendo de quatrocentos e cincoenta contos de réis (450:000$000), divididos em duas mil duzentos e cincoenta (2.250) acções integralizadas e indivisíveis, de duzentos mil réis (200$000) cada uma, de conformidade com as resoluções tomadas nas assembléias geraes de 30 de outubro e 6 de novembro de 1917.** TÍTULO III

(Assembléas geraes). Art. 8 – A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente uma vez ao anno nos primeiros noventa dias seguintes ao encerramento do anno financeiro da sociedade. Art. 9 – A assembléa geral reunir-se-ha extraordinariamente sempre que a directoria julgar conveniente convocal-a ou quando o exigirem os accionistas em número não inferior a sete, representando pelo menos um terço do capital social, devendo motivar o seu pedido, que não poderá ser recusado pela directoria. Art. 10 – As convocações serão feitas pela imprensa nas condições expressas pela lei das sociedades anonymas. Art. 11 – Em qualquer assembléa não se poderá tratar e resolver assumptos que não constem da convocação. **Art. 12 – As deliberações serão tomadas por maioria de votos, e, em caso de empate, o presidente terá o voto de desempate, podendo qualquer accionista requerer que votação se faça por escrutínio secreto. Art. 13 – cada acção terá direito a um voto e o direito de voto poderá ser exercido por procurador, que seja accionista, com poderes especiaes. Art. 14 – As assembléas geraes que tiverem que resolver sobre a constituição da sociedade, modificações e alterações dos estatutos, só poderão se constituir com a presença dos accionistas que representem, no mínimo, dous terços do capital social, salvo si tendo sido convocado por duas vezes, não comparecerem accionistas em numero suficiente, caso em que deliberarão com qualquer numero.** Art. 15 – As duvidas que se levantarem sobre a constituição das assembléas,ordem dos trabalhos e seus effeitos, serão decididas de accôrdo com o decreto nº 434 de julho de 1891. TÍTULO IV (Administração). Art. 16 – **A administração da companhia está confinada a uma directoria composta de um presidente e dous directores, cujo mandato durará três annos, podendo todos ser reeleitos.** Art. 17 – Ao presidente compete especialmente, além das attribuições habituaes, a representação jurídica da sociedade para com terceiros, em juízo ou fora delle. Art. 18 – Ambos os directores assumem solidariamente a direcção de todas as operações da companhia, quer technicas, quer comerciaes. Art. 19 – Em caso de vaga de qualquer dos cargos, por morte, por ausencia não justificada por mais de um mez, ou renuncia, a substituição se fará por assembléa geral, devendo o substituto exercer o cargo pelo tempo que faltar para completar o tempo do mandato do substituído. Art. 20 – A directoria se reunirá pelo menos uma vez cada trinta dias e de suas reuniões se lavrará uma acta em livro próprio. Art. 21 – Os casos de divergências entre os directores serão decididos por uma comissão de três accionistas nomeados pelo presidente e cuja decisão será definitiva. Art. 22 – A remuneração da directoria será fixada por uma assembléa geral extraordinária especialmente convocada para esse fim nos trinta dias seguintes ao encerramento do anno financeiro da sociedade. Art. 23 – Os membros da directoria, antes de entrarem em exercício, caucionarão 15 acções para garantia de sua gestão, caução que poderá ser prestada por um outro accionista. **Art. 24 – O director que tiver interesse opposto ao da sociedade em qualquer operação social, não poderá tomar parte nas deliberações a elle referente.** TÍTULO V (Conselho fiscal). Art. 25 – Haverá um conselho fiscal composto de três membros eleitos pela assembléa geral extraordinária. Art. 26 – Ao conselho fiscal compete dar parecer sobre a administração e contas do anno seguinte de sua nomeação, oferecendo à assembléa um relatório minucioso, examinando para isso, o balanço, os livros, os archivos e o caixa. Art. 27 – Tambem lhe compete convocar extraordinariamente a assembléa geral, quando julgar necessario propor medidas a bem dos interesses sociaes. Art. 29 – No caso de impedimento de um ou mais membros do conselho fiscal, a directoria da companhia fará a respectiva substituição recorrendo à comissão de supplentes. Art. 30 – A remuneração do conselho fiscal será fixada annualmente pela mesma assembléa a que se refere o art. 22 dos presentes estatutos. TÍTULO VI (Lucros

> e fundos de reserva) Art. 31 – O balanço social será fechado no dia 31 de dezembro de cada anno. Art. 32 – A porcentagem para as depreciações e amortizações dos diversos bens moveis e immoveis da companhia será fixada pela assembléa geral a que se refere o art. 22 destes estatutos. Art. 33 – Dos lucros líquidos annuaes serão deduzidos 10% para a constituição do fundo de reserva e mais as quotas de remuneração da directoria e do conselho fiscal estabelecidas de accôrdo com os arts. 22 e 30 dos presentes estatutos. Art. 34 – Poderá tambem a sociedade applicar quaesquer outras partes dos lucros para o augmento do fundo de reserva, além da quota instituída no artigo precedente, ou para a constituição de um fundo especial destinado a um fim bem determinado. Art. 35 – A assembléa geral resolverá o modo de applicar do fundo de reserva e estabelecerá a porcentagem do dividendo a ser distribuído. Art. 36 – A presente sociedade poderá dissolver-se nos casos determinados pela lei das sociedades anônimas de 1891 (Assembléia Geral da Companhia Ararense de Leiteria de 6 de nov. de 1917).

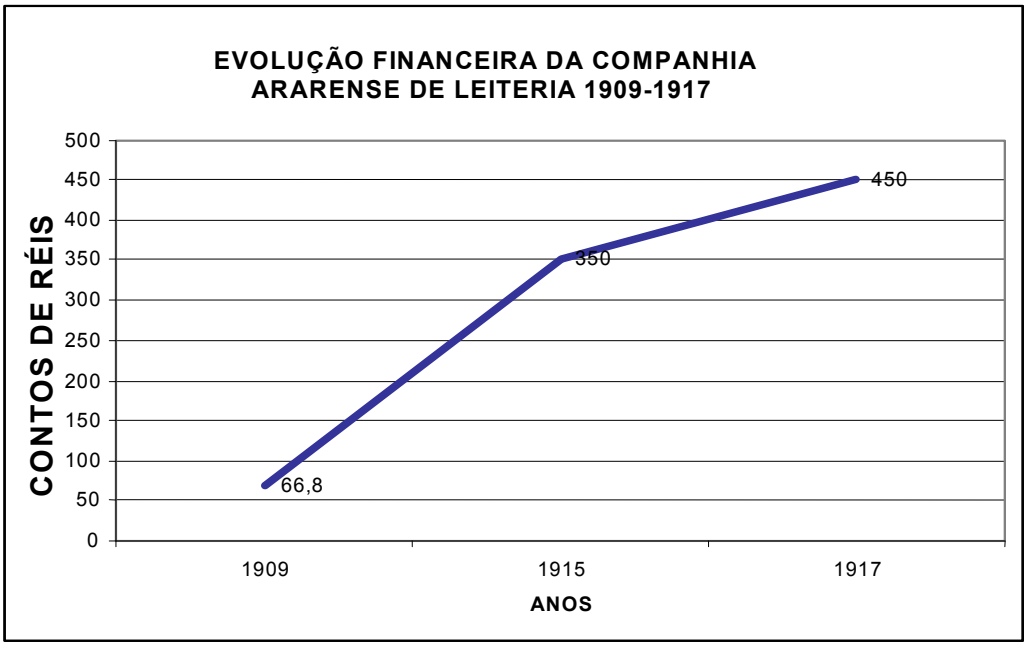
A comparação entre as tabelas 20 e 21 permite algumas constatações. O número de acionistas diminuiu; no ano de 1916 eram 19 e, um ano depois, passou para 12 – incluindo Armando Ribas que, apesar de não possuir ações, era membro do conselho fiscal. No entanto, essa queda no número de acionistas não deve ser vista como um declínio da Leiteria. Ela aumentou seu capital em curto espaço de tempo, o que rechaça as possíveis críticas quanto a este aspecto. O que parece ter havido foi uma concentração do exercício do poder na firma. A maior parte das ações estava nas mãos de João de Lacerda Soares, que possuía 1094. Além disso, se somarmos as ações pertencentes ao seu pai João Soares do Amaral (120) e as de seu irmão Mario de Lacerda Soares (18), percebemos que, ao todo, os Lacerda Soares detinham 1232 ações, sendo que cada ação correspondia a 1 (um) voto nas assembléias da Leiteria. Ao lado de todo esse poderio, dos Lacerda Soares, ficava o idealizador da firma Louiz Nougués e suas 500 ações. Enfim, o poder estava nas mãos de João de Lacerda Soares e Louiz Nougués, que representavam 83% das ações da Leiteria, ou seja, 71% do capital social da firma (Rs. 450:000$000) estavam nas mãos destes dois acionistas (Rs. 318:800$000).

Esta divisão de poder entre os acionistas e o número de suas ações será importante para explicar os acontecimentos posteriores na trajetória da Leiteria.

2) – Venda da Leiteria e Chegada da Nestlé (1921)

Ao analisar a trajetória da Companhia Ararense de Leiteria, entre seu pouco mais de dez anos de atividade, fica difícil entender o que moveu seus controladores à operação de venda da empresa à multinacional suíça do ramo leiteiro, Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co., em 1920. Principalmente, se ficarmos atrelados ao passado recente da firma e não pensarmos sobre o futuro poderia apresentar.

Gráfico 3



Fonte: Decretos Presidenciais de 1909, 1916 e 1917 relativos à Companhia Ararense de Leiteria.

A ascendente do gráfico demonstra claramente a trajetória de sucesso da Leiteria durante a década de 1910. Contudo, a resposta para sua venda pode estar nos interesses pessoais dos acionistas e o que cada um deles desejava ao se tornar sócio da Leiteria.

Quase todos os acionistas tinham negócios paralelos à Leiteria, inclusive Nougués, o que indicava para eles uma divisão de tempo entre a firma leiteria e os outros investimentos . Além disto, a empresa, apesar do montante de capital acumulado, tinha um caráter familiar, o que fica nítido com os laços de parentesco entre, por exemplo, dois de seus maiores acionistas, João Soares do Amaral e João de Lacerda Soares, respectivamente pai e

filho. Esta idéia do parentesco deve unir-se à concepção de que muitos acionistas, por exemplo, Nougués, juntaram uma quantia de dinheiro em suas mãos que lhes permitiria viver tranqüilamente e conduzir seus outros negócios, pois:

> Há muitos empresários, inclusive altamente eficientes, que nem sempre procuram obter mayores lucros no caso de isso exigir crescentes esforços, riscos ou investimentos por par deles. Em muitos ramos e campos, há um número considerable de firmas que têm funcionado com sucesso durante várias décadas sob uma administração competente e imaginativa, mas que se contiveram em aproveitar plenamente suas oportunidades de expansão. Muitas delas sãp "firmas familiares", cujos proprietários se satisfizeram com lucros confortáveis e não mostraram desejos de se envolver na obtenção de mais dinheiro o una mobilização de capitais por procedimentos que restringiriam o controle deles em suas firmas (PENROSE, 2006, p. 75 e 76).

Existem vários atributos citados que valorizam a função do empresário, tais como ambição, versatilidade, previsão, etc. Porém, a falta dos mesmos pode tornar-se um empecilho ao crescimento da empresa. Assim, a falta de ambição, que pode ter advindo da boa condição financeira de que gozavam, na época da venda, os acionistas da Leiteria, é uma importante restrição ao crescimento da empresa.

É necessário notar também que "[...] o desinvestimento é, tal como o investimento, característico de qualquer atividade capitalista: uma conjuntura impele-o para a frente, uma conjuntura põe-no fora do jogo" (BRAUDEL, 1996, p. 282). A oferta feita pela Nestlé para comprar a firma foi bem sedutora e, com certeza, vinha ao encontro dos objetivos daqueles que investiam na empresa ararense, uma vez que as incertezas do mercado quanto ao futuro dos negócios faziam de cada investimento uma "aposta". Assim,

> [...] mesmo não sendo compelida a retirar-se da indústria, uma firma pode mostrar-se disposta a abandoná-la quando a taxa de lucro, embora positiva, cair abaixo de determinado nível, se achar um comprador para seus ativos fixos vinculados a essa indústria. Essa transferência de ativos pode corresponder à aquisição da firma como um todo ou meramente à compra da quase firma não-lucrativa (GUIMARÃES, 1987, p. 30).

A conjuntura econômica da I Guerra Mundial havia favorecido a Leiteria. É inegável que aquele cenário bélico deflagrada na Europa, entre 1914 e 1918, trouxe dificuldades econômicas à condução dos negócios da Nestlé ao redor do mundo.

> Na vida econômica, a guerra assistiu à introdução de controles e restrições 'temporários' do comércio, dos preços, dos investimentos, da movimentação do capital e das pessoas que, desde então, persistem de uma forma ou outra. A economia internacional que se auto-ajustava serenamente cedeu lugar a um mecanismo atabalhoado e ineficiente, só mantido em operação através de ajustes e consertos reiterados (LANDES, 1994, p. 239 e 240).

No entanto, o fim do conflito marcaria a continuação do cenário trágico para os europeus. E o Tratado de Versalhes, ao invés de proporcionar soluções à crise econômica que devastava as nações européias, em nada se preocupou com tal matéria. A vingança era o que imperava neste "acordo de paz".

> É um fato extraordinário, mas o problema econômico fundamental de uma Europa esfomeada que se desintegrava diante dos seus olhos era a única questão para a qual foi impossível provocar o interesse dos Quatro [representantes dos Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha]. As reparações foram sua excursão principal no campo da economia, a ser resolvida como um problema de teologia – de política, de chicana eleitoral – de todos os pontos de vista exceto o do futuro econômico dos Estados cujo destino eles estavam manipulando (KEYNES, 2002, p. 157).

Com a falta de medidas para sanar as deficiências das economias européias, a crise chegaria de maneira forte nestes países. É possível imaginar as agruras de uma Europa devastada pela guerra, em que os mercados consumidores foram reduzidos, afinal, barreiras alfandegárias tornaram-se regra e a população, com o pouco que tinha de dinheiro, haveria de gastar em bens de primeira necessidade:

> Na Europa, os danos impostos pela guerra e pela situação do pós-guerra a esse comércio internacional foram graves e numerosos. Os sistemas monetários desorganizados atuavam no sentido de retardar a retomada industrial e perturbar a segurança e confiança nos negócios. O estabelecimento de novas tarifas, as modificações nas rotas comerciais, a insuficiência do poder aquisitivo, os embargos e boicotes, as animosidades criadas pela guerra, o afastamento da Rússia da política da boa vizinhança e os distúrbios na China e em outros lugares foram obstáculos que se ergueram no caminho do intercâmbio comercial fluido entre as nações (HOBSON, 1983, p.338).

Com os mercados centrais abalados, restava à Nestlé explorar mais ainda os novos e promissores centros de consumo. A América Latina e, especificamente o Brasil, encaixava-se nesse perfil. Dessa forma, podia-se esperar que a concorrência ficasse cada vez mais acirrada no mercado nacional, por exemplo, entre a Leiteria e a multinacional suíça.

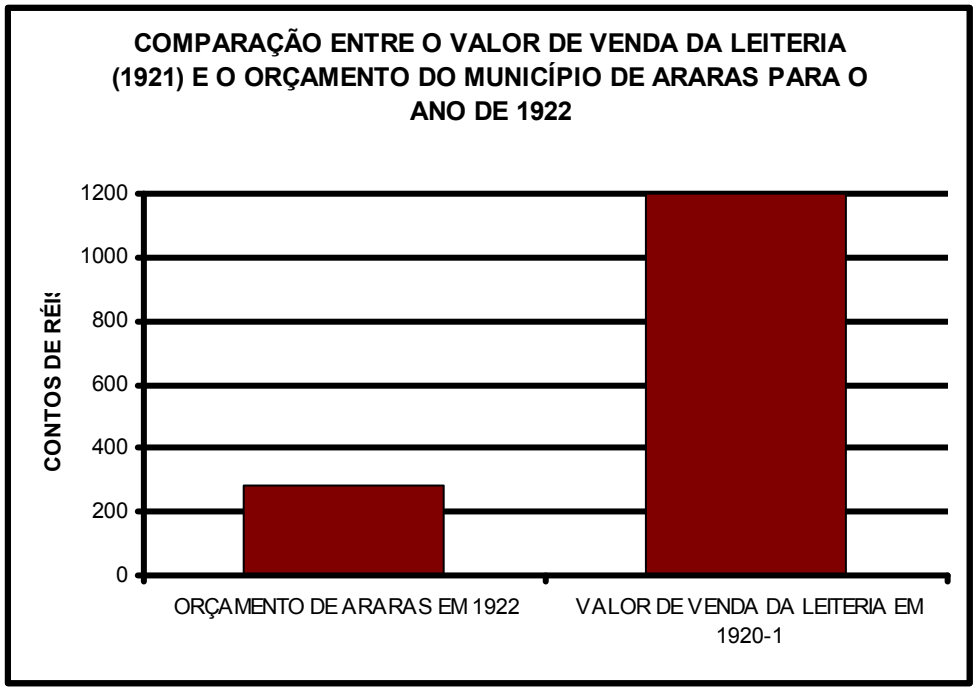
Podemos citar alguns fatores – proposta de venda tentadora, falta de ambição, boa condição de vida já alcançada – que impeliram a Companhia Ararense de Leiteria em seu processo de venda à Nestlé. No entanto, ao invés de prerrogativas psicológicas, devemos pensar economicamente a questão: é preciso lembrar da divisão do poder na firma ararense.

A preponderância no número de ações de João de Lacerda Soares e Louiz Nougués conferia a estes, lembrando que cada ação valia 1 (um) voto, um domínio sobre os desígnios da Leiteria.

> A sociedade anônima é uma sociedade de capitalistas. Ela é sempre constituída por meio de inversão de capital em ações; o grau de participação de cada capitalista na organização é proporcional ao capital investido; seu direito a voto e sua influência naturalmente se regulam, por isso, pelo tamanho de seu investimento. O capitalista só é capitalista na medida em que dispõe de capital e só se diferencia dos outros capitalistas em termos quantitativos. Em tais condições, todo o poder de mando se concentra em mãos do acionista majoritário [...] O poder de controle sobre o capital alheio é, todavia, da maior importância, e o domínio da empresa, independente de tudo mais, é importantíssimo para influenciar o movimento de compra e venda das ações na bolsa (HILFERDING, 1985, p. 121 e 122).

Dessa forma, como principais detentores de ações e poder na firma ararense, eles também seriam os mais prejudicados em uma conjuntura adversa que se avizinhava, com a volta das multinacionais após a I Guerra Mundial. Assim, foi compreensível e estratégico aceitar a proposta de venda da Companhia Ararense de Leiteria à Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co. A venda foi uma forma de proteger e aumentar os capitais adquiridos nos basicamente 10 anos de sucesso de Leiteria, que dificilmente se repetiriam na década de 1920.

Gráfico 4



Fonte: Escritura de compra e venda da Companhia Ararense de Leiteria à Nestlé e Atas da Câmara Municipal de Araras.

A data oficial do fechamento do negócio entre a Companhia Ararense de Leiteria e a multinacional suíça é 22 de janeiro de 1921, porém, pode-se considerar que a "vida útil" da Leiteria se tenha extinguido no ano anterior.

Uma controvérsia gira em torno do valor que a Nestlé pagou pela Leiteria. Na escritura consta que foram pagos Rs. 800:000$000 (oitocentos contos de réis), versão que, na cidade de Araras, é contestada, pois se afirmava que haviam sido pagos Rs. 1.200:000$000 (mil e duzentos contos de réis)[135].

A Nestlé, desta forma, instalava-se definitivamente em um mercado onde já era conhecida, mas, principalmente, fugia das agruras que o pós-guerra havia deixado na Europa, onde os sistemas monetários estavam desorganizados, houve forte queda do poder aquisitivo das pessoas, os embargos, as novas tarifas e as animosidades criadas pela Primeira Guerra Mundial atrapalhavam a ação comercial das grandes indústrias. Além

[135] *A TRIBUNA DO POVO*. Araras, 9 jan. 1921.

disto, dizer quais eram as estratégias da Nestlé e das outras multinacionais ao investir no Brasil é simples:

> [...] 1) O processamento de matérias-primas locais com vistas à exportação do produto final [...] 2) A obtenção da primazia no abastecimento dos mercados locais, mediante a antecipação à entrada dos concorrentes ou o afastamento dos mesmos da competição interna [...] 3) A substituição parcial das importações de produtos industrializados [...] e 4) O aumento da participação no abastecimento do mercado interno através da produção local de bens anteriormente importados, baseada na disponibilidade de matérias-primas a baixo custo e na existência de uma demanda interna compatível com a obtenção de certas escalas mínimas de produção [...] (SUZIGAN; SZMRECSÁNYI, 2002: 236).

A negociação da Lacerda, Soares & Nougués, razão social da Companhia Ararense de Leiteria, com a Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co. foi selada entre os representantes de cada empresa: João de Lacerda Soares e Louiz Nougués, os maiores acionistas, em nome da indústria ararense e, pelo lado da multinacional suíça, Edouard Dutilh[136]. Assim, a Nestlé adquiria uma firma forte, que havia lucrado muito com o leite condensado, "[...] os lucros espantosos que tem auferido desde a Guerra, o aumento do custo de cada caixa de leite condensado, que era a princípio de Rs. 33$000 e actualmente [1921] de Rs. 75$000 [...]" (A TRIBUNA..., 1921, p. 1); pagava um imposto, até certo ponto, baixo em relação às outras indústrias do município, da ordem de Rs. 1:220$000 (um conto e duzentos e vinte mil réis). Situada a 170 quilômetros da capital do Estado, tinha facilidades para obtenção da matéria-prima e escoamento da produção, pelo fato de fazer parte da malha ferroviária da Paulista. Além disso, a infra-estrutura que a Leiteria obtivera, e que passaria à Nestlé, em sua década de existência era invejável e compreendia:

> a) edificações, constando de um grande edifício, onde está instalada a Usina, em grande parte assobradado, coberto por um terraço, medindo, mais ou menos, quarenta metros de frente por quarenta metros de fundos; uma represa com açude e canalizações de água para três pontos da fábrica, isto é, para a turbina, bombas de vácuo e bombas alimentadoras dos condensadores de amoníaco, das instalações frigoríficas; uma oficina de consertos, em construção e um galpão para trabalhos de madeira; um grupo de duas casas para

[136] O fato de só constarem os nomes de João de Lacerda Soares e Louiz Nougués, do lado da Leiteria, na escritura corrobora a hipótese de que a iniciativa de venda da empresa ararense teve amplo apoio de ambos, para não dizer que, em última instância, eles eram os mais interessados em assegurar seus capitais.

> empregados, um galpão para abrigo de veículos e uma construção compreendendo uma cocheira e dois quartos anexos; mais uma casa para empregados, situada perto dos registros da represa; e uma casa, perto da fábrica, para dois transformadores e pára-raios eletrolíticos; b) maquinismos, a saber: maquinismos para a fabricação de latas de leite condensado; idem para fabrico de leite condensado (dois jogos paralelos completos); idem para higienização de leite, um pasteurizador e um refrigerante; idem para o fabrico de manteiga, constando de uma desnatadeira, uma batedeira, e uma amoladeira; máquinas frigoríficas, sendo três compressores de amoníaco, com dois congeladores, duas caldeiras da capacidade de mil quilos de vapor por hora, cada uma; uma turbina hidráulica de 16 HP e respectivos acessórios; dois motores a vapor, sendo um de oito e outro de sessenta HP; bomba para água; duas bombas para a circulação de salmoura fria; maquinismos para trabalhar madeira, entre o quais duas serras circulares e uma plana; diversas transmissões; dois elevadores; dois transformadores respectivamente de dez e cem Kwat e pára-raios eletrolíticos; c) dentre os terrenos: um terreno (lado direito da linha férrea), onde se acham os edifícios acima descritos, fazendo frente para a linha férrea da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a começar da plataforma da Estação de Araras até o pontilhão sobre o Ribeirão do Facão [além deste há outros terrenos que pertenciam à Leiteria e entraram no bojo das compras feitas pela Nestlé] (Escritura de compra e venda da Lacerda Soares & Nougués à Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co. de 22 de jan. de 1921).

Desta maneira, a Nestlé que, nos idos de 1900, tinha apenas um escritório de representação na cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, a 23 de dezembro de 1920, pelo decreto Presidencial nº 14.567, recebeu autorização para funcionar no Brasil. O primeiro produto feito no município de Araras foi o Milkmaid, leite condensado já consagrado no mercado, que, no Brasil, teve seu nome mudado para Leite Moça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial do trabalho era exaltar o empreededorismo de Louiz Nougués e de "sua empresa" que de sonho se tornou uma realidade. Contudo, a história da Companhia Ararense de Leiteria adquiriu força própria e tornou-se maior que a de apenas um de seus acionistas.

O entendimento do século XIX e do contexto em ebulição daquele tempo foi de primordial importância para a compreensão do surgimento da grande empresa moderna – no bojo de uma revolução que de industrial passava à financeira – e a expansão desta ao patamar de multinacional. A Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co., empresa suíça do ramo alimentício, é um caso representativo do aumento da escala dos negócios, tornando o mercado nacional pequeno demais às suas ambições, e da necessária e incessante busca por novos consumidores e matérias-primas ao redor do mundo. Além disso, a Nestlé mostrou a importância de, em um primeiro momento, consolidar a marca através da produção de um único artigo para, em seguida, atentar-se às novidades dos concorrentes, "imitá-los" e, se assim for recomendável, partir para uma fusão que a tornaria a maior multinacional alimentícia do mundo.

Entretanto, se o século XIX dinamizou boa parte das nações européias, o Brasil também sentiu estes reflexos. O aumento da demanda pelo café foi bem explorado por nossos produtores, que aumentaram a escala de produção e derrubaram os preços, a fim de conquistar o mercado consumidor europeu e norte-americano – os lucros vieram das enormes quantidades exportadas. A marcha do café, que se iniciara entre o Rio de Janeiro e o Vale de Paraíba, seguiu impiedosa rumo às férteis terras do Oeste Paulista. A formação de um complexo cafeeiro nesta região representou a união de capitais, originários da lavoura cafeeira (atividade principal do complexo), que viabilizaram a superação dos obstáculos que se colocavam ao cultivo do café longe do litoral. Ferrovias, bancos, serviços de iluminação pública, de água e esgoto, ao invés de serem barreiras intransponíveis, transformaram-se em ótimas oportunidades ao nascente grande capital cafeeiro de diversificar seus investimentos e não ficar atrelado às oscilações da "lavoura".

Os investimentos industriais também eram uma das faces do grande capital cafeeiro. E a conjuntura adversa ao café no início do século XX teve papel preponderante nas inversões de capitais à indústria – esta, na maioria dos casos, sendo a de bens de consumo assalariado. As medidas da Valorização de 1906 não atenuaram a crise do café – preço só subiria em 1910 – mas, pelo contrário agravou ainda mais a situação com a sobretaxa imposta ao café exportado, que se junta a uma outra medida polêmica do período: a proibição do plantio de novos cafeeiros. Tais decisões atingiram em cheio a lavoura cafeeira, principalmente em um município como Araras, que com seus cafeeiros de aproximadamente 50 anos na virada do XIX para o XX, veria cair a produtividade dos mesmos. Por outro lado, essa seria uma ótima chance aos representantes do grande capital cafeeiro para investir em firmas industriais.

Porém, se havia uma crise na lavoura cafeeira, a formação de nossa mão-de-obra rural também não era das melhores. A carência de bons profissionais, com ensino superior, para lecionar nas escolas agrícolas não poderia ser sanada com a leva de imigrantes para o café. Era necessário trazer ao nosso país letrados de nações com tradição no ensino agrícola, como a França. E Louiz Nougués foi um deles.

Contudo, Nougués não se resumiu ao ensino na Escola de Trabalhadores Rurais Senador Lacerda Franco ou em seu Instituto Nougués. Ele, que aprendera a técnica de condensação do leite na Europa, propôs aos integrantes locais do grande capital cafeeiro participar, com o crédito que ele não possuía em sua totalidade para fazer uma empresa individual, desta nova empreitada. Felizmente para Nougués, diversificar capitais em sociedades anônimas não era uma novidade a estas pessoas, ainda mais se tivessem a oportunidade de ter um francês na direção dos negócios – a dependência também era cultural. Dessa forma, em 1909, nasceu a Companhia Ararense de Leiteria.

Apesar de Nougués não ter vínculo direto com parentela alguma, a presença dos Lacerda entre os acionistas abriu portas ao crescimento dos negócios da firma ararense – como para a aquisição do maquinário. Sobre o crescimento da empresa, a Leiteria, que já nascera grande, valeu-se das dificuldades enfrentadas pelas nações estrangeiras durante a I Guerra Mundial e, através da malha ferroviária, passou a atender a demanda que não mais

era satisfeita pelos artigos importados – a imigração em massa criou uma demanda enorme por bens de consumo e, em muitos casos, por artigos que tinham ampla aceitação na Europa, como o leite condensado.

Porém, a guerra acabou e o futuro da Leiteria era incerto. As dificuldades em seus mercados de origem impeliriam as multinacionais à caça de novos centros consumidores, o que se traduziria na instalação de filiais de firmas estrangeiras em países como o Brasil. E com a Nestlé não seria diferente. Ao saber que havia no interior paulista uma empresa que manufaturava leite condensado, ficava ao lado dos trilhos da Paulista e perto do grande mercado consumidor que era cidade de São Paulo, a multinacional suíça não titubeou. Fez uma ótima proposta aos diretores da Leiteria. Mas é aí o cerne da questão.

Apesar de nunca terem sido presidentes da Leiteria, João de Lacerda Soares e Louiz Nougués sempre detiveram o maior número de ações. Como cada ação dava direito a 1 (um) voto, nota-se que ambos concentravam o poder decisório da firma ararense. Desta forma, o que teria motivado os dois a aceitar a proposta feita pela Nestlé? João de Lacerda Soares e Louiz Nougués eram os que tinham a maior quantidade de capitais investidos em ações da empresa ararense. Isso, por si só, justifica uma visão diferenciada de ambos – em relação aos outros acionistas – sobre o futuro dos negócios tendo que concorrer com a Nestlé por fatias de mercado – a partir daquele momento ficaria difícil pensar até nos interstícios. Se, por um acaso, a Leiteria sofresse na nova conjuntura, quem mais perderiam seriam João de Lacerda Soares e Louiz Nougués, ambos tendo mais ações e mais capital investido na firma ararense. Por outro lado, quem mais lucraria com o alto valor de venda da Leiteria à Nestlé, pois no momento da divisão do capital da empresa a fatia maior do bolo seria dos que detivessem mais ações? É óbvio que interessava mais a João de Lacerda Soares e Louiz Nougués a venda da Leiteria por tão alto valor, pois, como Braudel expôs, o investimento e o desinvestimento são característicos do capital, e a conjuntura a este se ficasse imobilizado na forma de ações da Leiteria não era das mais animadoras.

Assim, não se pode deixar como derradeiras palavras sobre a Companhia Ararense de Leiteria a imagem que Brás Cubas fizera de si mesmo em "das negativas" – em que pese ele não ter transmitido seu legado de derrotas a qualquer descendente. A Leiteria tinha sido

fruto, a bem da verdade, dos sonhos de Nougués – você já imaginou o que foi montar uma fábrica de leite condensado no interior de São Paulo no início do século XX – lembre-se que o crédito bancário à indústria era escasso? Realmente, a iniciativa do francês Louiz Nougués foi o ponto de partida e o passo mais importante para a concretização da empresa – quantas boas idéias que são apenas sonhos de uma noite de verão.

Contudo, a relevância de Nougués nos rumos da Leiteria foi sendo cada vez mais ofuscada e o que veio à tona foi o caráter capitalista da mesma. A Leiteria se tornou um investimento interessante ao grande capital cafeeiro que, a partir do momento que resolveu financiá-la, também passou a ditar as regras do negócio. Nougués parece ter entendido o recado e se transformado em um típico industrial – não esquecendo que estamos inseridos no complexo cafeeiro e que a indústria é uma das faces do mesmo. Aliado ao outro detentor da maioria das ações, João de Lacerda Soares, pertencente a uma forte parentela que tinha ligações e participações em diversos negócios, a ação de venda – não é possível classificar a venda como um plano, pois o prazo entre a proposta e a concretização do negócio foi de somente alguns meses – foi decisão de investimento guiada pela ótica capitalista. Aliás, se a casa do capitalismo, a partir do século XIX, se tornou a produção, isto só se justificou quando a mesma passou a ser economicamente mais vantajosa do que se acercar apenas da circulação. Porém, pensando no caso da Companhia Ararense de Leiteria e de seus dois principais acionistas, manter-se em casa, ou seja, na produção, com o fim da I Guerra Mundial e a escalada das multinacionais ao redor do mundo, não seria uma decisão capitalista. O capital sempre tende a buscar a maior rentabilidade, a subir no topo das trocas comerciais e a fugir dos circuitos que não vislumbram sucessos. Sendo assim, João de Lacerda Soares e Louiz Nougués agiram corretamente!

BIBLIOGRAFIA CITADA E FONTES CONSULTADAS

1 – Fontes documentais: impressas e manuscritas

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, 28 out. 1876.

A TRIBUNA DO POVO (Jornal), Araras, SP, 15 jun. 1913; 19 abr. 1914; 31 out. 1915; 16 abr. 1916; 6 jun. 1916; 25 mar. 1917; 28 abr. 1918; 15 dez. 1918; 9 jan. 1921.

AGRICULTURA, S. N. *Immigração*. Rio de Janeiro: Villani & Barbero, 1926.

ARARAS, Câmara Municipal. Ata da sessão extraordinária. Araras, SP, 1900 até 1922.

ARARAS, Prefeitura Municipal. Registro de Alvarás.Araras, SP: 1906.

BRASIL*, Anuário Estatístico* (1908-1912).

_____. *Anuário Estatístico* (1939-1940).

BRASIL, Centro Industrial do. *O Brasil: suas riquezas naturais, suas indústrias*. Rio de Janeiro: Orosco, 1907.

CIDADE DE ARARAS (Jornal), Araras, SP, 8 nov. 1908.

COMARCA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Escritura Pública de compra e venda da Companhia Ararense de Leiteria à Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co.

COMPANHIA ARARENSE DE LEITERIA. Ata da Décima Segunda Assembléia Geral extraordinária. São Paulo: Junta Comercial do Estado de São Paulo, 28 ago. 1915.

COMPANHIA ARARENSE DE LEITERIA. Ata da Décima Oitava Assembléia Geral Extraordinária. Araras, SP: Junta Comercial do Estado de São Paulo, 6 nov. 1917.

DECRETO PRESIDENCIAL. Companhia Ararense de Leiteria. Rio de Janeiro: Diário Oficial, nº. 7279, 7 jan.1909.

DECRETO PRESIDENCIAL. Companhia Ararense de Leiteria. Rio de Janeiro: Diário Oficial, nº. 11883, 12 jan.1916.

DECRETO PRESIDENCIAL. Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Diário Oficial, nº. 14567, 23 dez.1920.

FLUVIAES, Companhia Paulista de Vias Férreas e. Relatórios nº entre 1905 e 1922.

NICOSIA, S. *Immigração e colonisação*. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1891.

JANEIRO, A. C. R. *Valorisação do café*. Rio de Janeiro: Typ. De Olympio de Campos & C., 1906 (boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro).

POLIANO, L. M. *A sociedade nacional de agricultura*. Rio de Janeiro: Departamento de Economia Industrial/CIESP, 1942.

TORRES FILHO, A. *Ensino agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

2 – Bibliografia citada

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo, Editora UNESP, 1996.

ARRUDA, J. J. A. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BACELLAR, C. A. P. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997

BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas, 1999.

BAER, W. A. *Industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo, seculos XV-XVIII*. Sã Paulo, Martins Fontes, 1996, v. 2. Os jogos das trocas.

CALÓGERAS, J. P. *A política monetária do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.

CAMARGO, J. F. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE, 1981.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1981.

_____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

CARDOSO, F. H. *"Dos governos militares à Prudente-Campos Sales"*. In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARONE, E. *A República Velha. (instituições e classes sociais)*. São Paulo: Difel, 1972.

CASTRO, A. C. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*.Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CHANDLER, A. D. Alfred Chandler: *Ensaios para uma teoria histórica da grande empresa*. Thomas K. Mc Craw (org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

COSTA, W. P. *A Espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Editora da UNICAMP, 1996.

CRESSONI, F. E. *Fazenda Montevidéo: barões, escravos e imigrantes na formação do Oeste Paulista*. Araras-SP: Gráfica Topázio, 2007.

DALTRO, W. L. *Araras–1902*: História da primeira Festa das Árvores do Brasil. Araras: Topázio, 2002.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. A. *Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1991.

DELFIM NETTO, A. O problema do café no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

DINIZ, J. A. *Organização agrícola do município de Araras*. Rio Claro: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/Depto. de geografia, 1968, Tese de Doutoramento.

EICHENGREEN, B. *A globalização do capital*. São Paulo: Editora 34, 2000.

EISENBERG, P. L. *Guerra civil americana*. São Paulo, Brasiliense, 1999.

FAUSTO, B. "*Expansão do café política cafeeira*" In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FISHLOW, A. *Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil*. Estudos Econômicos, vol. 2, nº. 6, p. 7-75, 1972.

FRANCO, G. "*A Primeira Década Republicana*". In: ABREU, M. P. (org.). A ordem do progresso. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FRITSCH, W. "*Apogeu e crise na Primeira República: 1930-1945*". In: ABREU, M. P. (org.). A ordem do progresso. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GALBRAITH, J. K. *A Era da Incerteza*. São Paulo: Pioneira, 1998.

GARAMBONE, S. *A primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GOLLWITZER, H. *Imperialismo europeu: 1880-1914,* tradução de Antonio Golçalves Mattoso. Lisboa, Editorial Verso, 1969.

GUIMARÃES, E. A. *Acumulação e crescimento da firma.* Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1987.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*, tradução de Maria Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 17ªed., 2003.

_____.*A Era dos Impérios: 1875-1914.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOBSON, J. A. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada.* São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, T. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1978.

HYMER, S. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*, tradução de Aloísio Teixeira. Rio de Janeiro, Edição Graal, 1978.

JUNQUEIRA, M. A. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo, Contexto, 2001.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

_____. As conseqüências econômicas da paz. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KUGELMAS, E. *A difícil hegemonia*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986. Tese de doutoramento.

_____. A Primeira República no período de 1891 a 1909. In: BEIGUELMAN, P. Pequenos estudos de Ciência Política. São Paulo: Pioneira, 1973

LANDES, D. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEME, L. G. S. *Genealogia Paulistana. São Pau*lo: Duprat & Comp., 1903, vol. 1.

LEVI, D. E. *A família Prado.* São Paulo: Cultura Livraria e Editora, 1977.

LEVY, M. B. *A indústria do Rio de janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

LOURENÇO, F. A. Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

LOVE, J. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira*, 1889-1937. In: FAUSTO, B. HGCB (2006).

LUZ, N. V. *A luta pela industrialização no Brasil,* 1808-1930. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MARCONDES, R. L. *O café em Ribeirão Preto (1890-1940)*. In: História Econômica & História de Empresas X. 1 (2007), 171-192.

MARTINS, J. S. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Livraria Pioneira, 1973.

MATOS, O. N. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.* São Paulo: Alfa Ômega / Sociologia e política, 1974.

MATTHIENSEN, A. J. *Araras: Tempo e memória.* Araras, SP: Topázio, 2003.

_____. Araras: nossa terra, nossa gente. Araras, SP: [s.n], 1994.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio.* Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

MELLO, Z. M. C. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 18450-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.

MELO, H. P. *O café e a economia fluminense, 1889/1920*. . In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI Tamás (orgs.). História Econômica da Primeira República. São Paulo: Hucitec / ABPHE / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

MENDONÇA, S. R. O ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

MESSIAS, R. C. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período da transição, 1830-1888*.

MILLIET, S. *O Roteiro do Café.* Contribuição para o estudo da História Econômica e social do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis. 1984.

MOTTA SOBRINHO, A. *A civilização do café* (1820-1920). Pref. de Caio Prado Júnior. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1967.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: E. P. U., 1976.

OLIVEIRA, C. A. B. *O processo de industrialização.* Do capitalismo originário ao atrasado. Campinas: IE/UNICAMP, 1985. Tese de doutoramento.

OLIVEIRA, L. L. *Economia e história em Franca: século XIX*. Franca-SP: UNESP-FHDSS/ Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

PAULA, J. A. *Teoria econômica, empresários e metamorfoses na empresa industrial*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000.

PELÁEZ, C. M.; SUZIGAN, W. *História monetária do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1981.

PENROSE, E. *A teoria do crescimento da firma*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2006.

PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

PETRONE, M.T.S. *Imigração*. In FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol. 2. São Paulo: Difel, 1977.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1969.

QUEIROZ, M. I. P. "*O coronelismo numa interpretação sociológica*". In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SAES, F. A. M. "*Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906)*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, nº 2, set. 1981.

_____. *A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República*. São Paulo: Estudos Avançados, vol. 3, nº. 7, p. 20-39, set/dez. 1989.

_____. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI Tamás (orgs.). História Econômica da Primeira República. São Paulo: Hucitec / ABPHE / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

SICILIANO, A. *Valorisação do café*. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1905.

SILVA, G. P.; DALLA COSTA, A. "*Companhia Ararense de Leiteria (1909-1920): Louiz Nougués e a realização de um sonho*". Revista História Econômica & História de Empresas. São Paulo, ABPHE. Vol. 10, n. 1, jan.jun. 2007, p.117-141.

SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio.* Efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* 8ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1995.

SIMONSEN, R. *A evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SINGER, P. *"O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930*". In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira:* origem e desenvolvimento. São Paulo: Ed. Hucitec/ Ed. Unicamp, 2000.

SUZIGAN, W. VILLELA, A. V. *Política do governo e crescimento da economia brasileira.* 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2001.

SUZIGAN, W.; SZMRECSÁNYI, T. *Os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil.* In: SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, T. (org.). *História econômica da Primeira República.* São Paulo: Hucitec/ ABPHE/ Editora da USP/ Imprensa Oficial, 2002.

TANNURI, L. A. *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec, 1981.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TEODORO, R. S. *O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885-1914*. Campinas-SP: UNICAMP/IE, 2006, dissertação de mestrado.

TOSI, P. G. *Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

TSCHUDI, J. J. V. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Editora da USP, 1980.

VERSIANI, F. R.; VERSIANI, M. T. *A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição.* In: VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. (org.). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, 1977.

VILLELA, A.V.; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPRA/INPES, 1973.

WERLE, F. O. C. *Contextualizando a escola rural: Rio Grande do Sul final do século XIX e início do XX*. In: Série Estudos. Campo Grande, MS: Mestrado em Educação da UCDB, nº 20, p. 97-110, jul./dez. 2005.

WIRTH, J. "*Minas e a Nação: um estudo de poder e dependência regional 1889-1937*". In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

3 – Fontes eletrônicas: sites

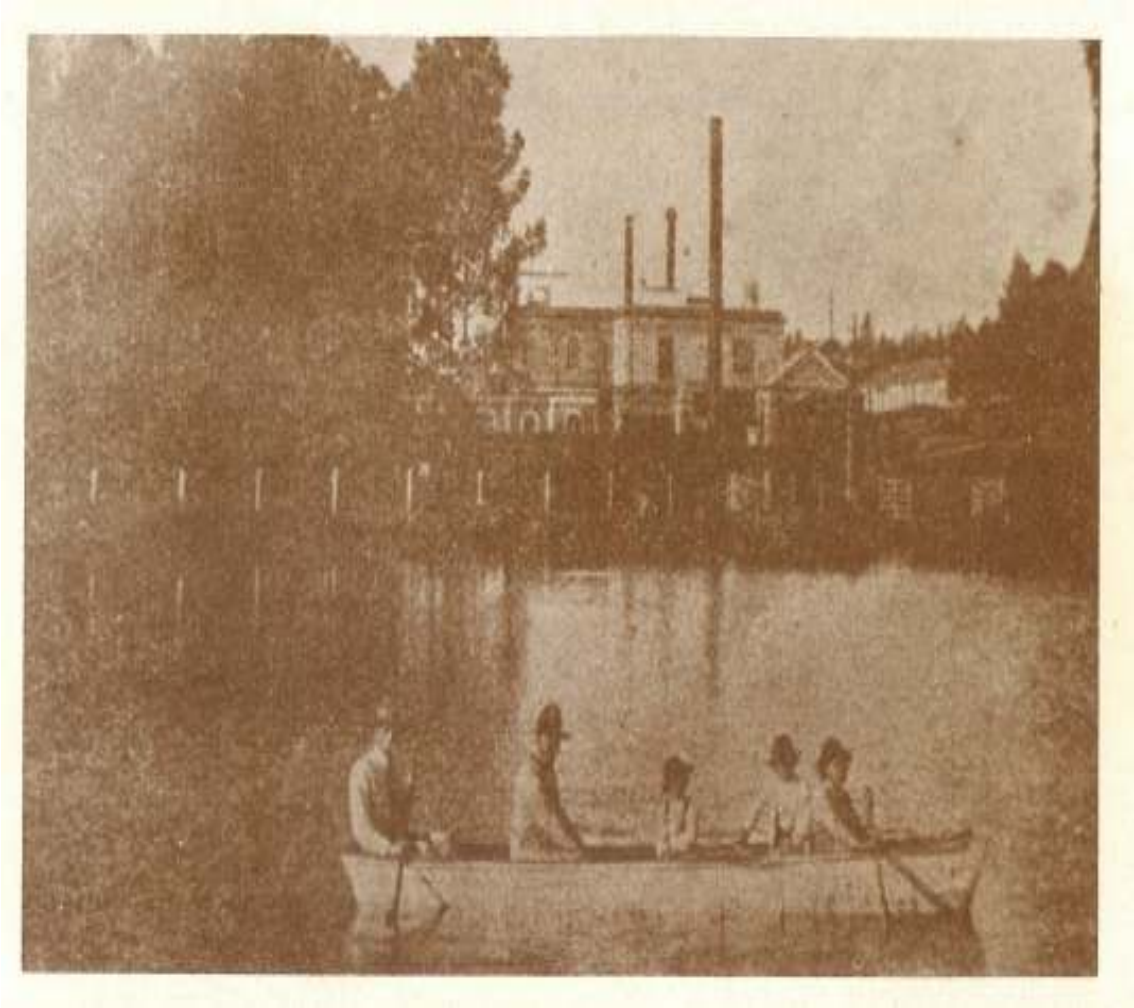
www.geladeirasantigas.com.br Várias consultas em 2007.
www.nestle.com Várias consultas em 2007.
www.estacoesferroviarias.com.br. Várias consultas em 2007.

ANEXOS

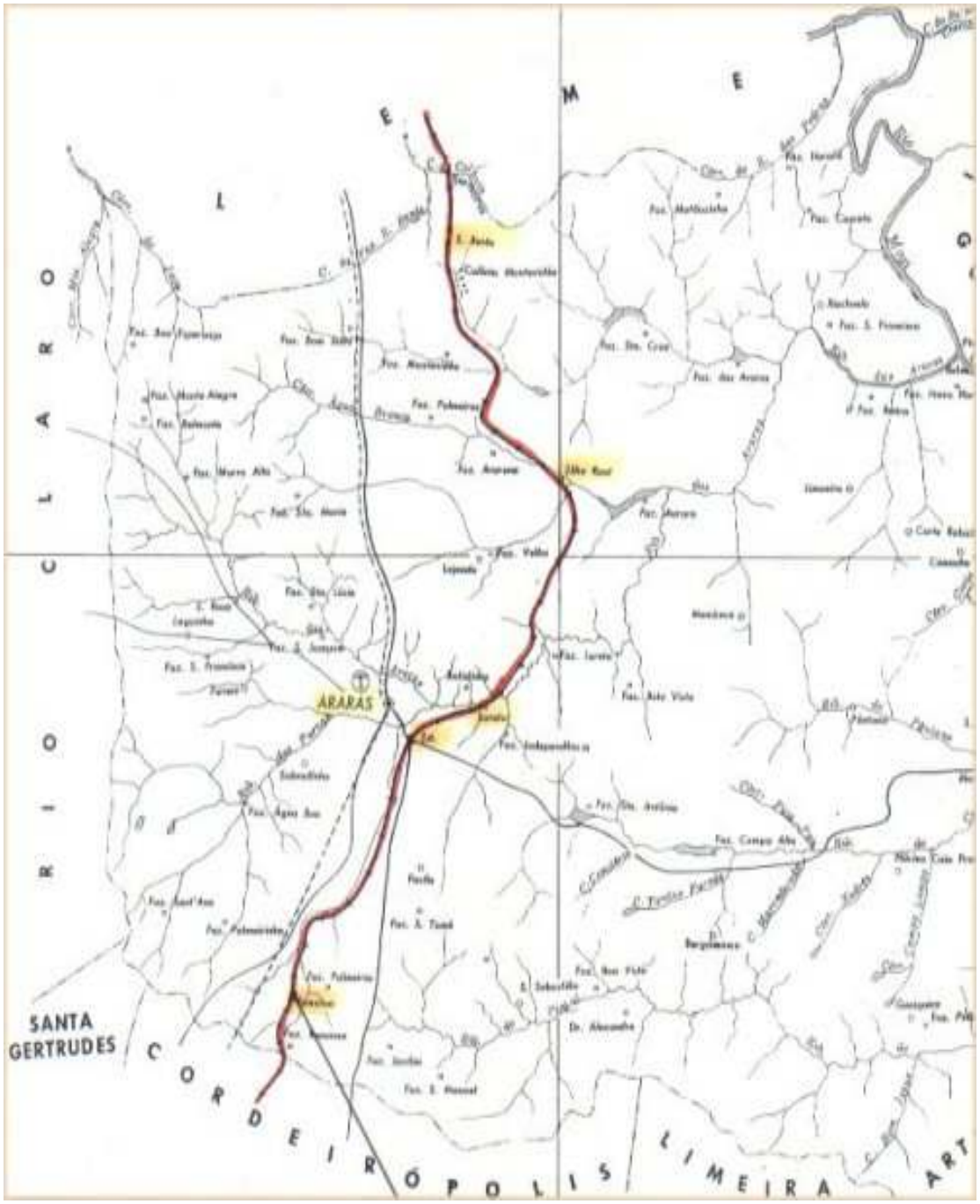
1 – Farinha Láctea Nestlé em 1876 (www.nestle.com.br)

2 – O Caminho dos Goiases

3 – Na canoa: Guilherme Mani, João Ribeiro, Lourival Dias, Olavo Dias e Alaor Kammer. Ao fundo, a Leiteria (Matthiensen, 1994)

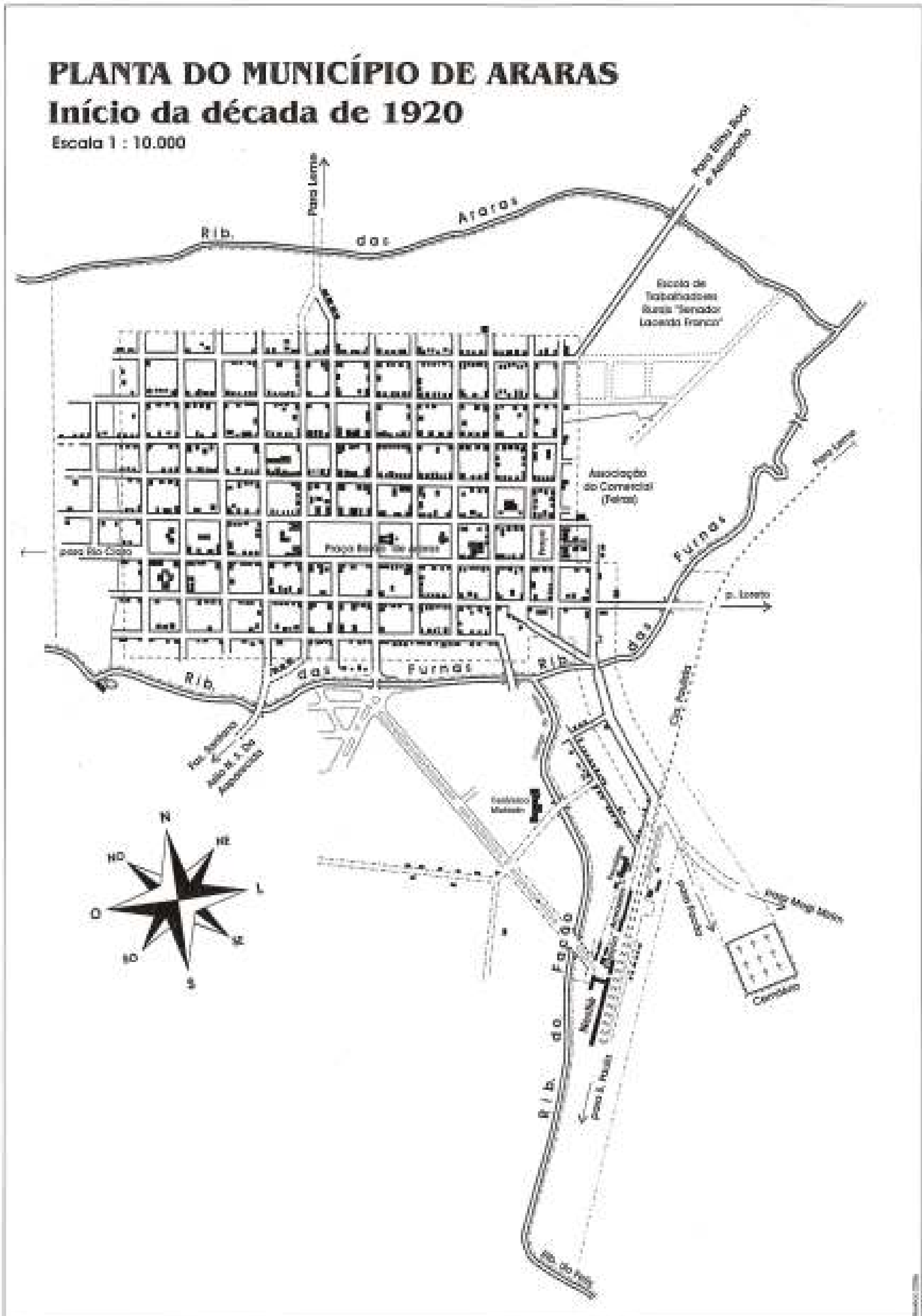


4 – Estações da Paulista no Município de Araras: Remanso, Araras, Loreto, Elihu Root e São Bento (www.estacoesferroviarias.com.br)



5 – Chegada do leite na Estação de Araras: 1912 (www.estacoesferroviarias.com.br)

6 – Embalagem de Milkmaid – que no Brasil se tornou o Leite Moça (www.nestle.com.br)


PLANTA DO MUNICÍPIO DE ARARAS
Início da década de 1920
Escala 1 : 10.000
Para Leme
Rib. das Araras
Escola de Trabalhadores Rurais "Senador Lacerda Franco"
Associação do Comercial (Feiras)
para Rio Claro
p. Loreto
Rib. das Furnas
Rib. do Facão
Cemitério
N
NE
L
SE
S
SO
O
NO